

A revista que pensa a Educação.

ANO 11 • Nº 23 • 2022



EDUCATRIX

PLENOS SABERES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

PENSAMENTO ACADÊMICO

EXCLUSÃO DIGITAL: UM UNIVERSO A SER DESCONSTRUÍDO



AS NOVAS
FRONTEIRAS DA

SUSTENTABILIDADE

E A PARTICIPAÇÃO DA ESCOLA PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE DO FUTURO.

FORMAÇÕES

EDUCATRIX

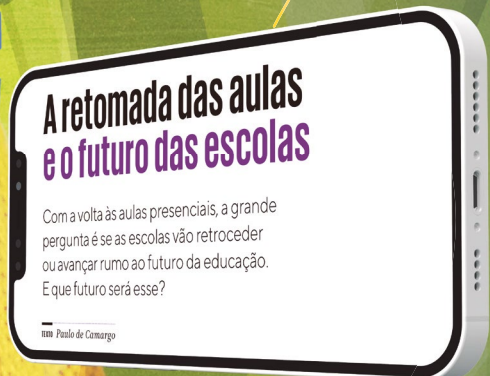
ATUALIZAÇÃO PRÁTICA

A FORMAÇÃO DO ALUNO COMEÇA SEMPRE COM O DESENVOLVIMENTO DO PROFESSOR. PENSANDO NISSO, CRIAMOS AS **FORMAÇÕES EDUCATRIX**, UMA FORMA INOVADORA DE TRANSFORMAR SUA REVISTA FAVORITA EM UMA FERRAMENTA DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES.





PLENOS SABERES Acesse gratuitamente no portal Educatrix e aproveite todos os conteúdos.
WWW.MODERNA.COM.BR/EDUCATRIX



A retomada das aulas e o futuro das escolas

Com a volta às aulas presenciais, a grande pergunta é se as escolas vão retroceder ou avançar rumo ao futuro da educação. E que futuro será esse?

Por Paulo de Camargo

Você encontra o selo **Formações Educatrix** em reportagens que se transformam em apresentações para formação de professores. Cadastre-se gratuitamente no portal **Educatrix** e aproveite todos os conteúdos.

www.moderna.com.br/educatrix



VAMOS EXPANDIR A EDUCAÇÃO JUNTOS?

APRENDER É UM MOVIMENTO INFINITO.

www.santillana.com.br

 /santillana.educacao

 /SantillanaBrasil

 /santillanaeducacao



Saiba mais sobre
nosso universo
de soluções
educacionais



MAIS DE 50 ANOS - BRASIL



UMA MARCA GLOBAL COM MAIS DE 50 ANOS DE HISTÓRIA NO BRASIL.

ESG e as novas fronteiras da sustentabilidade



OLÁ! Como sociedade, temos atravessado uma série de instabilidades em busca de uma vida mais igualitária e mais saudável para as futuras gerações. As decisões que estamos tomando trazem impactos cada vez mais rápidos na forma como produzimos, como consumimos, como exploramos os recursos e como formamos nossos alunos. Diferentemente de gerações anteriores, temos acesso suficiente a dados e projeções para basear nossas atitudes e lutar contra as questões que afligem nosso planeta. Como trilhar um caminho mais sustentável? Como é possível unir forças em um objetivo comum? Afinal de contas, o que a educação tem a ver com isso?

Vamos adentrar as novas fronteiras da sustentabilidade e entender como governos, instituições e sociedade civil estão se comprometendo com uma sigla que tem ganhado força: ESG, ou Environment, Social and Governance (ou ASG, em português: Ambiente, Social e Governança). Há uma rede de temas interconectados como modelos de produção, ações sociais, inclusão, diversidade, participação democrática etc. que precisa ser debatida. Esta edição é um convite a essas reflexões e a práticas que já vêm sendo implementadas.

Nossa primeira parada é a entrevista com Gabriela Rozman, responsável pelo Pacto Global da ONU no Brasil. Vamos entender os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, além de conhecer o *modus operandi* das instituições para as metas e as projeções para o atingimento dos objetivos, seja na iniciativa privada, seja na pública.

A seção Perspectivas traz quatro histórias de projetos premiados, desenvolvidos por escolas e educadores comprometidos com o crescimento sustentável e a cidadania ambiental; trata-se de uma forma de demonstrar que é possível fazer a diferença de dentro para fora em uma grande rede.

Ivan Siqueira alerta sobre a exclusão digital e discute dados atuais sobre os impactos que a pandemia trouxe para a alfabetização, principalmente das crianças mais pobres e com menos (ou nenhum) acesso à internet. Para mostrar a importância da inclusão digital, você irá conhecer a experiência do Hack@Schools na seção Na Tela. Esta é uma iniciativa da Nasa em que a Secretaria Municipal de Educação de Salvador investiu para a criação de projetos sustentáveis.

Ainda dentro do tema inclusão, a especialista Ana Paula Patente aborda como criar e adaptar estratégias de recomposição de aprendizagens para alunos de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Fomos até o município de Castanhal, no Pará, que se prepara para um novo desafio: a criação da primeira escola bilíngue em Português-Libras.

Um dos pilares da sustentabilidade inclui práticas de consumo e o combate ao desperdício de alimentos. O Brasil voltou a aparecer no Mapa da Fome, um retrocesso perigoso. Nossa equipe foi conhecer iniciativas associadas à alimentação escolar que vão desde a orientação sobre a origem dos alimentos até melhores hábitos, além de projetos que colaboram com a subsistência da comunidade escolar.

Nilma Lino traz um artigo sobre o papel político que a escola deve cumprir pela defesa da democracia e para representar um ambiente de acolhimento às diversidades e de combate aos preconceitos. Para mostrar o caminho, Janine Rodrigues, do Piraporiano, traz um passo a passo para elaborar um comitê antirracista na escola. Ainda sobre iniciativas, Solange Petrosino traz os avanços, as oportunidades e os desafios da implementação do Novo Ensino Médio.

A edição guarda uma novidade: a Santillana acaba de firmar seu compromisso com o Pacto Global da ONU. Este é um esforço coletivo para reforçar nossos princípios e valores associados aos direitos humanos, ao meio ambiente, a políticas anticorrupção e garantir ações para o desenvolvimento sustentável e significativo para a sociedade. Mais do que nunca chegou a hora de reafirmar nosso compromisso mútuo por uma educação de qualidade. É hora de aprendermos juntos e replicar estratégias que têm dado certo. Vamos nessa?

Boa leitura!

Ivan Aguirra Izar
DIRETOR ACADÊMICO E DE MARKETING

SUMÁRIO

EDUCATRIX

A revista que pensa a Educação.

- **SAIBA+** | A SUSTENTABILIDADE DO EXEMPLO PÁG. 8
- **FIO DA MEADA** | AGENDA 2030 E A EDUCAÇÃO: EM QUE PONTO ESTAMOS? PÁG. 10
- **ENTREVISTA** | GABRIELA ROZMAN: PACTO PELO FUTURO PÁG. 12

- **PERSPECTIVAS** | O QUE É SER EDUCADOR DIANTE DAS NOVAS FRONTEIRAS DA SUSTENTABILIDADE PÁG. 22

- **POR DENTRO** | PÁG. 30

EDUCAR PARA UM MUNDO SUSTENTÁVEL

- **FOCO** | O QUE PODEMOS APRENDER COM AS OSC? PÁG. 38
- **GESTÃO ESCOLAR** | O PLANEJAMENTO PARA VER O TODO PÁG. 46
- **PANORAMA** | IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO NOVO ENSINO MÉDIO PÁG. 54
- **TENDÊNCIAS** | VOCÊ TEM FOME DE QUÊ? PÁG. 64
- **PENSAMENTO ACADÊMICO** | EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL: UM UNIVERSO A SER DESCONSTRUÍDO PÁG. 74
- **PLENOS SABERES** | COMO PENSAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS? PÁG. 80
- **CIDADANIA** | LÍNGUA OFICIAL, MAS (QUASE) DESCONHECIDA PÁG. 88
- **CONEXÃO** | MONTANDO UM COMITÊ ANTIRRACISTA NA ESCOLA PÁG. 92
- **ESPECIAL** | EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA ANTIRRACISTA: UMA ESCOLHA POLÍTICA PÁG. 98
- **NA TELA** | O DIA EM QUE A NASA ATERRISSOU EM SALVADOR PÁG. 106
- **LINHA DE RACIOCÍNIO** | TUDO SOBRE O IDEB: DA TEORIA À PRÁTICA PÁG. 110

- **FAVORITOS** | CONTEÚDOS QUE POTENCIALIZAM O DIA A DIA DO PROFESSOR PÁG. 120
- **IMAGINE E DESENHE** | BRUNA BANDEIRA PÁG. 122

A sustentabilidade do exemplo

O que estamos fazendo hoje para um futuro melhor?

TEXTO *Ivan Aguirra*



PASSEI BOA PARTE da educação básica aprimorando minhas técnicas de “reprodução artística”. Explico: com o passar dos anos, era um dos poucos que gostavam das aulas de Educação Artística porque era o momento de enfileirar os lápis coloridos, os potes de tinta e os pedaços de giz que teimavam em quebrar. Era o momento de expressar meus dotes aos moldes dos jardins de Monet, dos girassóis de Van Gogh e das bandeirinhas de Volpi. Sem falar nas colagens e artesanatos de tantas datas comemorativas para presentear os pais. As professoras me diziam que eu tinha o dom. E aí de quem não tivesse – a grande maioria, segundo ela.

Para mim e para tantos, Arte era isso: um sol que se põe atrás das montanhas. Todo santo dia. Até que chegou a professora Regina e nos mostrou o que só as gaivotas viam para além do anoitecer.

Ah, eu não tinha maturidade para assimilar aquilo. Conheci a professora Regina já no Ensino Médio numa roda de violão no pátio, durante um intervalo qualquer. Dedilhava “Andança” com sua voz despreziosa. Aquilo para mim era alheio a tudo que já tinha vivido nos moldes da escola, algo que extrapolava a sala de aula. Eu me lembro da cantoria, “vagando em verso”,

“meu olhar em festa se fez feliz”, “lembrando a seresta que um dia eu fiz”.

Surgia, enfim, o impacto com a cultura das mais diversas expressões artísticas, algo natural, genuíno. Não valia nota, não obrigava performance nem presença. Descobri no exemplo de uma professora que todos ali compartilhavam do mesmo ideal: viver a arte naquele instante. E não se exigia dom para entrar na roda.

É isso que chamo de pedagogia do exemplo: algo que faz parte dos currículos, mas que também é vivenciado de forma legítima nos corredores e na comunidade. Algo impregnado da cultura daquele lugar, que se respira com sentido.

Extrapolando para além das artes, trago essa reflexão para a pauta central. Muito se fala nas aulas sobre sustentabilidade, inclusão, diversidade, ética... são



assuntos obrigatórios e temas de prova presentes nos compromissos de desenvolvimento sustentável da ONU. Mas será que tudo isso que é dito e ensinado está enraizado na rotina das escolas?

Já diz o ditado: só se toma gosto pela leitura no contato com quem tem prazer em ler. A mesma coisa acontece com a sustentabilidade.

“Poxa, Ivan”, você deve estar pensando, “algumas demandas são irreais para o orçamento da escola!”

Que tal começar por um comitê antirracista, um grêmio estudantil, uma comissão para incentivar alunas nas ciências e na matemática, um projeto de compostagem na cozinha, adquirir insumos de pequenos produtores e comerciantes locais, promover palestras e oficinas para a comunidade com profissionais amigos da escola, literatura e arte

para introduzir a formação docente? São atitudes simples, com baixo investimento, comparadas ao forte impacto do exemplo que geram. Os próprios alunos e familiares podem encabeçar algumas ações. O comprometimento coletivo dá mais força ao aprendizado. Extrapola a sala de aula e, quando regressa a ela, surgem novos sentidos, novas autorias, transformando a todos.

Enfim, desde que deparei pela primeira vez com essas andanças artísticas, descobri que o aprendizado não termina ao entardecer atrás das montanhas, depois de cinquenta minutos de aula ou no último capítulo do livro. Ele se retroalimenta e ganha significado quando todos acreditam, o aplicam e transformam em cultura.

Qual é a cultura da sua escola? Ela tem refletido o que se ensina? □

EDUCATRIX

ANO 11 • Nº 23 • 2022

CONSELHO EDITORIAL

Eny Muniz
Gisele Cruz
Ivan Aguirra Izar
Kátia Dutra
Luciano Monteiro
Solange Petrosino

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ivan Aguirra Izar
Kátia Dutra

PRODUÇÃO DE TEXTOS

Ivan Aguirra Izar
Kátia Dutra
Lara Silbiger
Paulo de Camargo
Ricardo Prado

ARTICULISTAS

Ana Paula Patente
Ivan Siqueira
Janine Rodrigues
Leonardo Rabelo
Nilma Lino
Solange Petrosino

PREPARAÇÃO E REVISÃO FINAL

Adriana Bairrada

EDIÇÃO DE ARTE E DESIGN

Ricardo Davino

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Ricardo Davino

CAPA

Ricardo Davino

COLABORADORES

Tiago Santana
Luiz Henrique Macedo

LEIA NOSSO ACERVO DIGITAL:

moderna.com.br/educatrix



Rua Padre Adelino, 758
São Paulo/SP • CEP 03303-904

Educatrix é uma publicação semestral com a proposta de colaborar com a formação nas escolas parceiras de todos os negócios da Santillana no Brasil.
ISSN: 2447-4991

✉ educatrix@moderna.com.br

© **Direitos reservados.**
É proibida a reprodução total ou parcial de textos e imagens sem prévia autorização.



Agenda 2030 e a educação: em que ponto estamos?

A regra é clara e uníssona: precisamos ser (e ensinar a ser) mais sustentáveis para garantir a sobrevivência das próximas gerações.

TEXTO *Kátia Dutra*

O ANO ERA 2015. Representantes dos 193 Estados-membros da ONU reuniram-se em Nova York para assinar o documento Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Foi um marco na política internacional por determinar o comprometimento em “tomar medidas ousadas e transformadoras para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos”.

A Agenda 2030 é um plano de ação para a comunidade internacional que visa garantir um mundo mais sustentável e resiliente em 2030. Apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e estabelece 169 metas para erradicar a pobreza e promover uma vida digna a todos, dentro das possibilidades e limites do nosso planeta. Para isso, abrangem três dimensões do desenvolvimento sustentável — social, ambiental e econômica — e são responsabilidade dos governos, instituições privadas e sociedade civil.

Para tangibilizar as necessidades e criar frentes de trabalho significativas, a Agenda 2030 parte de cinco eixos centrais, os chamados 5P, que colaboram com a criação de iniciativas e frentes de ação essenciais para o atingimento das metas:



PESSOAS Erradicar a pobreza e a fome em todas as suas formas, assim como zelar para que todos possam explorar seu potencial com dignidade e igualdade em um meio ambiente saudável.



PLANETA Proteger o planeta contra a degradação, mediante consumo, produção e gestão dos recursos naturais sustentáveis, e adotar medidas para frear as mudanças climáticas.



PROSPERIDADE Conseguir que os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e plena e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.



PAZ Alcançar sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estejam livres do medo e da violência.



PARCERIAS Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 mediante parcerias baseadas na solidariedade e focadas nas necessidades dos mais vulneráveis.

A EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Metade do tempo passou desde a proposta da Agenda 2030 e vivenciamos catástrofes civis, ambientais e sanitárias, como a pandemia causada pela covid-19, que impactaram as metas iniciais. O coronavírus, por exemplo, evidenciou a urgência dos debates coletivos sobre tais questões e sobre como vamos atuar individual e coletivamente de maneira mais sustentável e assertiva. Tudo isso passa pela formação de indivíduos e cidadãos.

A Unesco é a entidade responsável por acompanhar a evolução da Educação 2030. Para isso, o órgão organizou o Marco de Ação da Agenda Educação 2030, um documento que descreve os compromissos estabelecidos em 2015 em âmbito nacional, regional e mundial, e fornece diretrizes práticas para implementar ações.

Para promover a transparência neste acompanhamento, a Unesco criou o Relatório de Monitoramento Global da Educação 2020 (Global Education Monitoring – GEM 2020) em que são analisados os mecanismos dos países em relação ao combate às desigualdades e aos avanços para a inclusão de todos na educação. O relatório mostra que há muito a ser feito para alcançar as metas globais. De acordo com dados apurados, 68% dos países têm uma definição de educação inclusiva, mas apenas 57% dessas definições abrangem os diversos grupos marginalizados.

Em relação à crise deflagrada pela covid-19, o relatório mostra que 1,6 bilhão de estudantes foram afetados, mas as respostas não foram suficientes. Cerca de 55% dos países de renda baixa investiram em ensino on-line na educação primária, mas apenas 12% das famílias mais carentes têm acesso à internet em casa. “No geral, cerca de 40% dos países de renda baixa e média-baixa não apoiam estudantes em situação de risco de exclusão”, especifica.

Em 2021, como forma de avançar na educação, 80 representantes dos países participantes se reuniram durante a Conferência Mundial Virtual e se comprometeram com ações concretas para a sobrevivência de nosso planeta. Foi firmada a Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) com o objetivo de rever as metas globais e as consequências da pandemia na educação mundial. No Brasil, a Unesco atua em parceria com instituições locais para oferecer materiais de formação e capacitação de gestores e educadores sobre como integrar a ESD aos currículos escolares e sobre como conscientizar famílias e alunos.

Agora mais do que nunca, é preciso conduzir as novas gerações e colaborar na construção de um mundo mais igualitário, democrático e plural para todos e em todos os lugares. □

PARA SABER MAIS

- Unesco. Observatório 2030. Disponível em: mod.ik/ed23_fm1. Acesso em: 11 set. 2022.
- Unesco. (2016). Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação. Disponível em: mod.ik/ed23_fm2. Acesso em: 11 set. 2022.
- Unesco. (2021). Relatório de monitoramento global da educação. Disponível em: mod.ik/ed23_fm3. Acesso em: 11 set. 2022.

Pacto pelo futuro

Lançado pela ONU em 2000, o Pacto Global busca engajar empresas e organizações no desenvolvimento sustentável, atuando em 170 países, com 20 mil participantes.

O Brasil possui a terceira maior rede, com 1.600 participantes. Para vencer esse desafio, a educação é fundamental.

TEXTO *Paulo de Camargo*

POR MUITO TEMPO, a preocupação com o tema do desenvolvimento sustentável e do amplo arco de valores inseridos no campo do ambiente, dos direitos humanos, do trabalho e do enfrentamento da corrupção estava restrita a grupos engajados, como ativistas e organizações não governamentais, e a movimentos pontuais de responsabilidade social. O mundo mudou, e o agravamento incessante desses desafios planetários passou também a ser uma pauta das empresas. Assim nasceu, em 2000, o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúne empresas comprometidas com um conjunto de 10 princípios ligados aos direitos humanos e à agenda ambiental.

O Pacto Global foi lançado pelo então Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, partindo do princípio de que a difusão das boas práticas corporativas era uma forma de acelerar mudanças profundas na sociedade por meio das relações produtivas.

Não se trata de instrumentos regulatórios externos ou de códigos de condutas e fóruns para fiscalizar práticas empresariais, mas de um movimento voluntário das empresas para contribuir com a construção de um mundo sustentável, com direitos sociais respeitados e relações justas.

Além de assumir o compromisso em seguir os 10 princípios (veja quadro 1), os integrantes do Pacto Global reconhecem também a responsabilidade de trabalhar pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a chamada 2030.

Hoje, o Pacto existe em 170 países, com 20 mil participantes. O Brasil possui a terceira maior rede global, com 1.600 participantes, e ganha força crescente.

Para conhecer mais sobre essa iniciativa, *Educatrix* ouviu a psicóloga Gabriela Rozman, mestre em Psicologia Social e Cultural pela *London School of Economics* e gerente de conhecimento do Pacto Global. Como movimento social e de grande relevância, deve também ser conhecido pelas instituições educacionais — que, afinal, também são organizações —, até porque tudo remete à Educação.

EDUCATRIX Como atua o Pacto Global e quais são as ênfases do trabalho realizado?

GABRIELA ROZMAN O Pacto Global é uma rede que tem por objetivo influenciar as empresas a seguirem os 10 princípios que norteiam o programa, ligados aos direitos humanos, ao desenvolvimento sustentável, às relações de trabalho e ao enfrentamento da corrupção. Entre as diversas iniciativas que desenvolvemos, lançamos neste ano [2022] a *Ambição* pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um chamado urgente para que »

EXISTE O HOJE CONHECIDO
TERMO **GREENWASHING**
LAVAGEM VERDE, PARA DESIGNAR
EMPRESAS QUE APENAS FALAM,
MAS NÃO FAZEM – OU SEJA,
SÃO SUSTENTÁVEIS APENAS DO
PONTO DE VISTA DO MARKETING.



» as empresas estabeleçam metas mais ambiciosas nessas áreas (veja pág. 16). Assim, temos o movimento *Elas Lideram* (relacionado a gênero); *Mente em Foco* (à saúde mental), *Raça é Prioridade* (ações antirracistas), *Ambição Net Zero* (às questões climáticas), *Transparência 100%* (à anticorrupção) e o movimento *Mais Água* (com o tema do uso racional desse recurso). O movimento estabelece as metas e, quando as empresas aderem, automaticamente se comprometem a atingi-las. Para isso, oferecemos apoio em várias áreas, como formação, treinamentos, projetos, eventos e possibilidade de troca de experiências para que de fato avancem.

EDUCATRIX **Existem formas de avaliar e comprovar, de fato, os avanços, ou as empresas reportam por si mesmas o que foi feito?**

ROZMAN Existem métricas globais. Por exemplo: no movimento *Elas Lideram 2030*, a meta é atingir 50% de equidade de gênero nas empresas. As empresas que aderem ao Pacto se comprometem com essa meta e anualmente vamos mensurar se estão cumprindo.

EDUCATRIX **E como é possível saber se as metas estão sendo cumpridas? As empresas fornecem os dados ou vocês também realizam pesquisas?**

ROZMAN Em parte, as informações prestadas são autodeclaratórias. Uma vez que integram a rede, as empresas precisam anualmente responder a um formulário, chamado COP (Communication Official Program), mostrando que estão avançando. Mas temos também o Observatório 2030. Trata-se de uma plataforma de monitoramento de dados públicos pelo qual analisamos uma amostra de 82 empresas, coletando os dados nos Relatórios de Sustentabilidade publicados periodicamente em seis categorias: clima, gênero, corrupção, salário digno, saúde mental e água. O Observatório oferece também estudos e pesquisas mais aprofundados sobre as oportunidades e desafios do setor empresarial para o desenvolvimento sustentável do país. Dessa forma podemos ver o quanto estamos evoluindo em relação às metas. Verificamos, por exemplo, que apenas 15 das 82 empresas pesquisadas reportam dados das questões raciais. Isso, por si só, já é relevante. Se estamos falando tanto de desigualdade, como apenas 15 empresas estão relatando?

EDUCATRIX **Na educação, no campo da educação para a sustentabilidade, sempre existe o desafio de vencer a distância entre a teoria e a prática, entre o discurso e o mundo real. Vocês vivem esse desafio também entre as empresas?**

ROZMAN Sim, com certeza. Existe o hoje conhecido

termo *greenwashing*, lavagem verde, para designar empresas que apenas falam, mas não fazem – ou seja, são sustentáveis apenas do ponto de vista do marketing. Este é um problema extremamente grave. Quando as empresas apenas são sustentáveis no plano do marketing, certamente a sustentabilidade não está em sua estratégia de negócio. O maior desafio para todas as empresas é justamente colocar os planos de sustentabilidade em suas estratégias. Há muitas empresas que querem fazer, estão buscando avançar, agindo em rede, mas também existem aquelas que apenas falam, e não estão buscando mudar. Ocorre que hoje existe uma pressão social muito forte sobre essas marcas. Existe uma fiscalização por parte do Pacto Global, sim, mas também da própria sociedade civil, que não deixa barato.

EDUCATRIX **O Pacto Global ajuda as empresas a vencer o dilema da implementação?**

ROZMAN Temos uma metodologia, denominada *Compass* – Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios – que justamente busca orientar as empresas sobre como contribuir com os ODS. Trata-se de uma metodologia de 5 passos, que são: Entendendo os ODS, Definindo Prioridades, Estabelecendo Metas, Integração e Relato, e Comunicação. A fase mais complexa é a integração. Este é o momento de integrar todas as áreas da empresa. Você pode criar um plano lindo, o desenho pode ser perfeito, mas no momento de implantá-lo estrategicamente, com objetivos e métricas, o desafio é fazer acontecer.

EDUCATRIX **Como vocês conseguem que uma empresa toda seja aderente às metas do Pacto e não apenas algumas pessoas façam esse esforço.**

ROZMAN Em primeiro lugar, para que uma empresa manifeste sua intenção de aderir ao Pacto é necessária a assinatura de um CEO. Isso acontece em diálogo com a equipe de sustentabilidade, RH, Marketing, entre outras. Claro, toda organização trabalha para engajar seus membros nas plataformas de ações, nos eixos temáticos, mas existe um esforço conjunto, com reuniões, projetos, treinamentos, eventos. Estimula-se a troca de práticas, discutem-se ferramentas de diagnóstico e de projetos, enfim, existem meios pelos quais a gente engaja os membros do Pacto.

EDUCATRIX **Como você avalia a importância das lideranças nesse processo?**

ROZMAN O líder é o responsável por preservar essa geração de valor, quando define o que espera da »

10 princípios do Pacto Global

DIREITOS HUMANOS

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.

2. Assegurar-se de sua não participação em violações desses direitos.

TRABALHO

3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.

4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.

5. A abolição efetiva do trabalho infantil.

6. Eliminar a discriminação no emprego.

MEIO AMBIENTE

7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental.

9. Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

ANTICORRUPÇÃO

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.



» empresa. E, claro, seu papel é essencial porque ele é o tomador de decisão. Então, quanto mais conseguimos chegar nas lideranças para convencer, influenciar, mostrar como aquilo é relevante para o negócio, mais teremos possibilidade de engajar a empresa para que o avanço aconteça. Entendemos ser muito importante chegar à liderança para sensibilizá-la, como também para levar a empresa a avançar.

EDUCATRIX Por tudo o que foi apresentado aqui, o papel da Educação parece ser central, não é?

ROZMAN A educação corporativa está no centro do Pacto. Nós estimulamos as empresas a se engajarem em agendas de sustentabilidade. Precisamos levar a todas elas conhecimento a respeito do que se está falando, do que devem fazer para esse avanço acontecer. Por exemplo, trabalho escravo e infantil. O que é? Como se detecta? O que a empresa tem a ver com isso? O que ela pode fazer para prevenir, mitigar, erradicar? Então, temos esse esforço de educação para que as empresas entendam seu papel frente às temáticas da sustentabilidade e se mobilizem. Temos ações de educação corporativa tanto nos níveis mais operacionais, com os diferentes níveis de gestão, como com CEOs, por exemplo, promovendo mesas de debate. Não fazemos consultoria, mas temos iniciativas dentro das empresas, envolvendo um conjunto de serviços e produtos, como treinamentos in company.

EDUCATRIX Como são captados novos membros para o Pacto? Existem instituições educacionais participantes?

ROZMAN Sim, existem diversas instituições de ensino superior e universidades, entre elas a Fundação Getúlio Vargas, a Fundação Dom Cabral, o Insper, a Universidade de São Paulo, universidades estaduais e federais também. Ainda não temos escolas de educação básica. Para aproximar novas organizações, há um trabalho árduo, que vai desde comunicar o que o Pacto Global faz, um trabalho de formiguinha mesmo: ligar, conversar, marcar reuniões... Algumas vezes, uma empresa demora meses para aderir. Fazemos pesquisas para entender quais são as necessidades de cada corporação, temos pessoas especializadas para isso. Procuramos mostrar que há um imperativo moral, ou seja, a empresa precisa agir para melhorar o mundo, e que o engajamento é uma necessidade para o próprio negócio. As empresas precisam entender que nenhuma organização se sustenta em um planeta em crise climática, ambiental, e que países pobres não têm consumidores.

EDUCATRIX É mais correto dizer que as empresas estão interessadas ou que são resistentes? Há receptividade?

ROZMAN Há diferentes perfis. Como membros, há empresas mais atuantes e outras menos. Entre aquelas que participam bastante, as mais engajadas, vemos que há interesse real em entender como podem fazer para contribuir com essa agenda sustentável. Para isso, precisam de informação para mudar a estratégia de seu negócio, para que sejam mais sustentáveis e para que possam contribuir para a transformação em direção a um planeta mais sustentável, uma sociedade mais justa. Essas empresas querem saber como engajar seus funcionários para que caminhem juntos, efetivamente promovam a transformação. Empresas, afinal, são pessoas.

Conheça os movimentos Ambição 2030, desenvolvidos pelo Pacto Global



MOVIMENTO ELAS LIDERAM 2030

O movimento quer ajudar as empresas a assumirem metas concretas pela equidade de gênero: ter mais de 1.500 empresas comprometidas, promover 11 mil mulheres para cargos de alta liderança até 2030 e ter pelo menos 150 lideranças de alto nível engajadas com essa ambição.



MOVIMENTO + ÁGUA

É uma iniciativa para aceleração da universalização do saneamento e segurança hídrica do Brasil, o que vai impactar a vida de mais de 100 milhões de pessoas. Propõe maior controle, transparência e ações coletivas, defendendo a definição de metas como uma maneira de impulsionar as empresas com vantagem competitiva na transformação da sociedade para a universalização do saneamento e a segurança hídrica.



MOVIMENTO SALÁRIO DIGNO

Tem a ambição de garantir 100% de salário digno e engajar toda a cadeia de suprimentos para desenvolver metas de salário digno. Promover e fornecer um salário digno como um aspecto essencial do trabalho decente é a garantia de que os(as) trabalhadores(as), suas famílias e comunidades possam viver com dignidade.

EDUCATRIX O trabalho desenvolvido pelo Pacto Global da ONU se baseia em documentos universais, como a Declaração dos Direitos Humanos, não é? E existem outros específicos?

ROZMAN Sim, nós nos baseamos nessa documentação das Nações Unidas, bem como em outras específicas, que podem ser consultadas por quem se interessar. A ONU produziu os Princípios Orientadores dos Direitos Humanos em Empresas, e nosso trabalho é influenciar as empresas para que os sigam. Tudo o que fazemos é baseado neles. Pouca gente conhece e muitos querem saber mais. Nesse processo, promovemos formação, educação e a troca de experiências que deram certo ou que não funcionaram. Além disso,

participamos de eventos internacionais, para os quais levamos representantes das empresas para relatarem o que estão fazendo, os desafios, os avanços.

EDUCATRIX Você mencionou que o Pacto Global está em 170 países e que o Brasil participa de eventos internacionais. Nesses encontros, vocês percebem que há semelhanças com os desafios de outros países?

ROZMAN Podemos pensar que empresa é empresa em qualquer lugar, e o objetivo continua sendo gerar lucro para os acionistas. Mas os desafios de outros países não são tão semelhantes aos nossos. Há cultura empresarial dentro de cada país, enfim, a maneira como trabalhamos aqui é diferente do que na Inglaterra, por exemplo, bem como as formas de mostrar qual é o papel das empresas e sua responsabilidade social. De forma geral, há expectativa que o Brasil priorize duas questões: as mudanças climáticas e a igualdade de gênero. Do ponto de vista da ONU, não vai haver avanço social e econômico sem o enfrentamento dessas questões. No Brasil, há ainda questões muito graves de desigualdade social, que buscamos endereçar também no Pacto.

EDUCATRIX As empresas que integram o Pacto Global também se comprometem a trabalhar pelo alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Vocês trabalham na perspectiva de todos os ODS ou de alguns em especial?

ROZMAN Temos trabalhado prioritariamente sobre os ODS de número 6 (Água Potável e Saneamento), 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), 14 (Vida na Água), 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e Direitos Humanos, que é um tema transversal e está presente em 94% da agenda. Mas o trabalho do Pacto Global não se esgota em 2030, até porque provavelmente não chegaremos aonde queremos. Está acontecendo um retrocesso imenso dos indicadores e metas. Tudo indica que em 2030, que é daqui a pouco, ainda vamos estar em busca de cumprir essa agenda, e provavelmente as Nações Unidas vão construir um novo arcabouço de trabalho. □



MOVIMENTO RAÇA É PRIORIDADE

Quer atingir mais de 1.500 empresas comprometidas, para promover mais de 15 mil pessoas negras (negras, indígenas, quilombolas ou pertencentes a outro grupo étnico socialmente vulnerável) em cargos de liderança até 2030, mais de 20 mil pessoas negras capacitadas em soft e hard skills; diminuição do gap de remuneração entre os grupos étnico-raciais socialmente vulneráveis e brancos; e mais de 150 lideranças influenciadoras de alto nível engajadas com essa ambição.



MOVIMENTO AMBIÇÃO NET ZERO

Colabora para a redução de 2 giga toneladas de CO₂ e em emissões acumuladas. O movimento ambiciona trabalhar localmente com reduções de emissões de gases de efeito estufa para impactar a sociedade brasileira e o meio ambiente global.



MOVIMENTO TRANSPARÊNCIA 100%

Tem o objetivo de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, encorajando e capacitando as empresas para ir além das obrigações legais, fortalecendo mecanismos de transparência e integridade.



MOVIMENTO MENTE EM FOCO

O movimento é uma forma de trazer para o centro das decisões a pauta da saúde mental, estimular a discussão sobre o tema, estabelecer ações concretas e de suporte aos seus colaboradores e criar um ambiente de trabalho saudável.



GABRIELA ROZMAN

é formada em Psicologia pela PUC/SP com mestrado em Psicologia Social e Cultural pela London School of Economics (LSE). Atuou no setor privado com Programas de Desenvolvimento e na consultoria de sustentabilidade Globescan. Agora no Pacto Global, tem como missão promover conhecimento sobre os ODS e capacitar indivíduos e organizações na direção da Agenda 2030.



Prazer em ler,
ouvir e aprender.

O Leiomundo é a nova plataforma de literatura da Santillana Educação, para ler, ouvir, exercitar e se encantar enquanto aprende.

Disponível para todos os segmentos escolares, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Um novo formato de leitura para novos hábitos.



Plataforma lúdica



Plano leitor



Facilidade de acesso



Audiolivros

Com os maiores autores de literatura infantojuvenil do Brasil.



Ana Maria Machado



Eva Furnari



Ilan Brenman



Pedro Bandeira




Walcyr Carrasco



Conheça a solução digital e pedagógica de incentivo à leitura.

 @leio.mundo

 @leio.mundo

 0800 770 3004

leiomundo 

Como a nova geração lê.

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE E A

Sociedade

A **Moderna acaba de aderir ao Pacto Global da ONU.** Como uma empresa direcionada para o futuro, valorizamos cada etapa da educação.

Juntos, podemos construir uma sociedade consciente e responsável, que valoriza seus bens naturais, seus indivíduos e as futuras gerações.

Vamos replicar atitudes e transformar o mundo por meio da educação!

NOSSA ATUAÇÃO HOJE PARA O FUTURO



Da semente ao livro

sustentabilidade por todo o caminho

Plantar florestas

A madeira que serve de matéria-prima para nosso papel vem de plantio renovável, ou seja, não é fruto de desmatamento. Essa prática gera milhares de empregos para agricultores e ajuda a recuperar áreas ambientais degradadas.

Fabricar papel e imprimir livros

Toda a cadeia produtiva do papel, desde a produção de celulose até a encadernação do livro, é certificada, cumprindo padrões internacionais de processamento sustentável e boas práticas ambientais.

Criar conteúdos

Os profissionais envolvidos na elaboração de nossas soluções educacionais buscam uma educação para a vida pautada por curadoria editorial, diversidade de olhares e responsabilidade socioambiental.

Construir projetos de vida

Oferecer uma solução educacional Moderna é um ato de comprometimento com o futuro das novas gerações, possibilitando uma relação de parceria entre escolas e famílias na missão de educar!

Fotografe o código QR e
conheça melhor esse caminho.

Saiba mais em mod.lk/susten





O que é ser educador diante das **novas fronteiras** da sustentabilidade

Conheça histórias inspiradoras de educadores e projetos que ganharam reconhecimento nacional por promoverem o crescimento sustentável e a cidadania ambiental.

—
TEXTO *Lara Silbiger*



FOI-SE O TEMPO em que falar sobre sustentabilidade se resumia a discutir questões ecológicas nas salas de aula. Faltando poucos anos para o Brasil se aproximar das metas traçadas na Agenda 2030, cabe às escolas se comprometerem com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e fazerem a sua parte para torná-los realidade.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os ODS são um modelo para o mundo alcançar um futuro melhor e mais sustentável para todos. Representam também um apelo para que governos, empresas, instituições – entre elas as de ensino – e cidadãos façam a sua parte para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e assegurar que as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade onde quer que estejam.

Alguns professores, coordenadores e gestores já abraçaram o desafio, trabalhando com os ODS por meio de projetos na escola e investindo na transversalidade do tema. É o caso dos educadores que conversaram com a *Educatrix* nesta reportagem. Em comum, todos foram reconhecidos nacionalmente por sua destacada atuação em iniciativas que deram contornos práticos ao conceito de sustentabilidade e traçaram caminhos para impactar o entorno.

Nas próximas páginas, conheça a trajetória desses educadores e sua contribuição para o futuro que almejam pós-pandemia. »

» FORMAÇÃO DE CIDADÃOS AMBIENTAIS

{ **RAFAELA SAWAKI** } educadora ambiental e professora de Química, Matemática e Física — Sobral (CE).

“A educação ambiental ainda caminha a passos lentos nas escolas. O que estamos apresentando aos nossos alunos? Que reflexões eles estão elaborando? Olhar para isso significa olhar para o futuro que se desenha no horizonte, moldado pelas mudanças climáticas”, comenta a educadora ambiental Rafaela Sawaki.

Segundo ela, que também é professora de Química, Matemática e Física na rede privada em Fortaleza (CE), é inevitável que novas profissões surjam para lidar com os desafios da sustentabilidade. “Por isso, nenhuma criança deveria ficar de fora da discussão. Cabe à escola prover formação ambiental para que elas assumam, desde já, o papel de membros ativos na sociedade.”

O mergulho de Rafaela no universo da educação — em especial, com o viés ambiental — ocorreu durante o mestrado em Engenharia Química na Unicamp (SP). Como voluntária, foi professora do cursinho para estudantes de um assentamento do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-teto). “A experiência foi uma verdadeira catarse, o que me ajudou a entender as desigualdades sociais e me engajar em mais projetos de educação e sustentabilidade.”

Foi dela a concepção e realização da Primeira Olimpíada Socioambiental de Sobral (CE), que lhe rendeu o prêmio Conectando Boas Práticas 2021. A iniciativa, voltada para os anos finais do Ensino Fundamental, se deu em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. “O objetivo era fomentar o conceito de cidadania ambiental entre alunos, professores e gestores e mostrar que suas ações têm impacto sobre o meio ambiente, a produção de alimentos e até a cultura local”, conta a educadora ambiental.

Apoiado na prática de gamificação, o projeto girou em torno do rio Acaraú — um símbolo de Sobral. Todas as etapas da Olimpíada — feita a distância por conta do distanciamento social necessário ao combate da pandemia — foram pensadas para envolver os alunos em uma aventura lúdica pelo vale do Acaraú.

Cada equipe contou com um professor-orientador, que previamente também participou de uma formação ambiental. Entre os desafios dos alunos, estavam testar conhecimentos de ciências e sustentabilidade, criar um mapa afetivo do território e fazer um infográfico que explicasse a necessidade de preservar o rio Acaraú. As produções foram apresentadas para uma banca examinadora, que definiu os três finalistas.

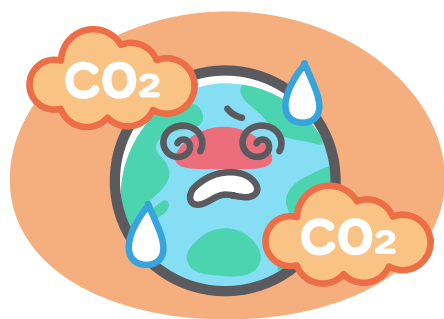
Mais de 25 escolas e 178 equipes participaram da iniciativa, superando a marca de 650 pessoas. “Todos tiveram a oportunidade de fazer uma nova leitura da cidade e redescobrir Sobral em diferentes dimensões — fauna, flora, saneamento básico, alimentação, entre outras. Tudo isso reforçou minha certeza de que não há como dissociar o território do seu contexto social. É a partir daí que os estudantes identificam problemáticas e saem em busca de respostas em Química, Matemática, Física e Biologia”, afirma Rafaela.

Para ela, o papel do professor é orientar os alunos, apoiá-los na curadoria de conteúdo e sistematizar os conhecimentos levantados ao longo do processo.

NOVOS HORIZONTES DA SUSTENTABILIDADE

{ **LIA ARMELIN** } diretora pedagógica dos anos finais do Ensino Fundamental e do Médio da See-Saw Panamby, e Sérgio Alencar, coordenador pedagógico do Ensino Médio — São Paulo (SP).

“Ser professor é estar sempre olhando para o mundo e buscando formas de melhorá-



NENHUMA CRIANÇA DEVERIA FICAR DE FORA DA DISCUSSÃO. **CABE À ESCOLA** PROVER FORMAÇÃO AMBIENTAL PARA QUE ELAS ASSUMAM, DESDE JÁ, O PAPEL DE MEMBROS ATIVOS NA SOCIEDADE.

-lo”, afirma Lia Armelin, diretora pedagógica dos anos finais do Ensino Fundamental e do Médio na See-Saw Panamby, escola da rede privada de São Paulo (SP). Para ela, o desafio torna-se ainda maior neste período pós-pandemia, em que discutir sustentabilidade é fundamental para o futuro do planeta.

Tudo isso vem redirecionando a forma como a escola enxerga a sustentabilidade. “Antes, o termo ainda estava muito ligado a ecologia, reciclagem e reflorestamento. Pouco se falava de saúde e bem-estar atrelados à sustentabilidade. Após a covid-19, essa ligação ficou evidente”, comenta a diretora.

Ela ainda acrescenta que essa visão mais abrangente da sustentabilidade contribui para tornar o conceito mais palpável e possível de se alcançar. “Há coisas que acontecem do nosso lado e sobre as quais podemos intervir e transformar realidades.”

Foi o que aconteceu em 2018, quando a turma do Ensino Médio desenvolveu o projeto “Sustentabilidade: agir ou assumir consequências?”. O trabalho foi finalista do prêmio Desafio 2030 – Escolas Transformando nosso Mundo.

Mais que buscar respostas, os alunos foram incentivados a trabalhar em grupos, refletir sobre os ODS e implantar iniciativas sustentáveis na comunidade escolar.

“Do processo contínuo de investigação, que incluiu práticas de design thinking e makers, entrevistas com CEOs de startups, pesquisas orientadas por professores, entre outros, resultaram projetos totalmente inovadores”, conta Sergio Alencar, coordenador pedagógico do Ensino Médio.

Foi o caso do grupo que trabalhou o tema Água Potável e Saneamento e inventou um dispositivo para economizar água ao dar a descarga, o que otimizaria o uso do recurso na escola. Outro exemplo foi o grupo Energia Limpa e Acessível, que criou um mecanismo para carregar o celular a partir da energia mecânica gerada por pedaladas em uma bicicleta. »

- » Com a implantação do Novo Ensino Médio, a sustentabilidade ganhou lugar cativo na grade curricular. Nas aulas de Ciências Sociais e Sustentabilidade Urbana, são abordados temas como modais, organização habitacional, consumo consciente e cidades sustentáveis. Já na disciplina A Vida em Equilíbrio, conceitos de Biologia e a microbiologia trazem novas perspectivas sobre a sustentabilidade e a decomposição.



ACOLHIMENTO E EDUCAÇÃO PARA REDUZIR DESIGUALDADES

{ LÚCIA CRISTINA CORTEZ DE BARROS SANTOS }

diretora da E.M. Professor W. Garcia — Manaus (AM).

“O papel do educador é ser um agente de transformação, mostrando para os estudantes que eles também podem gerar mudanças e impactar positivamente a própria vida e o entorno”, afirma Lúcia Cristina Cortez de Barros Santos, diretora da E.M. Professor Waldir Garcia, na rede municipal de Manaus (AM). Ela foi uma das vencedoras do prêmio Educador Nota 10 em 2020.

Desde 2005, ela está à frente da gestão da escola, que se tornou referência nacional no acolhimento de refugiados e migrantes de países com crises humanitárias. Dos 255 alunos, cerca de 50 provêm de países como Haiti, Venezuela, Cuba, Bolívia e República Dominicana.

Os primeiros a chegar foram os haitianos, em 2007. O desafio de acolhê-los em suas especificidades e se comunicar com eles exigiram de Lúcia e de toda a comunidade escolar empatia, cooperação e até algumas mudanças na gestão.

Desde 2015, a reprovação foi abolida da E.M. Professor Waldir Garcia. “Nossa escola trabalha com diversidade e inclusão. Aqui, ninguém fica para trás. Caminhamos juntos, com igualdade de



FOGAMOS NA BUSCA DE UMA SOLUÇÃO
INOVADORA PARA UM PROBLEMA
ANTIGO NO SERTÃO: **A FALTA DE ÁGUA
NO PERÍODO DE ESTIAGEM**

oportunidade para todos”, explica a diretora.

Além disso, faz seis anos que a escola já não tem carteiras enfileiradas nas salas de aula. No lugar, há mesas que reúnem vários alunos. “A mudança na configuração veio para promover a cultura da colaboração e incentivar o diálogo, o trabalho em equipe e a criatividade”, revela Lúcia.

Seu estilo de gestão também mudou. “Percebi que o jeito tradicional, rígido e disciplinado – a que eu estava acostumada na rede privada – não funcionava nesta escola. A falta de flexibilidade aumentava ainda mais as desigualdades entre os estudantes.” Hoje as assembleias fazem parte da rotina e contam com a participação de toda a comunidade escolar. “Nossas portas estão sempre abertas para os pais, que entram e saem quando querem. Alguns inclusive atuam como tutores voluntários”, comenta a diretora.

O olhar atento aos estudantes refugiados e migrantes e também às famílias chamou a atenção da Unicef, que procurou a diretora para conhecer as estratégias de inclusão e acolhimento da escola. “Não há segredo. É só envolver as crianças que elas aprendem”, garante ela.

A experiência bem-sucedida da E.M. Professor Waldir Garcia contribuiu também para o desenvolvimento da plataforma Edumigra, cujo objetivo é formar professores para a garantia do direito à educação de crianças e adolescentes refugiados e migrantes.

INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL

{ **RENATO NUNES RAMALHO** } professor de Física na Escola Cidadã Integral Professor Crispim Coelho, da rede estadual em Cajazeiras (PB)

“A educação em si tem mudado muito e vai mudar ainda mais. Com a pandemia, por exemplo, tivemos o desafio de dar aulas a distância, cativar os alunos e ainda fazer com

que não perdessem o vínculo com a escola”, comenta o professor de Física Renato Nunes Ramalho, da Escola Cidadã Integral Professor Crispim Coelho, da rede estadual em Cajazeiras (PB).

O que, a princípio, parecia uma dificuldade foi driblado por ele e alguns alunos do Ensino Médio que estavam determinados a participar da competição estadual Ouse Criar. “Fizemos pesquisas e reuniões on-line, compartilhamos ideias e conhecimento e focamos na busca de uma solução inovadora para um problema antigo no sertão: a falta de água no período de estiagem”, conta Renato, que foi o mentor do grupo.

O resultado foi um projeto alicerçado nos ODS e que culminou com a criação de um sistema hídrico para reaproveitamento das águas cinza e pluviais nas escolas do semiárido paraibano. “A ideia consistia em captar a água da chuva para usá-la nos meses de estiagem e reaproveitar a água suja, que passaria por um tratamento químico e depois seria utilizada no dia a dia da escola, por exemplo, na limpeza do espaço”, explica o professor.

O resultado rendeu ao grupo o primeiro lugar na competição estadual Ouse Criar, e a Renato, o prêmio Professor Transformador. “É um mérito coletivo. Afinal, antes da inovação sempre vem a colaboração.”

PARA SABER MAIS

- Lovato, Antonio e Franzim, Raquel (org.). (2017). O ser e o agir transformador para mudar a conversa sobre educação (1ª ed.). Ashoka e Instituto Alana. Disponível em: mod.lk/ed23per1. Acesso em: 5 set. 2022.
- Gravatá, A., Piza, C., Mayumi, C., Shimahara, E., & Coletivo Educação. (2013). Volta ao mundo em 13 escolas: Sinais do Futuro no presente (1ª ed.). Fundação Telefônica. Disponível em: mod.lk/ed23per2. Acesso em: 5 set. 2022.
- Centro de Referências em Educação Integral. (2016). Cards Práticas Pedagógicas (Mandala). Centro de Referências em Educação Integral. Disponível em: mod.lk/ed23per3. Acesso em: 5 set. 2022.
- Alves, R. (2021). *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir* (12ª ed.). Campinas: Papyrus.

CRIATIVIDADE QUE TRANSFORMA A EDUCAÇÃO

O UNO educação é um projeto educacional completo que contempla soluções integradas e tecnológicas.



NOSSOS PILARES EDUCACIONAIS



REDE

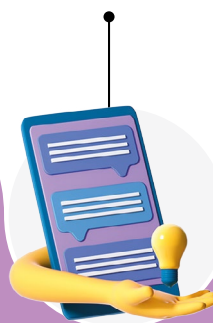
ALUNOS

RECURSOS DE APRENDIZAGEM

SERVIÇOS EDUCACIONAIS

ESCOLAS

FAMILIAS



AMBIENTES

AVALIAÇÕES

UNO



Agende uma reunião
e conheça nosso projeto
educacional.

www.unoeducacao.com | 0800 772 8866

A CRIATIVIDADE
QUE TRANSFORMA



UNO
educação

EDUCAR PARA UM MUNDO SUSTENTÁVEL





DUAS CONVICÇÕES, ENTRE
TANTAS INCERTEZAS.
ENTREGAREMOS AOS
NOSSOS FILHOS UM PLANETA
ENFERMO, ESGOTADO,
SOB MUITOS ASPECTOS
INADEQUADO À VIDA.
DEVEMOS RECONHECER
QUE **É PRECISO FAZER
ALGO AGORA,**
DESDE JÁ, INDIVIDUAL
E COLETIVAMENTE — E
**TODOS OS CAMINHOS
DE ESPERANÇA PASSAM
PELA EDUCAÇÃO.**

► **COMO EDUCADOR**, qual seria sua reação ao saber que aquilo que fizemos nesta década, e nas duas próximas, definirá nosso futuro neste século e até mesmo neste milênio? A Terra passou de 2,5 bilhões de habitantes, em 1950, para quase 8 bilhões de pessoas em 2022, que demandam mais recursos, alimento, água. A pegada ecológica atual dos seres humanos requer 1,6 planeta Terra para nos sustentar e absorver o resíduo gerado anualmente. Até 2050, usaremos os recursos do planeta quatro vezes mais rápido do que podemos reabastecê-lo.

O que pensaria um professor ao descobrir que, hoje, com o aquecimento global, 1 milhão de espécies estão em risco, e as mudanças climáticas já criam ondas migratórias humanas? E que 9 milhões de pessoas morrem a cada ano por causas ambientais, como a poluição? Até 2070, um terço da população mundial viverá em áreas inadequadas para a vida humana.

Há duas conclusões que saltam à vista. Em primeiro lugar, a certeza de que entregaremos aos nossos filhos um planeta enfermo, esgotado, sob muitos aspectos inadequado à vida. Em segundo, precisamos reconhecer que é preciso fazer algo agora, individual e coletivamente, com muita urgência — e todos os caminhos de esperança passam pela Educação.

É aí que está o problema. Com todo o avanço tecnológico e científico, com todas as redes de informação e a multiplicação das capacidades humanas, ainda não fomos capazes de tornar a escola um ambiente de transformação para reverter uma cultura individualista e exploratória. E o pior: não parecemos estar caminhando na direção correta.

Um estudo global recentemente realizado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) mostrou que **apenas metade dos currículos nacionais menciona as mudanças climáticas** — desafio iminente e mais ameaçador do mundo atual. Quando tratam desse assunto, é de forma superficial. **Apenas um em cada cinco programas escolares dá ênfase à biodiversidade**. Os dados mostram também que **apenas 40% dos professores pesquisados se sentem confiantes em ensinar sobre a gravidade da emergência climática** e só um terço se considera capaz de explicar os efeitos da mudança das médias de temperatura na região ou localidade onde mora e/ou trabalha.

A discussão já saiu do plano pedagógico e escalou a governança dos países. Foi tema das recentes Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP) e certamente marcará os esforços de todos nos próximos anos. “A crise climática não é mais a ameaça de um futuro distante, mas uma realidade global. Não há solução sem educação. Todo aluno precisa entender as mudanças climáticas e ter autonomia para fazer parte da solução, e todo professor deve ter conhecimento para ensinar sobre isso. Os Estados devem se

mobilizar”, indicou a diretora-geral da Unesco, Audrey Azoulay.

O movimento internacional mais forte feito nesta direção aconteceu em 2021. Durante a Conferência Mundial Virtual, entre 17 e 19 de maio, mais de 80 representantes dos países participantes se comprometeram com medidas concretas para transformar a aprendizagem para a sobrevivência de nosso planeta. Foi firmada a Declaração de Berlim sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS).

A EDS traz um aspecto pragmático e urgente, indicando caminhos para que a educação com esse foco se torne parte efetiva dos currículos escolares nos próximos três anos. É preciso atuar, por exemplo, na formação de professores — que não recebem preparo para esse trabalho. Da mesma forma, o objetivo da Organização das Nações Unidas (ONU) é estimular que se discutam os efeitos das mudanças climáticas nos países que mais emitem os chamados gases de efeito estufa — hoje, os mais engajados são justamente os que sofrem as consequências, como a seca na África central.

Embora seja o exemplo mais agudo, as mudanças climáticas nem de longe representam o conjunto dos desafios que a humanidade enfrenta nesse campo. O tema da sustentabilidade é um amplo chapéu sob o qual coexistem temas econômicos, como os modos de produção, sociais, como a desigualdade crescente, e políticos, como a participação democrática.

Por isso, ao assumir o compromisso de mudar o currículo conferindo centralidade à educação para o desenvolvimento sustentável, sob os olhos de 10 mil espectadores, os países se comprometeram com a promoção de medidas concretas para transformar a aprendizagem para a sobrevivência do planeta. Entre as medidas, estão o foco nas competências de colaboração, a construção de resiliência e a resolução de problemas. No evento de assinatura do acordo,





**"ATÉ 2030,
GARANTIR QUE TODOS
OS ALUNOS ADQUIRAM
CONHECIMENTOS E HABILIDADES NECESSÁRIAS
PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL, INCLUSIVE, ENTRE OUTROS, POR
MEIO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E ESTILOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS,
DIREITOS HUMANOS, IGUALDADE DE GÊNERO,
PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ E NÃO
VIOLÊNCIA, CIDADANIA GLOBAL E VALORIZAÇÃO DA
DIVERSIDADE CULTURAL E DA CONTRIBUIÇÃO DA
CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL".**

Meta 4.7 do ODS 4, dedicado à Educação.

18 países da União Europeia já apresentaram suas propostas para cumprir os compromissos estabelecidos.

HISTÓRIA DO CONCEITO EDS

Para avançar na discussão e entender a importância do conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), na forma como aparece na Declaração de Berlim, é necessário observar o que ocorreu até aqui.

A ideia de uma visão de desenvolvimento que fosse sustentável remonta à década de 1970, mas ganhou projeção na Cúpula da Terra, realizada no Brasil em janeiro de 1992 — conhecida como Rio 92. Nessa ocasião, governos de mais de 170 países chegaram a um acordo sobre a necessidade de desenvolvimento sustentável como princípio orientador de seu crescimento econômico.

Desde a Rio 92, quase sempre pela iniciativa da ONU, que tem na Unesco sua agência para Educação, Ciência e Cultura, diversas conferências foram realizadas, bem como foram incluídas em documentos internacionais firmados entre os países — conhecidos como Declarações, Tratados e outras denominações semelhantes. É assim que a roda gira no mundo da diplomacia multilateral.

Em 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas promulgou a Década Mundial da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, que decorreu de 2005 a 2014 e ajudou a consolidar o conceito de EDS. Para além das ideias vigentes, estava evidente que a busca da sustentabilidade não se tratava de uma ação individual e localizada de indivíduos, mas se referia a um conjunto de transformações que só se completaria com mudanças estruturais, de forma integrada, atingindo pessoas, coletivos, comunidades, empresas, indústrias, escolas, governos, nações — todas as forças da sociedade.

Estava sendo pavimentado o caminho da difusão do conceito de EDS. Foi ►

» assim que, em 2015, 193 nações se comprometeram com o desenvolvimento sustentável ao ratificar os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS ou Agenda 2030), que sucedeu os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que tiveram sua vigência entre 2000 e 2014.

Vale sempre lembrar a meta 4.7 do ODS 4, dedicado à Educação. Preceitua o texto: “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”.

Assim, quando se fala em EDS, deve-se levar em conta que o conceito engloba um conjunto de tendências, ações, propostas como educação ambiental, responsabilidade social e outras. A Unesco define educação para o desenvolvimento sustentável como aquela que aborda o conteúdo e os resultados, a pedagogia e o ambiente de aprendizagem. “A EDS é muito mais do que pregar o ensino sobre desenvolvimento sustentável. É também praticar”, segundo documento da Unesco sobre a implementação das práticas.

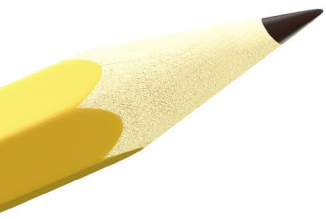
“A concepção trabalhada pela Unesco comunga com a perspectiva de cidadania local e global, aquela por meio da qual os estudantes compreendem seus direitos e responsabilidades para a construção de um mundo melhor para todos. Isso deve incluir, necessariamente, o compromisso com a justiça social, com a sustentabilidade ambiental e com os direitos humanos”, explica Mariana Alcalay, Oficial de Projetos da Representação da Unesco no Brasil.

Portanto, a EDS envolve, por exemplo, promover ambientes de aprendizagem sustentáveis, como campi verdes, construir instalações mais sustentáveis e estabelecer critérios de governança internacional em que os princípios da sustentabilidade estejam presentes. No exercício da gestão escolar, como explica Mariana, isso se traduz em esforços para evitar o desperdício de água, energia, alimentos, materiais e equipamentos, como também implica a criação e manutenção de estruturas de convívio social voltadas a permitir maior participação e engajamento da comunidade escolar nos destinos da escola, como o Conselho Escolar, o Grêmios Estudantil e a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida). “E, em relação ao espaço físico, a escola sustentável deve tratar seu espaço de forma coerente e integrada com os objetivos da sustentabilidade”, define.

Um aspecto essencial é a participação em comunidade, ressalta a Oficial de Projetos da Unesco. “Docentes e estudan-



“DOCENTES E ESTUDANTES PRECISAM SE RECONHECER COMO PERTENCENTES A UM COLETIVO, ENTENDENDO QUE SOMOS INTERDEPENDENTES NO MOVIMENTO MUNDIAL PELA MANUTENÇÃO DA VIDA NO PLANETA. OS DOCENTES, NA CONDIÇÃO DE INTEGRANTES DE UMA COMUNIDADE E IMBUÍDOS DO SEU POTENCIAL CRÍTICO E CRIATIVO, CONSTITUEM ELEMENTOS-CHAVE DESSA TRANSFORMAÇÃO DESEJADA”



tes precisam se reconhecer como pertencentes a um coletivo, entendendo que somos interdependentes no movimento mundial pela manutenção da vida no planeta. Os docentes, na condição de integrantes de uma comunidade e imbuídos do seu potencial crítico e criativo, constituem elementos-chave dessa transformação desejada”, conclui Mariana Alcalay.

É dessa forma que os sistemas educacionais conseguirão formar pessoas capazes de pensar e agir para o futuro, entendendo os efeitos de suas ações para o planeta e, assim, capazes de atuar com responsabilidade. A expectativa é que a Declaração de Berlim consolide todas as ações dentro desse arcabouço conceitual, integrador e que vai além da educação escolar.

GOVERNANÇA: A DIMENSÃO DO ESG

A difusão do conceito de desenvolvimento sustentável teve também desdobramentos fora do ambiente da educação formal. Recentemente, o noticiário da imprensa, eventos corporativos e até mesmo reuniões empresariais passaram a girar em torno de uma nova sigla — o ESG, sigla para Environmental, Social and Governance. De forma sintética, significa modelos de governança baseados em critérios de sustentabilidade ambiental e de equidade social.

Trata-se de um movimento global de imensa importância e grande impacto uma vez que o mundo produtivo começa a se reorganizar em torno do desenvolvimento sustentável. Significa dizer, por exemplo, que grandes fundos de investimento podem direcionar seus recursos a empresas e empreendimentos que comprovem seu compromisso com o ambiente e com a sociedade.

“Os investidores estão sendo estimulados a investir em empresas cada vez mais sustentáveis, conforme métricas que podem ser aferidas”, explica Gabriela Rozman, gerente de conhecimento da seção brasileira do Pacto Global da ONU, iniciativa que reúne empresas em torno de objetivos semelhantes (veja a entrevista completa nesta edição). Em setembro, a Santillana Educação e a Moderna passaram a integrar o Pacto Global, o que significa para as empresas assumir um compromisso público com as metas estabelecidas. Segundo Gabriela, a busca de atingimento das metas dos ODS constitui-se na linguagem comum entre as diferentes forças da sociedade — e se traduziram, no mundo empresarial, pelo ESG.

Para o administrador de empresas Alessandro Carlucci, executivo-residente da Columbia University, ex-CEO da Natura — uma das primeiras grandes empresas brasileiras a assumir o tema da sustentabilidade —, o envolvimento do mundo corporativo com a sustentabilidade é inevitável. Para ele, do ponto de vista corporativo, sustentabilidade deve ser entendida como uma forma de gerar valor para todos os envolvidos

em um empreendimento — inclusive o próprio meio ambiente.

“É possível gerar valor social, mitigar impactos ambientais e produzir valor econômico, ao mesmo tempo e de forma sinérgica”, acredita. Para ele, embora o mundo sempre vá precisar de ações altruístas e filantrópicas, é a geração de valor que poderá tornar o mundo mais sustentável. “Haverá mudança mais rápida nas antigas lideranças para que as novas gerações tragam uma visão mais ampla sobre o tema”, diz.

Para Carlucci, o fator decisivo é a própria sociedade, que passa a preferir marcas e produtos realmente sustentáveis. Para ele, empresas que simplesmente fingem ser sustentáveis — no processo denominado *greenwashing* — estão fadadas a sair do mapa.

Mas e quando as organizações pertencem ao mundo da Educação? Aí, complexidade e relevância das ações, bem como o tamanho do impacto social, atingem outra dimensão. É o caso do que vem ocorrendo nos últimos anos com a própria Santillana.

Empresa global e inovadora, liderando o setor educativo na América Latina, a Santillana trouxe o tema do desenvolvimento sustentável para o coração da estratégia da empresa — a ponto de se tornar um dos eixos principais do negócio. “Não há outra empresa do setor tão bem posicionada para liderar esse desafio”, diz Luciano Monteiro, diretor global de Comunicação e Sustentabilidade da Santillana.

Há diferentes razões para isso. Em primeiro lugar, a necessária contrapartida social, o compromisso com a Educação, em todas as suas dimensões, e a coerência de uma organização cuja razão de existir é contribuir com a construção do futuro. Ao mesmo tempo, é também uma decisão empresarial alinhada com objetivos estratégicos de seguir ditando tendências, dialogando com as demandas das sociedades dos 20 países em ►

» que está presente e promovendo a transformação da educação, que vive um tempo de disrupção.

Como a ação da empresa no mundo deve ser coerente com aquilo a que se pretende, o mesmo movimento vem sendo feito internamente, nas políticas de gestão de pessoas, na substituição da gasolina dos veículos por biocombustíveis, na compra de 100% do papel certificado, na busca pela desplastificação da cadeia produtiva, entre muitos exemplos. “Temos o objetivo de alcançar a neutralidade nas emissões de carbono para a mitigação do risco climático até 2035”, diz Luciano. “Precisamos liderar pelo exemplo”, afirma.

Para cada dimensão, há objetivos e métricas próprios, periodicamente revisados. No âmbito dos serviços que presta à sociedade, o alinhamento com os ODS é o mesmo: todos os conteúdos educativos produzidos pela empresa vêm buscando incorporá-los e difundi-los para alunos, educadores e famílias.

Para dar materialidade ao seu foco estratégico no desenvolvimento sustentável, a Santillana **elegeu priorizar sete dos 17 ODS: os ODS 4 (Educação de qualidade); 5 (Igualdade de gênero); 8 (Trabalho decente e crescimento econômico); 10 (Redução das Desigualdades); 13 (Ação contra a mudança global do clima); 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (Parcerias e meios de implementação)**. Em cada um deles, as ações se multiplicam, inclusive com os esforços para difundir na sociedade os melhores princípios e práticas, conforme a realidade de cada país. No Brasil, por exemplo, acaba de ser lançado o primeiro podcast sobre educação antirracista. Da mesma forma, temas como a inclusão de pessoas com deficiência e outras pautas urgentes de equidade social estão sendo deslançadas.

Para isso — de forma coerente com os ODS priorizados — a Santillana conta com parcerias importantes. De um lado, uma das maiores redes de especialistas de uma instituição privada nos países onde está presente; de outro, instituições e agências de referência em plano global, como a Unesco e OEI. Assim, a empresa trabalha para cumprir seu propósito central, resumido em seu último informe de sustentabilidade: “Por sua capacidade transformadora, a educação é uma das chaves para reduzir a pobreza e as desigualdades, move as pessoas a levar uma vida mais saudável e sustentável, e é fundamental para o respeito aos direitos humanos e à criação de sociedades mais pacíficas”.

CURRÍCULO E BOAS PRÁTICAS

No mundo do EDS, a educação é o processo central. Por isso, há muito o que fazer na escola, seja no currículo, seja na organização escolar. É necessário lembrar, por exemplo, que a escola consome água, energia, alimentos, e precisa se repensar como parte implicada. De que adiantam as melhores aulas

se no intervalo é o velho show de desperdício, uso indiscriminado de plástico, exemplos que são condenados do lado de fora dos muros da escola?

Por isso, para Mariana Alcalay, é preciso haver o encontro entre discurso e prática, ainda muito distantes entre si. Contudo, ela já vê exemplos muito positivos na realidade brasileira, como municípios com os quais a Unesco coopera, como Leme e São Paulo. “São experiências exitosas que contemplam uma abordagem de EDS nos aspectos curriculares, pedagógicos e de gestão”, celebra Mariana.

Segundo Mariana, a legislação brasileira já está em consonância com a visão da Unesco — um exemplo são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP n. 2, de 15 de junho de 2012, art. 14), que recomendam que as instituições de ensino se tornem espaços educacionais sustentáveis. “Isso significa que a sustentabilidade socioambiental deve fazer parte não apenas do currículo escolar, como objeto de aprendizagens formais, mas também do cotidiano da comunidade escolar, em práticas que estimulem o cuidado com o meio ambiente e com as pessoas”, diz.

Conforme explica, na gestão escolar, isso se traduz em esforços para evitar o desperdício de água, energia, alimentos, materiais e equipamentos, e também para a criação e manutenção de estruturas de convívio social voltadas a permitir maior participação e engajamento da comunidade escolar nos destinos da escola, como o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil e/ou a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida.

Outro aspecto essencial é a relação entre escola e comunidade, no âmbito local e global. Conforme explicita Mariana, para trabalhar o sentido de pertencimento planetário e metas tão ambiciosas com crianças, é necessário começar pelo seu contexto mais ime-





“POR SUA CAPACIDADE TRANSFORMADORA, A EDUCAÇÃO É UMA DAS CHAVES PARA REDUZIR A POBREZA E AS DESIGUALDADES, MOVE AS PESSOAS A LEVAR UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL, E É FUNDAMENTAL PARA O RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS E À CRIAÇÃO DE SOCIEDADES MAIS PACÍFICAS.”

diato. “Entendendo sua realidade e observando as mudanças que ocorrem, elas serão capazes de se ver como partes de um contexto maior — a turma, a escola, a comunidade, o município, o país e o mundo”, explica.

Para Mariana, docentes e estudantes precisam se reconhecer como pertencentes a um coletivo, entendendo que os ODS não serão alcançados de forma isolada. “Somos interdependentes no movimento mundial pela manutenção da vida no planeta, e os docentes, na condição de integrantes de uma comunidade e imbuídos do seu potencial crítico e criativo, constituem elementos-chave dessa transformação desejada”, conclui.

Conforme a Oficial de Projetos da Unesco, o currículo da cidade de São Paulo é um exemplo pioneiro no mundo ao trazer os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento alinhados com os ODS, o que possibilitou tratar com seriedade as temáticas sociais, entre elas a sustentabilidade, que perpassa os direitos humanos e o consumo sustentável.

A rede municipal de São Paulo produziu o documento considerando as Diretrizes de Aprendizagem dos ODS com o objetivo de potencializar a articulação entre o Currículo da Cidade e as questões sociais e ambientais, nos âmbitos local e global, para dar aos estudantes a oportunidade de se tornarem cidadãos globais que constroem novas realidades baseando-se em conhecimentos, habilidades e atitudes. Todos esses materiais relacionados ao Currículo da Cidade de São Paulo estão disponíveis no portal institucional da Secretaria Municipal da Educação (link no quadro abaixo).

Para Mariana, os educadores são atores essenciais para a conscientização das gerações futuras e da comunidade escolar como um todo. Justamente pensando nos professores de Ensino Fundamental —, Anos Iniciais, a Unesco produziu uma série de recursos chamada Educação para o Desenvolvimento Sustentável na escola, composta de dez cadernos pedagógicos sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Nos cadernos, são sugeridas 84 atividades lúdicas a serem adaptadas de acordo com cada contexto escolar, que podem ser utilizadas tanto na educação formal como na não formal. Para cada uma são indicadas habilidades previstas na BNCC nas cinco áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino religioso). ▣

PARA SABER MAIS

- Portal Institucional da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Disponível em: mod.lk/ed23_pdi. Acesso em: 9 set. 2022.
- Cards Educação para o Desenvolvimento Sustentável na Escola (EDS na escola). Unesco (EDS). Disponível em: mod.lk/ed23_pdi. Acesso em: 9 set. 2022.

O que podemos aprender com as OSC?

Enquanto o conhecimento político não estiver ao alcance de todos, continuaremos em um Brasil desigual. Uma educação básica que prepare para o exercício da cidadania propicia uma sociedade mais participativa e um país mais justo e menos desigual para todos.

TEXTO *Ricardo Prado*

EDUCATRIX entrevistou quatro Organizações da Sociedade Civil (OSC) que têm foco na educação e vêm trabalhando de forma consistente em escolas e redes públicas: Ação Educativa, Aprendiz, Cedac e Instituto Palavra Aberta. Veja adiante como essas organizações avaliam o próprio papel, o que elas podem e o que não podem trazer para o chão da escola, o papel estratégico da direção da escola para que os projetos funcionem e como veem a sustentabilidade de suas ações. Qual é, portanto, o legado que as organizações da sociedade civil podem deixar nas comunidades escolares onde atuam?



EDUCATRIX **O que as organizações da sociedade civil podem trazer para as escolas?**

TEREZA PEREZ (CEDAC) Eu acho que trazem uma cultura profissional. É um aprender a refletir sobre a prática, a utilizar as teorias para compreender melhor o que ocorre e identificar os problemas, buscar caminhos próprios. Isso acho que ajuda bastante mesmo. E a comunidade. Cada vez mais a gente tem clareza da necessidade de um trabalho intersetorial envolvendo a comunidade também. A relação da escola com a família tem sido intensificada, e tem ajudado bastante. Isso quer dizer que



se forma um novo olhar para essa relação escola-família, identificando quais são os problemas da comunidade que podem ser debatidos dentro da escola, fazendo construções coletivas. Isso é bem bacana e a gente faz.

NATACHA COSTA (APRENDIZ) Acho que passa por aquela ideia de que é preciso toda uma aldeia para educar uma criança. Nesse sentido, uma escola que implementa uma gestão democrática, que constrói o seu projeto político pedagógico com a sua comunidade escolar, ou seja, com as famílias, com os estudantes, com os profissionais, e também em diálogo com organizações

do território, é uma escola que acaba ganhando muito no sentido de fazer parte de uma rede que agrega para a escola conhecimentos, possibilidades de compreensão maior a respeito da realidade com os estudantes, a possibilidade de compor na sua oferta educacional linguagens e conhecimentos que os seus profissionais não têm. É o caso, por exemplo, quando as escolas fazem parcerias com os mestres de tradição das comunidades, como os mestres de capoeira. Em parte é o que aconteceu aqui em São Paulo, nas escolas da Vila Madalena, com Aprendiz. É o que acontece em Felipe Camarão, por exemplo, um bairro »

» na periferia de Natal, com a Associação Terra Mar, que trabalha com os mestres de tradição daquele território em uma ação muito forte com as escolas, tanto no sentido de compartilhar essas aprendizagens, quanto de fortalecer o projeto político pedagógico delas. É o que acontece também na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, com o Redes da Maré.

PATRICIA BLANCO (INSTITUTO PALAVRA ABERTA) Eu vejo que o terceiro setor e as entidades não governamentais têm facilidade de apoiar políticas públicas de uma forma muito ampla. Nesse sentido, uma ação muito importante é a de suprir algumas carências do poder público, principalmente nas questões relacionadas à inovação, à melhoria de processos, fazendo com que a gestão pública tenha acesso a tecnologias mais avançadas. Não só as tecnologias da informação, no que diz respeito a equipamentos, mas a novas funcionalidades ou tendências da educação. Muitas vezes, o setor público é engessado e não consegue avançar, por questões de licitação, de pensamento político partidário ou por problemas de gestão mesmo. O terceiro setor tem, assim, esse papel de indutor de políticas públicas.

EDNÉIA GONÇALVES (AÇÃO EDUCATIVA) Entendo que é função social da escola articular os saberes produzidos ao longo da história e sistematizados pelas áreas do conhecimento, com outros saberes desenvolvidos pelas diferentes culturas. A articulação desses conhecimentos se encontra na base da construção de aprendizagens significativas para toda a comunidade escolar. E os saberes das culturas estão presentes nos movimentos sociais, nos coletivos organizados e nas organizações da sociedade civil. Assim, garantir a participação das escolas na rede de proteção dos direitos sociais é condição para o fortalecimento de sua função social.

EDUCATRIX Quais seriam, considerando sua experiência, os limites dessa parceria?

TEREZA PEREZ A primeira questão que se coloca para nós é não substituir o Estado. Isso eu acho que a gente tem que ter muita clareza. De que toda a nossa entrada nos municípios, nas redes municipais ou estaduais é no sentido de apoiar, de fortalecer as práticas. Portanto, há um limite grande, porque o grau de abrangência é reduzido. A gente não é Estado, não tem como garantir todas as condições, e eu acho que isso é muito bom, porque o papel das OSC é criar novas tecnologias educacionais, poder fazer pesquisa, ter tempo para aprofundar determinadas questões e auxiliar, de fato, a implementar políticas públicas.

PATRICIA BLANCO Eu acho que os limites acontecem na medida em que você tem que buscar parcerias e não impor questões, do tipo “você tem que fazer isso”. Tem que ser uma parceria com aquele gestor daquela escola, daquela rede, daquele município, para que se consiga juntar os benefícios que você está oferecendo às oportunidades que a escola vai abrir para implantar aquela política pública.

NATACHA COSTA É quando o terceiro setor procura substituir o papel dos profissionais da educação e das redes. É o caso das organizações conveniadas na [oferta de] educação infantil da cidade de São Paulo, por exemplo. Não obstante haver organiza-

ções que fazem um trabalho excelente à frente das escolas conveniadas, há também instituições que fazem um péssimo trabalho. No caso da Educação Infantil isso ocorre porque há nessa faixa um problema seríssimo de déficit de oferta, e essa foi uma forma mais célere de se resolver esse problema. Mas hoje, por exemplo, existe um Projeto de Lei na Câmara de São Paulo [PL 573 de 2021] propondo que a gestão das escolas de Ensino Fundamental possa ser feita também por organizações da sociedade civil. Isso é um descalabro porque se desmonta toda a estrutura do direito à educação como um direito que é sustentado pelo financiamento público, dentro de uma perspectiva estatal de garantia de condições de educação para todos. Há um movimento forte de mercantilização e privatização na área de educação; são vários movimentos nessa direção. São crenças baseadas numa ideia de que a gestão privada é melhor do que a pública, e isso é uma falácia, não há nada, nenhuma evidência que comprove isso. O que acontece, em muitos casos, na implementação desses modelos é que nessas escolas são criadas condições específicas, que não são as mesmas das demais e, portanto, essas escolas acabam tendo um desempenho melhor. Mas é uma lógica de criação de ilhas de excelência num mar de desigualdades, ou seja, não é uma lógica de política pública.

Fora isso, não tão radical, há algumas organizações da sociedade civil que trazem um modelo pronto para dentro da rede pública. É o caso de experiências com educação integral que vêm sendo feitas por alguns institutos, que chegam com um modelo fechado de escola, com baixíssimo respeito às comunidades escolares, que têm pouca oportunidade de validar o projeto. Nós, que sempre trabalhamos em parceria com as escolas, aprendemos que é muito importante respeitar a escola republicana, que está orientada por um conjunto de leis. E na LDB há a garantia da autonomia escolar. A lei garante que esse processo seja construído de forma democrática pelas comunidades escolares, e nada justifica que venham organizações da sociedade civil de fora do sistema impor modelos às comunidades escolares.

EDUCATRIX Como a sua organização pensa a sustentabilidade das ações feitas nas escolas, no sentido de apropriação de novas aprendizagens?

TEREZA PEREZ Eu acho que tem uma coisa forte da nossa atuação que é o fato de que a gente não fala aquilo que precisa ser feito. A gente trabalha junto o que precisa ser feito, vai fazendo isso junto mesmo, de braço dado, até chegar dentro da escola, até chegar na sala de aula. O trabalho do Cedac é dentro dessa visão sistêmica mesmo, e articulada. É uma atuação que parte de um diálogo com o secretário e os técnicos da Secretaria, define um planejamento, compartilha esse trabalho com os gestores escolares e define coletivamente, com os professores e a direção, o que precisa ser feito, e como vai ser feito, dentro do recorte que foi escolhido para ser trabalhado. E a nossa experiência tem mostrado que aquilo que é oferecido ao município como formação fica. A gente trabalha dois ou três anos, sai e as pessoas têm autonomia para continuar estudando, continuar



planejando. Essa cultura profissional de trabalho é instaurada e o trabalho compartilhado também fica instaurado. Isso é bem bacana mesmo. A gente encontra pessoas maravilhosas neste país. Tem muita gente competente no Brasil, em todos os lugares a gente tem parceiros e parceiras que gostam da educação. O que falta é oportunidade de formação. Não é engajamento, há uma corresponsabilidade enorme em relação à aprendizagem dos alunos, das alunas, e dos pequeninhos também.

NATACHA COSTA Nossa perspectiva sempre é a de entender que a gente é passageiro e esses grupos são permanentes. Nesse sentido, nosso trabalho sempre se pauta numa lógica de que, quando a gente está numa escola, quando a gente está num território, o projeto não é nosso, é daquele lugar. Tanto que a gente costuma dizer no Aprendiz que todo projeto é uma hipótese, mas ele se constitui mesmo quando se está no campo. E muitas vezes aquilo que se planejou muda de figura nessa hora. O que procuramos fazer sempre é fortalecer a autonomia, ampliar o repertório, mas sempre numa perspectiva de construção de autonomia e construir o próprio vínculo com o projeto. Enquanto o projeto fica nas mãos de alguém de fora da escola, a possibilidade de sustentação daquilo é muito pequena. Uma coisa que fazemos muito é colocar os profissionais em contato com colegas de outros territórios de forma que possam se constituir como parte de uma grande rede. Não há metodologia fechada, acabada, como uma receita de bolo. A gente não acredita nisso, nem quanto à execução de projeto, nem quanto à sustentabilidade.

PATRICIA BLANCO O Educamídia, nosso programa de educação midiática, foi lançado em 2019 e buscamos um acordo com o Consed [Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação] para que a gente conseguisse disseminar o conceito e a urgência desse tema na escola. E a forma como propomos trabalhar a educação midiática, por camadas, de forma transversal, exige que a gente envolva os Secretários de Educação, os técnicos da Secretaria, quem faz os currículos, o diretor, o coordenador pedagógico e todos os professores. O nosso objetivo é fazer com que esses gestores incorporem ao seu dia a dia as práticas da educação midiática. No estado de São Paulo, por

exemplo, desde 2021 o letramento informacional e a cultura digital foram inseridos no currículo do Ensino Fundamental 2 e do Ensino Médio, dentro da disciplina obrigatória Tecnologia e Inovação. A nossa preocupação, em relação à sustentabilidade, se processa na forma como trabalhamos, porque levamos o assunto para dentro da escola, mas quem realiza o projeto são os professores e gestores daquela escola. Explicando um pouco mais, a nossa metodologia está dividida em quatro etapas: primeiro é preciso sensibilizar sobre a importância da educação midiática; o segundo passo é engajar gestores e diretores; o terceiro passo é a formação, que pode acontecer on-line ou de forma presencial. Por fim, o quarto passo é a continuidade desse processo conduzido pelos próprios professores e gestores, ou seja, a sustentabilidade.


EDUCATRIX Com base em sua experiência em diversas escolas públicas, como avalia o papel do(a) diretor(a) no sucesso ou insucesso de uma ação?

TEREZA PEREZ Ele tem um papel decisivo. Porque a atuação precisa ser sistêmica. O gestor escolar, o coordenador, os professores, são eles que, de fato, implementam as políticas públicas, por isso precisam conhecer e abraçar a causa que desejam implementar. Acho que nada pode ser feito sem a orquestração do gestor escolar, que tem de estar a par de tudo. Aliás, a gente fala muito da dupla gestora, que é o diretor e o coordenador pedagógico.

EDNÉIA GONÇALVES Sim, é muito estratégico. Entendo que o papel da gestora escolar é justamente este: o de realizar a articulação institucional entre o sistema educacional e a sociedade, ampliando o diálogo para a promoção do direito humano à educação e, também, o atendimento das demandas específicas de acesso e permanência dos estudantes.

NATACHA COSTA A escola, na sua estrutura tradicional, bem como a própria lógica das políticas educacionais, tende a reforçar uma visão muito hierárquica. Há o secretário, a equipe técnica das secretarias, o diretor, o professor, toda uma lógica hierárquica. Nessa estrutura o diretor acaba sendo uma figura de poder, então acaba sendo uma figura-chave do sucesso ou fracasso de uma experiência. E eu vejo que os diretores que constroem projetos mais sustentáveis, projetos com mais capacidade de se manterem no tempo são aqueles que constroem projetos de forma dialogada, participativa e coletiva. São aqueles que não entendem a escola como “a sua escola”, mas que o seu papel é facilitar para que a escola se constitua como um projeto coletivo.

PATRICIA BLANCO Com certeza. Vamos pegar o caso da educação midiática [uma das linhas de ação do Instituto, com o Projeto Educamídia]. O professor pode ser esse agente que vai levar a educação midiática para a sala de aula, mas se não tiver o apoio da direção, a iniciativa vai morrer na sala de aula dele, naquela experiência única daquele professor. Então, o diretor ou o gestor do município, na medida em que for imbuído da ideia, pode ser alguém que apoia a implantação de uma nova ferramenta educativa, dando ao professor espaço, oportunidade e apoio. ■



VEM COM **A GENTE** ESCREVER ESTE NOVO CAPÍTULO PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PAÍS.

Buscando sempre entender as transformações e necessidades das escolas, o compromisso da **Soluções Moderna** é levar uma **experiência educacional de sucesso**, com **planos de assessoria pedagógica personalizados e acompanhamento do estudante** em toda sua trajetória escolar, oferecendo projetos multiplataformas.

Desenvolvemos projetos educacionais voltados para secretarias de educação, educadores e estudantes das escolas públicas de todo o Brasil.

COMPETÊNCIAS
LEITORA E
MATEMÁTICA



SISTEMA
DE ENSINO



LITERATURA



SOCIOEMOCIONAL



LÍNGUA
INGLESA



EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS



Entre em contato conosco através de nossos canais para conhecer melhor nossos projetos:

Telefone: 0800 772 1090

WhatsApp: (11) 96318-7947

E-mail: atendimento@solucoesmoderna.com.br

www.solucoesmoderna.com.br

SOLUÇÕES
MODERNA





O SISTEMA QUE VAI TRANSFORMAR A EDUCAÇÃO DE SUA REDE.

O SET Brasil tem como objetivo oferecer conteúdos de qualidade para as redes públicas de ensino. Alinhado à BNCC, é uma solução que mobiliza, organiza os conteúdos e avalia o aprendizado significativo.



EDUCAÇÃO INFANTIL (2 A 5 ANOS)



- >> Livros semestrais para os alunos
- >> Guia completo para os educadores
- >> Caderno de criatividade
- >> Caderno de cenários
- >> Livro de histórias
- >> Vai e Volta: livro da família
- >> Agenda
- >> Bolsa para guardar o material
- >> Livro do coordenador
- >> Livros de Língua Inglesa*



ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS



- >> Livros bimestrais multidisciplinares
- >> Livros anuais: Língua Inglesa* e Arte
- >> Livro do Professor com respostas e encaminhamentos de atividades
- >> Guia dos componentes curriculares para os educadores
- >> Vai e Volta: livro da família
- >> Caderno do Leitor para o 1º ano
- >> Agenda
- >> Livro do coordenador



ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS



- >> Livros bimestrais multidisciplinares
- >> Livros anuais: Língua Inglesa, Língua Espanhola e Arte
- >> Livro do Professor com respostas e encaminhamentos de atividades
- >> Competências para a vida: livro do professor com proposta de abordagem socioemocional
- >> Livro do coordenador



RECURSOS
DIGITAIS
COM INTERNET
PATROCINADA



LIVRO
DIGITAL



OBJETOS
EDUCACIONAIS
DIGITAIS



BANCO DE
QUESTÕES



EAD PARA
PROFESSORES



PLANEJADOR
DE AULAS



CONTEÚDOS
COMPLEMENTARES
PARA O
PROFESSOR

AVALIAÇÕES

Um sistema robusto de avaliação desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, com foco na alfabetização, Saeb e BNCC.

FORMAÇÃO DOCENTE

Assessoria pedagógica para gestores, coordenadores e professores, com ações presenciais e a distância.



Acesse o QR Code ou visite nosso site para saber mais sobre o projeto:
solucoesmoderna.com.br/produtos-de-educacao/set-brasil/



SOLUÇÕES
MODERNA



O planejamento para ver o todo

Um novo espaço de encontros e diálogos, de produção de pensamento e seleção de experiências capazes de dar consistência e assegurar o desenvolvimento das aprendizagens essenciais para um novo tempo.

TEXTO *Leonardo Rabelo*



A ESCOLA, em poucos dias, seguiu sem muros, paredes e práticas pedagógicas sustentadas pela tradição e pela experiência. Ocupou um novo lugar, implantou um novo modelo (experimental e de incremento), que seria provisório apenas por alguns dias, mas que durou semanas, meses e anos.

Os dois últimos anos geraram uma tensão entre

o universo das paredes e das redes, que, hoje, depois de alguns meses de 100% de retorno ao modelo presencial, potencializa e demanda novos entendimentos, sondagens com dados, transparência nas escolhas e fluidez na execução da interminável busca de fazer e ser uma escola mais compatível com o espaço e o tempo da aprendizagem dos alunos. »



Novos tempos,
novos tempos.



» Como em toda e qualquer construção e estrutura de prédio, quaisquer casas e estabelecimentos, uma característica fundamental das escolas é que elas têm paredes com portas que se abrem e fecham conforme os tempos e os espaços são programados. No caso das escolas, salas de aula que estão não só delimitadas por paredes, mas também com portas que se abrem e fecham em momentos específicos. Paredes estas fundamentais para separar, recortar o espaço, limitar interações externas e internas, proteger e definir limites temporais. Assim como os cinemas, os espaços de conferências e os consultórios, as escolas foram construídas pela lógica dos ambientes com paredes, que têm horário para começar e terminar. E nesse período que estamos em lugares delimitados por paredes, supostamente deveríamos estar concentrados apenas naquele tempo e naquele espaço. No entanto, isso muda completamente com a lógica das redes que promovem conexões por todos os lugares, com certos tempos de uso e espaços ilimitados, atualizações em tempo real, mobilidade, atravessamento total das paredes, velocidade e com formas mais amplas de relacionar-se com os outros e com o mundo interno e externo, um funcionamento compatível com as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs).

A lógica das paredes e das redes foi utilizada pela pesquisadora em educação Paula Sibília, em 2012, para refletir com gestores e professores sobre como aproveitar os momentos das crises, em sua fala referente ao impacto do uso da tecnologia digital dentro das escolas, para gerar oportunidades de mudança.

O que está acontecendo neste exato momento? Quais são os maiores desafios de hoje com o retorno ao presencial? O que a lógica das paredes e das redes nos provoca, quando o assunto é planejamento?

Fazer o planejamento estratégico e um bom plano de ação para levar o que está no papel para o campo prático nunca foi uma tarefa simples. Com a expansão de formatos híbridos de aprendizagem, as novas demandas e possibilidades para os currículos, a ressignificação da relação família e escola e a adequação do negócio para a sustentabilidade da escola, com foco em processos, comunicação e formação contínuos, aumentaram exponencialmente não somente a complexidade na hora de organizar, preparar e estruturar estrategicamente o ano letivo, como

também a força e o número de influências externas sobre as decisões que impactam o planejamento.

O planejamento do ponto de vista fixo, linear e tradicional, com paredes, guiado pelo calendário letivo editável e um plano de ensino, que previa um sumário de conteúdos e carecia de poucos ajustes de um ano para o outro, não cabe mais na escola, que, mesmo voltando ao prédio com paredes, está impactada com a lógica das redes; do pensar conectado com tudo e todos; que está inventiva, com novas ideias e práticas; e que está, também, atenta para compreender e utilizar tecnologias digitais da informação e da comunicação de forma crítica e mais significativa.

Embora o contexto seja desafiador, não deve ser paralisante. Para começar a conectar o pensamento à ação, propomos, a seguir, quatro pontos para apoiar na elaboração do planejamento do próximo ano letivo.

1 DISCERNIR · EXERCER O PODER DE ESCOLHER

A primeira pergunta é: O que deveríamos estar ensinando? Tal questionamento que se repete nas mais diferentes escolas do país é extremamente importante para o momento do planejamento.

Aparentemente, saímos da zona de total incerteza, do estarmos “perdidos” e confrontando mais informações com as quais era possível lidar, para o momento do “e agora?”, como mixar as referências dos modelos presencial e virtual na elaboração do planejamento de 2023? Por onde começar? O que priorizar? Talvez a única certeza, ao retornar as aulas para o presencial, embora não muito declarada, seja que os professores não precisam lotar os alunos de informação, pois eles já têm informação demais. Em vez disso, alunos, professores e nós, gestores, precisamos de capacidade para extrair algum sentido da informação, perceber a diferença entre o que é e o que não é, e combinar estratégias e ações diferentes para ensinar, gerando situações que ajudem crianças, adolescentes e jovens a aprender e, consequentemente, desenvolver-se.

Sem dúvidas, o esforço que os gestores e os professores fizeram até aqui foi fantásticamente bom e tem um impacto imenso. Aprimoraram o uso das avaliações diagnósticas, escolheram quais eram as aprendizagens inegociáveis a partir da BNCC, fle-



xibilizaram os currículos, qualificaram aquilo que seria ofertado e selecionaram os materiais para trabalhar com replanejamento e iniciar estratégias para a recomposição das aprendizagens. Porém, como cada escola se organizou da forma que conseguiu, para responder ao questionamento sobre o que deveríamos estar ensinando, é preciso, de maneira muito simples, revisitar o uso dos recursos e dos materiais, bem como das abordagens aplicadas tanto na sala de aula quanto na prática da gestão.

Mas como fazer na prática? Na prática, é importante não só considerar os tempos formativos existentes na escola, mas mudar o foco e a intencionalidade no momento de planejar. Gerar espaços seguros emocionalmente e um bom tempo de qualidade, com reuniões abertas ao diálogo, ferramentas digitais colaborativas para o levantamento de dados e registro das decisões; aplicar pesquisas; criar comitês de pais, dentre outros, para, por meio da colaboração, da comunicação, do pensamento crítico e da criatividade, promover o desenvolvimento de novos entendimentos sobre o que foi feito até aqui e, a partir deles, selecionar um novo conjunto de critérios, um filtro para separar oportunidades valiosas de aprendizagem de oportunidades não tão valiosas para, assim, realizar o planejamento geral.

A revisão do uso dos materiais e das abordagens pode gerar uma parte dos insights necessários para planejar alguns objetivos educacionais, mas para dar continuidade ao processo mais complexo e profundo de mudanças de comportamento e de habilidades para o desenvolvimento pessoal — para a melhoria das relações com o outro e com o mundo — também é necessário abrir mais espaço para projetos e aulas com metodologias que proporcionem uma aprendizagem mais ativa, como a aprendizagem baseada em experiências, a aprendizagem baseada em ação e a aprendizagem cooperativa, para que alunos e professores se envolvam profundamente com questões que são importantes para suas vidas e assumam a responsabilidade pelo próprio aprendizado.

Outro ponto importante para escolher está na organização dos tempos e dos ambientes na escola. Na mesma medida que a estranheza provocou mudanças significativas na relação com o conhecimento, as experiências passadas e o famoso “sempre fizemos assim”, aplicadas na configuração dos espaços e dos tempos nas escolas, ficaram cada vez

menos confiáveis. Por isso, da mesma forma que promover a revisão dos currículos, ajustar o uso dos materiais, propor novas metodologias e criar redes de troca tornaram-se pontos cruciais no planejamento, talvez seja importante repensar a atual forma de organização do tempo em blocos, divididos apenas nas aulas de “50 minutos”, que ainda pressupõe uma sequência de aprendizagem para todos da mesma série, com a lógica de que todos precisam aprender as mesmas coisas em determinado tempo.

Com bastante clareza das aprendizagens essenciais estruturantes comuns, que devem ser realizadas por todos, com dados das avaliações diagnósticas e um espaço de tempo maior para iniciativas inovadoras no planejamento, mesmo que de forma experimental, gradativamente, é possível romper, aos poucos, o conceito de homogeneidade que ganha força com o ambiente dividido por paredes.

2 OLHAR · VEJA O QUE REALMENTE IMPORTA

Para onde estamos olhando para antecipar a próxima mudança na escola ou nas nossas vidas? Abrindo com mais uma pergunta nada simples, somos convidados a olhar atentos para a escola e vê-la como uma organização humana. Acreditamos que agora estamos começando a repensar as nossas opiniões sobre o desenvolvimento humano de maneira mais integrada: cognitiva, emocional, espiritual e energética (mente e corpo conectados).

O que muda com isso? Muda, principalmente, o aprimoramento das habilidades para a melhoria das relações com o outro e com o mundo, que coloca uma lupa em alguns princípios pedagógicos importantes que impactam diretamente não só a relação com o outro, como também a relação do outro com o conhecimento necessário para o seu desenvolvimento integral e a sua atuação no mundo.

Com o pensamento integrado, o diálogo e as práticas mais respeitadas com a realidade e os processos de compreensão dos alunos, permitindo que eles construam os próprios modelos e conceitos e testem as próprias maneiras de compreender problemas, trabalhando e aprendendo entre pares, interpretando e nomeando suas emoções, de aluno para aluno, de aluno para professor, uns ajudando aos outros a aprender e a reaprender, aceleram a desconstrução da ideia de que o professor é um »

» “passador de conteúdo” e ampliam temáticas mais atuais e conectadas com problemas reais que enfrentamos no mundo.

Em que devemos prestar atenção? No treinamento dos professores que aprenderam a teoria com uma visão fragmentada que contradiz o modo como aprendemos.

Ao promover momentos formativos para os professores, temos que garantir que não estamos oferecendo apenas um “treinamento superficial”, um encontro de 60 minutos por mês, expositivo, com práticas operacionais e, depois, simplesmente lhes desejando boa sorte. Devemos, em vez disso, da mesma forma que projetamos uma visão integrada do desenvolvimento dos alunos — cognitiva, emocional, espiritual e energética —, oferecer um programa de formação contínuo, com espaços de estudo assíncrono e síncrono e com a seleção de temáticas que estejam diretamente relacionadas ao currículo da escola. Esse é o primeiro passo para abrir mão de estilos de instrução mais antigos e construir trajetões com novidades.

Voltando à pergunta inicial, olhando para o aluno e o professor e a relação com o conhecimento, faz-se necessário, na hora de planejar o novo ano letivo, revisar os projetos integradores e atitudinais, conectando-os com pautas globais.

Embora não tenhamos como prever o futuro, podemos, a partir de iniciativas globais, como proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, na Agenda 2030, composta de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ressignificar o lugar dos projetos que ocupam um espaço considerável com tradições em celebração das datas comemorativas e conteúdos acadêmicos.

3 ESCLARECER · ELIMINAR O QUE NÃO É ESSENCIAL PARA ASSEGURAR QUE DEDIQUEMOS NOSSA ENERGIA ÀS ATIVIDADES MAIS SIGNIFICATIVAS

Para que as ideias de mudança se tornem processos de mudança, é importante escolher ferramentas para a tradução, a acomodação e a verificação da coerência dos pensamentos.

Antes de iniciar os ajustes anuais no Projeto Político Pedagógico (PPP), na planilha do planejamento estratégico, naquele arquivo antigo com colunas bimestrais ou trimestrais, chamado de plano de ensino, ou até mesmo no arquivo de Word utilizado para montar planos de aula, propomos algumas sugestões de ferramentas e metodologias para serem utilizadas nos momentos de planejamento e replanejamento com base nas aprendizagens a serem realizadas.

CÍRCULO DOURADO

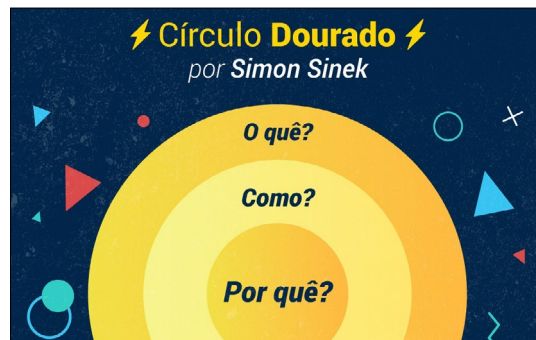
O Círculo Dourado, de Simon Sinek (fundador da *Start With Why*, instituição dedicada a produzir ferramentas e recursos para inspirar pessoas), por meio da sua fórmula, nos ajuda a compreender por que fazemos o que fazemos.

Em uma explicação simples, Simon nos propõe atentar a pensar no propósito das nossas ações, na causa ou na crença que sustentamos ao fazer algo todos os dias. Na maioria das vezes, pensamos de fora do círculo para dentro, explicando “o que” fazemos, “como” fazemos e só depois “o porquê” de fazermos. O convite é para sempre iniciar de dentro para fora. Regatar “o porquê” que sustenta a base do fazer, para depois estruturar o “como” fazemos e, por fim, não menos importante, “o que” fazemos.

A resposta está no porquê. Conhecer o porquê da sua escola certamente não é a única forma de ser bem-sucedido, mas é a única maneira de manter um resultado duradouro e ter uma mescla melhor de inovação e flexibilidade para planejar.

A fórmula do Círculo Dourado é uma boa ferramenta para a gestão pedagógica, parar, pensar e lembrar: qual é o porquê do projeto político pedagógico da sua escola? Para todo objetivo, projeto e toda atitude precisa existir um porquê muito evidente.

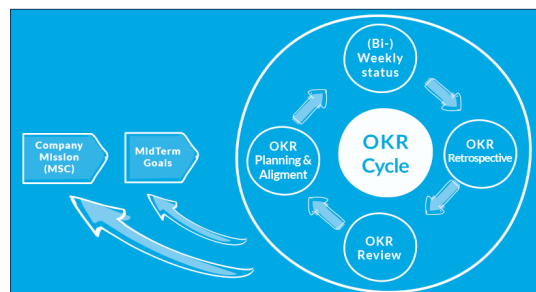
Por que o planejamento é importante para sua escola? Por que planejar?



OBJECTIVES AND KEY RESULTS Com os “porquês” bem definidos, para traduzir em prática, é necessário um “como” muito bem-feito.

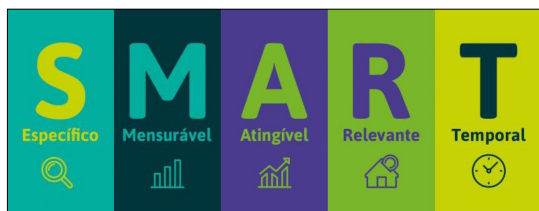
O sistema *Objectives and Key Results* (OKR), de Andy Grove, é um conjunto simples de definição de metas que funciona para organizações, equipes e até mesmo para um trabalho individual. **Objetivos (O)**: declaração concisa da direção desejada.

O que queremos realizar. Um bom objetivo tem que ser vividamente descrito, para que as pessoas possam imaginar o quão impactante será alcançá-lo. **Resultados-chave (KR)**:



metas com impacto direto no atingimento do objetivo, caso seja alcançado com sucesso. É como vamos fazer acontecer.

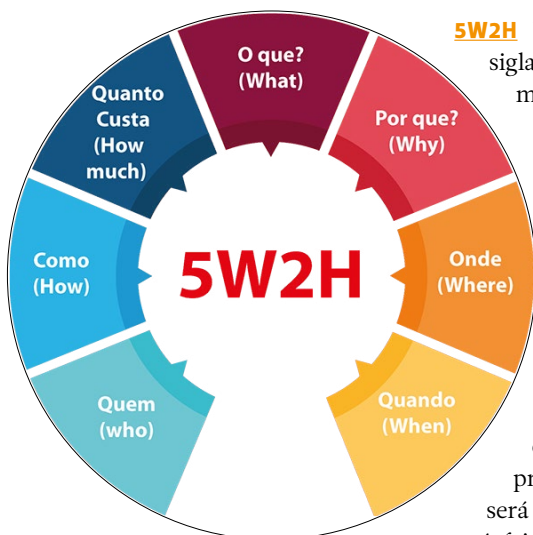
Classificar, publicar, deixar em um ambiente que todos possam ver e acompanhar durante o ano ou semestre e, ao longo do processo, em períodos predefinidos, medir o que foi feito, sem dúvidas fará toda diferença na sustentação do “porquê”.



META SMART Com um olhar atento às metas que geralmente projetamos nas escolas, percebe-se que algumas são abstratas e genéricas,

como “captar mais alunos” e “reduzir a defasagem na aprendizagem dos alunos”. É necessário, com base nos objetivos, criar metas mais evidentes e específicas, delimitando mais, em detalhes, o que pretende ser alcançado, quem serão os envolvidos no processo, o local em que acontecerá e por que ela é importante.

Para apoiar na escrita e na verificação das metas, a metodologia **as metas SMART** auxilia na definição de metas inteligentes. Sua sigla foi baseada em cinco fatores para conseguir alcançar os objetivos estratégicos: **S (específica)**: determinar em que consiste a meta. **M (mensurável)**: como será medida. **A (atingível)**: entender se é algo possível de ser realizado. **R (relevante)**: buscar a geração de sentido para os envolvidos. **T (temporal)**: ter um prazo definido.



5W2H Um guia da prática. A sigla 5W2H é uma ferramenta administrativa que pode ser aplicada no planejamento estratégico. É uma espécie de checklist composta de sete perguntas específicas que pode, por exemplo, ser utilizada para projetar o trabalho com novos projetos. **What**: o que será feito? **Why**: por que será feito? **Where**: onde será feito? **When**: quando será feito?

Who: por quem será feito? **How**: como será feito? **How much**: quanto custará?

4 FLUIR • COM UMA ROTINA CAPAZ DE PRESERVAR O ESSENCIAL

O grande perigo depois de discernir, de olhar e de esclarecer atentamente o que precisa ser revisitado para fazer um bom planejamento é cair na armadilha do foco na operação atual e não dedicar o tempo necessário de olhar para o futuro.

Para fluir, é preciso criar rotinas. A rotina é uma das ferramentas mais importantes para remover os obstáculos. Sem ela, a atração das distrações não essenciais, muitas vezes gerada pela rotina mais operacional da escola, nos domina.

Preservar o essencial, baseando-se nas informações lidas até aqui, envolve uma mudança de mentalidade e a construção de uma cultura focada no “menos, porém melhor”, na comunicação que escuta o que é realmente essencial para os alunos e os professores, na capacitação contínua que focaliza o melhor papel e a meta de contribuição máxima de cada membro da equipe e no resultado de uma equipe unificada que consegue chegar ao nível máximo de contribuição.

Que escolas temos e que escolas gostaríamos de ter para o próximo ano letivo? E nos próximos 5 anos?

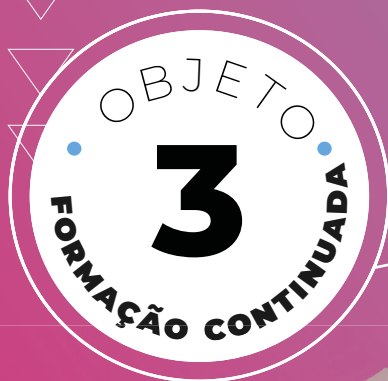
Faça fluir um bom planejamento. ▣

LEONARDO RABELO

é professor de História com especialização em Psicopedagogia e Educação para Infância. Gestor. No Projeto UNO educação, atuou como coach pedagógico, supervisor pedagógico e, atualmente, está como gerente de serviços educacionais. Seu propósito e trajetória na educação estão marcados pela sua inteligência social, generosidade, perspectiva e liderança.

PARA SABER MAIS

- OKELLY, K. *Inevitável: as 12 forças tecnológicas que mudarão o nosso mundo*. Trad. de Cristina Yamagami. São Paulo: HSM, 2017.
- SENGE, P. A. *Quinta disciplina: a arte e a prática da organização que aprende*. Trad. de Gabriel Zide Neto. OP Produções. Rio de Janeiro: Best Seller, 2018.
- SINECK, S. *Comece pelo porquê*. Trad. de Paulo Geiger. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

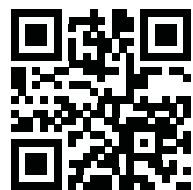


**COMPROMISSO COM
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

1º lugar no Brasil

PRÓXIMA ESCOLHA
OBJETO
5
OBRAS LITERÁRIAS

Chegou a hora de analisar os livros que irão compor o **acervo literário**.

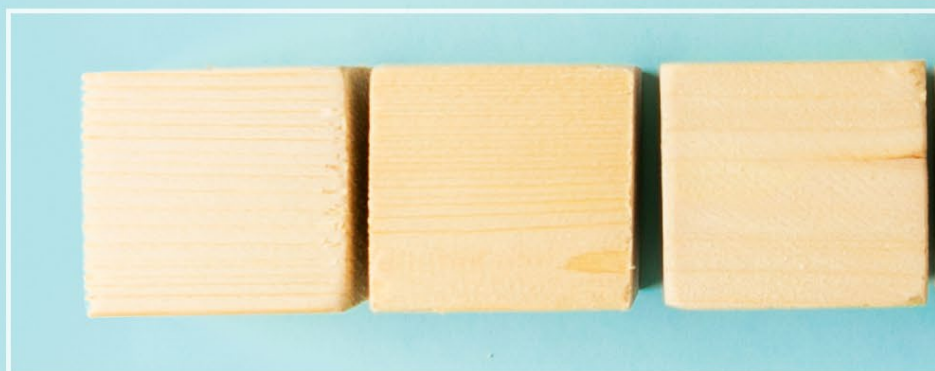


Faça o download e prepare-se para a escolha!
mod.lk/objeto5

Implementação de políticas públicas no Novo Ensino Médio

Um olhar para os avanços, as oportunidades e para o que ainda precisamos concretizar no Novo Ensino Médio.

TEXTO Solange Petrosino





NENHUM PAÍS se organiza sem uma Base Curricular para orientações de políticas públicas, incluindo avaliações de larga escala. Por isso, ter a Base e reorganizar o segmento de maior evasão e baixos desempenhos é muito importante. Neste texto, vamos refletir sobre a implementação e os cuidados necessários, especificamente no Ensino Médio.

A reforma do Ensino Médio surge da Medida Provisória 746/2016, que foi convertida em lei 34/2016 e sancionada pelo presidente em fevereiro de 2017. Aqui surge um primeiro ponto de reflexão: a reforma ter nascido de uma medida provisória mostra a urgência do tema, apesar de a necessidade de mudanças no Ensino Médio não ser assunto recente. A LDB de 1996, as diretrizes curriculares nacionais, as normas complementares e o Ensino Médio Inovador (portaria de 2009), que surgiu para implementar ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), já traziam a ideia da reorganização dos currículos do Ensino Médio em uma proposta mais dinâmica e flexível, e também abrangendo conhecimentos de diferentes áreas.

Apesar de o tema ser recorrente nas políticas públicas, sua implementação efetiva não aconteceu como proposto nos documentos oficiais ao longo dos anos.

Somente com a atual reforma associada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge o movimento de colocar em prática o desenvolvimento de competências, o ensino interdisciplinar por área do conhecimento, a flexibilidade curricular e o protagonismo do aluno na construção do seu projeto de vida e escolha parcial do currículo.

Porém, a implementação de fato traz uma série de necessidades. Vamos discutir algumas, mas vale ressaltar que todas exigem uma fase de transição, que deve ser pensada como um processo de apoio

às escolas e aos sistemas, a etapa desde onde estamos até aonde vamos chegar.

Algumas instituições do terceiro setor, como o Movimento pela Base, têm apoiado com ferramentas, estudos e relatórios a implementação da Reforma e da BNCC para ajudar a superar os desafios e obstáculos. Vamos abordar alguns deles, mas antes vamos elencar as principais mudanças propostas. Talvez a mais impactante seja o desenvolvimento de competências e habilidades, pois quebra vários paradigmas de metodologias utilizadas até hoje nas escolas. Na BNCC a definição de competência é:

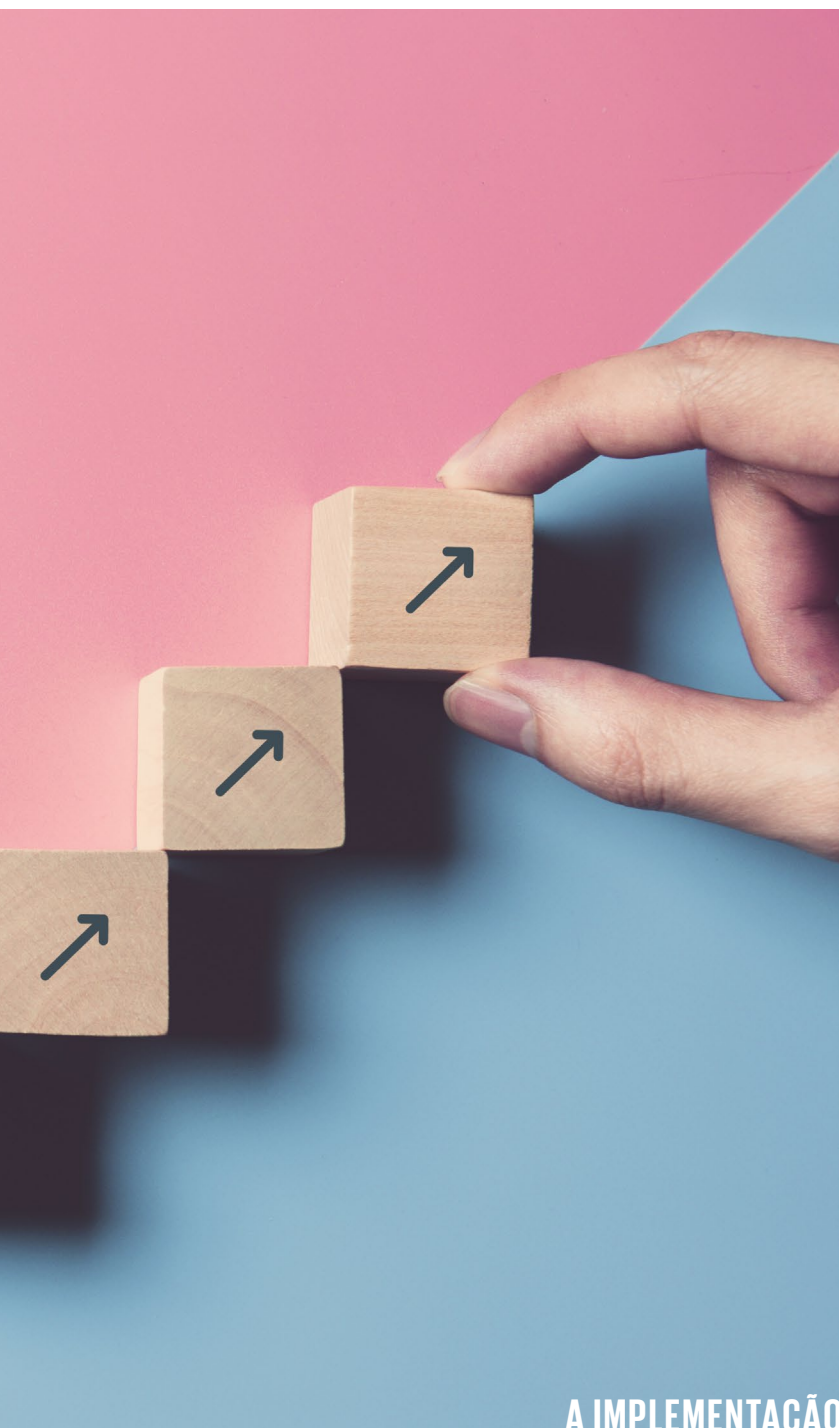
“A mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.”

Desenvolver procedimentos e habilidades é uma nova forma de docência! Outro pilar da reforma é a flexibilização do currículo, tendo uma parte de formação geral e uma flexível de itinerários formativos, a ser ofertada pela escola com algumas alternativas e os alunos podem escolher segundo seus interesses.

Está prevista na reforma que a escola seja de tempo integral para que possibilite executar a complexidade da proposição de competências e habilidades evidenciando assim a importância de pensar o estudante como um ser biopsicossocial para desenvolver todas suas dimensões.

A reforma também está embasada no trabalho por área do conhecimento de forma que o aluno tenha a visão complexa da realidade, veja o todo e a parte, como preconiza as teorias de Edgar Morin. Talvez a mais desafiadora seja a





**A IMPLEMENTAÇÃO
TRAZ UMA SÉRIE DE
NECESSIDADES. VAMOS
DISCUTIR ALGUMAS, MAS VALE
RESSALTAR QUE TODAS EXIGEM
UMA FASE DE TRANSIÇÃO, QUE
DEVE SER PENSADA COMO
UM PROCESSO DE APOIO ÀS
ESCOLAS E AOS SISTEMAS, A
ETAPA DESDE ONDE ESTAMOS
ATÉ AONDE VAMOS CHEGAR.**

formação de professores e gestores. Os que estão nas escolas hoje não foram formados nessa perspectiva. E, apesar de a elaboração da BNCC ter levado anos em discussão, versões preliminares e consultas públicas, a grande maioria dos educadores só teve contato com ela após a homologação e a publicação.

A prática educativa dentro de uma perspectiva de desenvolvimento de competências e visão interdisciplinar, formação integral do aluno e letramento digital exige planejamento de estratégias diferenciadas do que as que são comumente praticadas, como aulas expositivas.

Neste sentido, o parecer do Conselho Nacional de Educação, homologado em 2020, que teve Mozart das Neves como relator e que traz Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada de professores da Educação Básica e BNCC mostra a complexidade do tema. Muitos autores — como Fernanda Liberali, José Tavares e Isabel Alarcão — propõem uma formação contínua, reflexiva e na prática, o que tem se mostrado uma verdade. Portanto, são necessários alguns anos para que a transformação da práxis educativa aconteça.

De acordo com o parecer, “para o adequado exercício da docência, é preciso que o professor detenha um saber próprio da sua profissão: um saber que alia conhecimento e conteúdos à didática e às condições de aprendizagem para segmentos diferenciados” (GATTI, 2009, *in*: Silva; Almeida e Gatti, 2016).

Antes da elaboração do parecer, foi feito um levantamento em 2019, no qual o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Ministério da Educação (MEC) organizaram uma frente de trabalho que contou com o apoio

» da Fundação Carlos Chagas (FCC) e com a participação de representantes das secretarias estaduais e municipais de educação para “identificação e na análise das demandas e necessidades de redes estaduais e municipais em relação aos aspectos que representam o que os professores de todas as etapas e modalidades da educação básica brasileira precisam saber e ser capazes de fazer no exercício de sua profissão”, conforme o parecer do CNE.

Ao ler as diretrizes propostas percebemos que há uma demanda muito complexa de ressignificação da prática docente, mais uma preocupação em cuidar do processo de transição.

Apesar de a formação docente ser uma ação necessária ao longo de sua vida profissional, quando há uma mudança expressiva no currículo, se faz premente uma intensificação dessa formação reflexiva. E, também, vários estudos mostram que formações pontuais, rápidas e desconectadas da prática não são eficazes.

Um estudo sobre formação continuada no Brasil, realizada pelo Boston Consulting Group em parceria com o Instituto Ayrton Senna, demonstra que o formato também impacta nos saberes aprendidos. Palestras, cursos expositivos, EaD sem interação e interação com a prática perdem para propostas mais “mão na massa” e mais personalizadas às necessidades dos professores.

Embora esteja no discurso da BNCC e do Novo EM, a melhor preparação para os desafios que o jovem irá enfrentar — nos quais estão o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), os vestibulares e as mudanças constantes nas exigências do mercado de trabalho — é atentar ao currículo diferenciado.

Tanto a reforma como a BNCC e os parâmetros curriculares do Ensino Mé-

dio traziam evidentes que os “conteúdos” ou objetos do conhecimento são um meio e não um fim, porém as mudanças no Enem e nos vestibulares estão previstas para 2024, se não houver atraso. Portanto, os alunos que estão cursando as segundas ou terceiras séries do EM ainda irão se deparar com o formato antigo, muitas vezes extremamente conteudista.

Escolas particulares fizeram ajustes e têm a possibilidade de organizar itinerários formativos de aprofundamento, chamados Unidades Curriculares Comuns (UCCs), acomodando os objetos do conhecimento necessários nessa transição. Minha preocupação é que essas movimentações ampliem ainda mais a distância entre o ensino público e o privado, aumentando a desigualdade social, ao contrário do tão claramente manifestado (na BNCC a partir de sua implantação) objetivo de reduzir essa diferença.

Não podemos nos esquecer do desafio de infraestrutura, sendo a carga horária o primeiro ponto. Para trabalhar com metodologias ativas, as mais adequadas para desenvolver competências, é preciso mais tempo do que aulas expositivas; portanto, para cumprir tantas habilidades propostas na BNCC, se faz necessário ampliar o tempo do aluno na escola. Apesar de o ensino em tempo integral estar proposto na reforma, ele não está implantado em todas as escolas, mais um problema da fase de transição que não está sendo contemplado. Mesmo que estivesse implantado em todas as escolas, há o problema social de jovens de famílias mais pobres que utilizam o contraturno para trabalhar ou cuidar de irmãos mais novos, impossibilitando cursarem a escola em tempo integral.

Ainda sobre infraestrutura, ao propor





SOLANGE PETROSINO

é graduada em Biologia e Pedagogia, com especialização em Saúde Pública e ênfase em Educação pela USP. Pós-graduada pela Faculdade de Saúde Pública da USP e extensão universitária em formação de professores. Com 30 anos de vivência profissional na área de educação, hoje é diretora acadêmica da Santillana Educação e da Fundação Santillana.

PARA SABER MAIS

- Parecer do MEC/CNE. Disponível em: mod.lk/ed23_pn1. Acesso em: 14 set. 2022.
- Pesquisa BCG e IAS. Disponível em: mod.lk/ed23pn2. Acesso em: 14 set. 2022.
- Movimento pela Base. Disponível em: mod.lk/ed23_pn3. Acesso em: 14 set. 2022.

ao longo do documento e, em especial, na competência geral número 5, percebe-se a necessidade de estrutura com recursos digitais como conexão, hardwares, softwares, técnicos de TI e mais uma vez o letramento digital do professor.

CULTURA DIGITAL

Fomentar a cultura digital é o caminho para compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

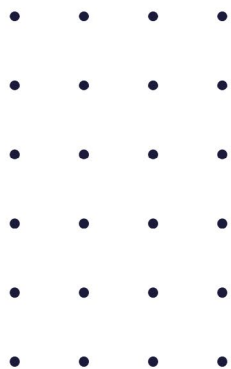
O trabalho por área do conhecimento também exige um esforço para alterar as formas de planejar e de trabalhar colaborativamente entre os professores. São necessários mais espaços de trabalho coletivo, construção curricular com vistas à elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) e alinhamento entre as estruturas de trabalho de cada componente curricular. Isso demanda investimento, horas disponíveis dos docentes e um olhar para a BNCC, para os currículos estaduais e municipais e para a escola.

E, por fim, o desafio da flexibilização do currículo. Escolas pequenas ou únicas na cidade não conseguem oferecer muitas possibilidades de itinerários por questão de espaço físico, por questões financeiras ou por falta de professores.

Se pensarmos nas diferenças regionais, esses desafios e necessidades se diversificam e ampliam muito, mas sabemos que os educadores sempre buscam se reinventar para entregar um ensino de qualidade e assim encontrar possíveis caminhos para implementar o Novo EM e entregar uma educação de qualidade. Contamos com isso. ▣

A GENTE COMPARTILHA QUE UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO PEDE UMA NOVA VISÃO DA EDUCAÇÃO.

UMA NOVA VISÃO
DA EDUCAÇÃO PARA
UM NOVO MUNDO.



UM PROJETO GLOBAL VIVO



+ de **900**
ESCOLAS
no Brasil



+ de **300 mil**
ALUNOS
no Brasil



presente em
21 PAÍSES



+ de **1,1 MILHÃO**
de estudantes
no mundo

Desenvolvemos e implementamos propostas **360°**, a partir de uma experiência educativa que se adapta a sua escola, baseada no **desenvolvimento contínuo** de seus profissionais, suas metodologias, seus processos, sua tecnologia, seus espaços de aprendizagem, sua comunicação e sua projeção na comunidade escolar.



SEJA UMA **ESCOLA COMPARTILHA**

 modernacompartilha.com.br

 [/moderna.compartilha](https://www.facebook.com/moderna.compartilha)

 [@modernacompartilha](https://www.instagram.com/modernacompartilha)

 **0800 770 3004**



COMPARTILHA



**SE O PERFIL DE APRENDIZAGEM
DE CADA ALUNO É ÚNICO,
SUA PLATAFORMA DE ESTUDOS
TAMBÉM TEM QUE SER.**

**EDUSFERA É A NOVA PLATAFORMA
DE ESTUDOS E ENSINO ONLINE
QUE VOCÊ PODE CHAMAR DE SUA!**



conheca.edusfera.com.br

 @plataformaedusfera/

 /plataformaedusfera

 /edusfera

Edusfera

Você é único. Seu jeito de aprender também.



Você tem fome de quê?



Os desafios da alimentação escolar para ir além do prato nosso de cada dia e prover alfabetização alimentar e nutricional para os estudantes.

—
TEXTO *Lara Silbiger*

O OBJETIVO DE ERRADICAR a fome até 2030 parece estar cada vez mais distante. No Brasil, seis em cada dez lares convivem diariamente com algum grau de insegurança alimentar, que vai da preocupação com a possibilidade de não ter acesso à comida no futuro até a efetiva condição de fome. Esta última já é a realidade de 33 milhões de pessoas no país, de acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.

A pesquisa, realizada entre novembro de 2021 e abril de 2022 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan), também destaca que as famílias com crianças e adolescentes estão entre as mais vulneráveis. A fome bateu à porta de 18,1% das casas com filhos de até 10 anos — quase o dobro de dois anos atrás, quando a taxa era de 9,4%. Já nos lares com três ou mais pessoas de até 18 anos, o percentual bateu a marca de 25,7%.

“Nesse cenário, a alimentação escolar é essencial para que as crianças tenham acesso a alimentos de qualidade”, comenta Ariela Doctor, coordenadora-geral do Instituto Comida e Cultura. Em muitos casos, este chega a ser o maior atrativo para frequentarem a sala de aula. »

» DESAFIO GLOBAL

Com a escalada da insegurança alimentar, o Brasil voltou para o Mapa da Fome. A ferramenta, que lista os países cuja população não tem acesso adequado aos alimentos, é usada pela ONU para acompanhar o avanço — ou retrocesso — rumo ao conjunto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ter uma visão holística do problema é fundamental para entender o tamanho do desafio de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

“A fome não é um problema isolado. É fruto do mau uso dos recursos naturais, das mudanças climáticas, das recentes crises sanitária, econômica e social provocadas pela pandemia, entre outras causas que convergem — em última instância — para a desconexão do ser humano com a natureza”, afirma Ariela. “Chega a ser tão absurdo que há crianças que acham que o leite vem direto da caixinha.”

Por isso, além de prover alimentação de qualidade, ela defende que é papel da escola promover a alfabetização alimentar e nutricional, incluindo-a no currículo tanto da rede pública quanto privada.

“Desde pequenos, os estudantes precisam desenvolver bons hábitos alimentares, ter contato com a biodiversidade do território onde vivem, saber de onde vem o alimento e compreender a importância do seu aproveitamento integral. Só assim eles terão autonomia para decidir e poderão praticar o consumo consciente”, assegura ela.

FORMAÇÃO E ENGAJAMENTO DOS EDUCADORES

Sensibilizar e capacitar os educadores é o primeiro passo para levar a alfabetização alimentar e nutricional para dentro das escolas. Muito além de oficinas de culinária, as formações devem ter o objetivo de aumentar a consciência e o repertório dos educadores sobre sua alimentação, o que pode incluir mudanças nos próprios hábitos.

O segundo passo é manter a coerência e a consistência entre o projeto de educação da escola para uma alimentação saudável e o que é servido no refeitório e na cantina.

“É muito fácil entrar no modo automático, uma vez que o mercado está cheio de soluções mais fáceis — por exemplo, comidas processadas e ultraprocessadas. Mas o alimento que vai à mesa na

RAIO X DA ALIMENTAÇÃO NA ESCOLA

Alunos de toda a Educação Básica nas redes públicas têm direito à alimentação na escola, assegurada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por meio dele, a União repassa

R\$ 3,96 bi

para complementar o orçamento dos estados, municípios e escolas federais.

O valor que cada rede recebe varia de R\$ 0,36 a R\$ 2,00 por aluno, levando em conta a etapa, a modalidade de ensino e o número de estudantes matriculados.

Do total, 30% deve ser usado para comprar produtos diretamente de agricultores familiares.

escola precisa ser objeto de reflexão — especialmente por parte dos gestores”, alerta Mariana. Ela recomenda que as refeições contenham sempre produtos frescos e o mínimo de processados.

Outra boa prática é transformar a escola em um lugar de experimentação de sabores, cores e texturas, explorando a variedade de frutas da estação, legumes e verduras cultivados no entorno. Dessa forma, a criança que ainda não tem o hábito de comer esses alimentos em casa acaba tendo a oportunidade de prová-los na escola.

“É claro que tudo isso tem reflexos diretos sobre a logística, a organização dos serviços de alimentação e até a preparação dos pratos”, reconhece a educadora ambiental. Será necessário, por exemplo, substituir alguns ingredientes por outros mais saudáveis e contratar fornecedores de produtos frescos.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA ESCOLA

Uma dieta mais saudável está intimamente ligada à visão de sustentabilidade da escola. “Quando incluímos produtos frescos, orgânicos ou menos processados no cardápio e travamos relações comerciais mais justas com pequenos produtores, estamos fomentando cadeias de produção melhores para o meio ambiente”, explica Mariana.

Também vale envolver as famílias no processo. “Ultrapassando os muros da escola, temos a oportunidade de estender a reflexão sobre a dinâmica da alimentação também para dentro das casas dos estudantes”, recomenda a educadora ambiental.

A seguir, conheça as experiências de três escolas que já adotam práticas sustentáveis no dia a dia.

VALORIZAÇÃO DA TERRA COMO SUSTENTO

{ **ADRIANA REBOUÇAS** } educadora e coordenadora da Escola Pluricultural Odé Kayodê – Goiás (GO)

“Não há um único modelo para gerar impacto na sociedade. Cada escola tem sua identidade e

a nossa – comunitária e localizada em uma região com alto número de assentamentos na cidade histórica de Goiás – privilegia projetos que nos façam pessoas alegres e felizes com nossas conquistas, com quem somos e com o que estamos construindo.

Diariamente, estamos pensando em formas de estar juntos, respeitar o outro e o meio ambiente e promover transformações coletivas. Não por acaso, concebemos as festas como lugar de encontro, partida, compartilhamento de vivências e fechamento de um ciclo. Tudo isso, é claro, regado a muita comida gostosa.

Uma das comemorações mais tradicionais da escola, fundada há 22 anos, é a Festa da Terra. Ela acontece em junho — época da colheita —, quando nos reunimos na rua com toda a comunidade para celebrar a terra como sustento e a valorização da agricultura familiar.

Mas, diferentemente de escolas que trabalham só com a preparação da festa e a apresentação dos alunos para as famílias, aqui nós trabalhamos no projeto da festa. Tudo é feito com base nas pesquisas, nos estudos e nas reflexões dos 50 alunos de Educação Infantil e anos iniciais do Fundamental que a escola atende.

Durante o ano, eles vivenciam os processos da terra em uma pequena roça que mantemos na região do cerrado, a 30 quilômetros da cidade. A cada semana, no ‘dia da roça’, as turmas se revezam nos cuidados com a plantação, a ordenha, a educação ambiental e o compartilhamento dos alimentos cultivados.

A pesca predatória e o lixo depositado às margens do rio são alguns pontos críticos que os alunos identificaram nas visitas. Para enfrentar o problema, produziram placas de orientação e conscientização, conversaram com as pessoas que estavam ali pescando e entregaram sacos para facilitar a coleta do lixo.

Mais que proporcionar experiências práticas, esse é um projeto que visa incentivar a criticidade dos estudantes sobre o impacto de suas ações sobre as próximas gerações. Dessa forma, reconhecemos e valorizamos o protagonismo e a força deles para provocar mudanças e se tornar corresponsáveis pelo lugar onde vivem.” ➤

ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS PARA ADOPTAR NA ESCOLA



HORTA ESCOLAR

Os cuidados na horta, desde a preparação do solo até a colheita da fruta, da verdura ou do legume, favorecem o envolvimento das crianças com a própria alimentação e com o alimento que está no seu prato. Além disso, amplia o repertório dos alunos e educa o paladar para sabores frescos e menos processados.



APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS

Explorar as possibilidades de todas as partes do alimento é uma prática que deve estar na mente de quem comanda o cardápio e a cozinha da escola.



COMPOSTAGEM

Resíduos orgânicos que não são consumidos, como casca e talos, podem ser reciclados e transformados em adubo. Dessa forma, voltam para a terra em forma de nutrientes.

É NO COLETIVO QUE SE FAZ A TRANSFORMAÇÃO

{ **MARCIA COVELO HARBACH** } diretora
da Emei Dona Leopoldina, em São Paulo (SP)

“Um dos maiores desafios da escola quanto à alimentação é incentivar a experimentação de alimentos in natura. A maioria das famílias não dá educação alimentar para os filhos, o que impõe à escola a difícil tarefa de mudar hábitos das crianças — muitas vezes, sem a parceria dos pais.

Para educar os sentidos, fazemos atividades na nossa agroflorestra e na horta, que têm frutas, verduras, legumes, temperos, chás e flores comestíveis. Isso ajuda a reconectar nossos 240 alunos — com idades de 4 e 5 anos — com o ciclo da vida.

De forma especial, procuramos trabalhar com os alimentos que as crianças rejeitam — por exemplo, a berinjela. Elas ajudam a plantar, regar, cuidar do canteiro e registrar o aparecimento das primeiras folhas e da ‘berinjela bebê’ até a colheita. Como disse um aluno nesta semana, ‘meu coração fica quentinho quando vejo a flor do maracujá abrir’.

Ao final, convidamos um familiar ou educador para preparar com os alunos diferentes receitas usando o ingrediente cultivado. Durante as oficinas de culinária, também aproveitamos para conversar sobre a origem dos alimentos — principalmente os de raízes africana e indígena —, a sazonalidade, a transformação pelo fogo e os sabores variados das comidas.

Mas o principal é comer junto. Como diz Madalena Freire, ‘é comendo junto que os afetos são simbolizados’. E eu acrescentaria que também são transformados, pois a criança vê a outra comendo cenoura e quer experimentar também. É no coletivo que se faz a transformação.

O trabalho inclui também a conscientização sobre o não desperdício de alimentos, orientando os alunos a se servir apenas com a quantidade que conseguem comer. Além disso, nosso resíduo é zero. As folhas, os talos e as cascas são utilizados no preparo dos pratos ou destinados para a composteira e minhocário.

Para as famílias e os educadores, promovemos formações desde 2012. Precisamos do envolvimento de toda a comunidade escolar para mudar o pedaço de mundo que nos cabe.”

SUSTENTABILIDADE NA PRÁTICA

{ **JULIANA FERRARI** } gerente de Desenvolvimento
Educativa da escola Camino School, em São Paulo (SP)

“Existem diferentes vertentes para descrever os desafios da alimentação escolar, como acesso a alimentos de qualidade, tempo para preparo, conhecimento compartilhado sobre o que é uma boa alimentação e o incentivo a hábitos saudáveis de consumo. A batalha de comunicação dos ultraprocesso ainda é desleal em todos os ambientes — em casa, na escola e com os amigos.

Para driblar obstáculos, percebemos que as pequenas ações fazem toda a diferença. Mostrar o cardápio para os alunos, estar abertos para tirar dúvidas e testar diferentes fluxos e processos para que eles possam se servir têm gerado efeitos positivos.

Também investimos na conversa e conscientização constante sobre o desperdício zero. Ajudar os estudantes a reconhecerem os sinais do próprio corpo e o quanto precisam de alimento é fundamental para a tomada de decisões mais conscientes.

Outro passo importante que a escola deu até aqui foi a criação de comitês, formados por pais e colaboradores. No de Alimentação, discutem-se formas de melhorar a relação das crianças com a comida. Já no de Sustentabilidade, o objetivo é incluir o tema, de forma transversal, em todas as práticas e escolhas da escola. No momento, o grupo atua em conjunto com uma escola da rede pública para construir uma horta urbana.

A Camino School ainda investe na formação continuada. Acabamos de finalizar a capacitação da primeira turma de educadores no curso Comidas e Infâncias, do Instituto Comida e Cultura. A partir dessa iniciativa, estamos criando núcleos de formação de professores.

Com esse conjunto de experiências, entendemos que não é necessário falar literalmente sobre o significado da sustentabilidade. Aos poucos, ela foi se tornando parte do nosso dia a dia. □

PARA SABER MAIS

- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Guia alimentar para a população brasileira. Disponível em: mod.lk/ed23te2. Acesso em: 14 set. 2022.
- Maluf, R. S. (2022). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Portal Olhe para a fome. Disponível em: mod.lk/ed23_ten. Acesso em: 14 set. 2022.

**A EXPERIÊNCIA BILÍNGUE FICA
MAIS COMPLETA COM SUPORTE
EDUCACIONAL PARA A SUA ESCOLA**

**VAMOS DEIXAR
SUA ESCOLA
AINDA MAIS
COMPLETA**



Educação Infantil ao Ensino Médio



Compromisso com a sua escola

- Marketing Educacional.
- Consultoria acadêmica especializada e progressiva.
- Programa de desenvolvimento contínuo de professores.
- Certificação internacional para professores e alunos sem custo adicional.
- Muito mais benefícios para a gestão financeira da escola.
- *Educate for Families*, projeto de aproximação da educação com as famílias.



Recursos de aprendizagem

- Plataforma de aprendizagem e sala de aula digital.
- Projetos semestrais para mensuração de aprendizagem e apresentação às famílias.
- Biblioteca digital com mais de 7 mil títulos literários.



Agende uma
reunião e entenda
a diferença.

www.educate.global | 0800 772 1040

A EXPERIÊNCIA BILÍNGUE
PARA ESCOLAS COMPLETAS.

educate
by **Richmond**



A SOLUÇÃO DE
LÍNGUA INGLESA
QUE ENTENDE
A SUA ESCOLA.

VOCÊ FALA
EM ENSINO DE
INGLÊS COM

GARANTIA DE RESULTADO.

A GENTE TRADUZ
EM SOLUÇÃO.



Hoje, oferecer uma educação flexível, tecnológica e de qualidade é fundamental para o ensino de inglês. Tudo isso se torna possível e mais simples com **Richmond Solution**.



Disponibilizamos **ofertas personalizadas** que respeitam o momento e as necessidades da sua escola.



Agende uma
reunião com nossos
especialistas.

www.richmondsolution.com.br

0800 772 1060

Exclusão digital no Brasil: um universo a ser desconstruído

A pandemia escancarou os problemas de desigualdade social: crianças mais pobres tiveram índices mais baixos de alfabetização na retomada.

TEXTO *Ivan Siqueira*



» **A EXPANSÃO DA INTERNET** a partir da década de 1990 renovou a utopia de uma sociedade menos desigual devido ao potencial acesso ao conhecimento pela adoção, difusão e utilização das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC), mas logo se verificou que os benefícios e as oportunidades não seriam distribuídos equitativamente. A expressão *digital divide* emergiu como um lembrete das dificuldades para as promessas de inclusão numa publicação oficial do US Department of Commerce's National Telecommunications and Information Administration (1999) (Departamento Americano de Telecomunicações e Informação do Comércio).

Frequenteradora assídua nas Ciências Sociais e nas Humanidades, comumente traduzimos *digital divide* como “exclusão digital”, “desigualdade digital”, “fosso digital” e “brecha digital” (mais usado em espanhol). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE [do inglês OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development], 2001) traz a seguinte definição:

“[...] refere-se à desigualdade entre indivíduos, famílias, empresas e áreas geográficas em diferentes níveis socioeconômicos relacionados a oportunidades de acesso às TIC e à sua utilização na internet para atividades variadas. A desigualdade reflete várias diferenças entre e dentro dos países” (tradução livre).

Van Dijk (2017) sublinha que a expressão traz implicitamente quatro pressuposições problemáticas:

1. A existência de uma simples divisão entre dois grupos e um fosso entre eles;
2. A realidade única de uma lacuna muito difícil de ser superada;
3. Uma desigualdade absoluta entre incluídos e excluídos;
4. Uma condição permanente numa situação estática.

Diferentemente da exclusão, que aponta para a inacessibilidade, a realidade mostra que a desigualdade abriga uma variedade de acessos e usos, alguns mais desiguais do que outros. Existem distintas realidades sociais e pessoais que concorrem para o fenômeno da desigualdade digital, mesmo dentro de um idêntico segmento de gênero, idade, raça/etnia e renda – a deficiência é uma delas. Portanto, há múltiplas dimensões de desigualdades digitais, mas isso não deve indicar que não haja exclusão, e sim que a realidade é majoritariamente diversa e mais complexa. Com a crise em decorrência da covid-19 e o posterior empobrecimento da população, famílias inteiras se tornaram desabrigadas e se veem em situação de rua. Aquelas que tinham algum acesso digital passaram a não ter nenhum.

O desenvolvimento contínuo das TIC coloca desafios que se superpõem a outros existentes. Van Dijk lembra que os primeiros estudos enfatizavam o acesso (computadores e conexão) e suas correlações sociais e demográficas: renda, educação, idade, gênero e raça/etnia. Depois, o foco se voltou para as habilidades e os usos das TIC, assim como as decorrências do acesso ou a sua interdição. Foram sugeridas outras dimensões de desigualdades: *second-level divide* (segundo nível de desigualdade) (Hargittai, 2002), *usage gap* (desigualdade de uso), *knowledge gap* (desigualdade de conhecimento), *deepening divide* (aprofundando a desigualdade) (Van Dijk, 2005). É que “o problema da desigualdade digital não termina com o acesso físico, mas efetivamente começa quando o uso das mídias digitais é incorporado ao cotidiano” (Van Dijk, 2017, p. 2 [tradução livre]).

Na contemporaneidade, são muitas as metodologias e teorias disponíveis na literatura internacional:

1. Teoria da Adoção e Difusão (ADT);
2. Modelo de Acesso à Tecnologia Digital (Van Dijk);
3. Teoria Unificada de Aceitação;
4. Uso de Tecnologia (UTAUT) e Modelo de utilização de Tecnologia de Reconhecimento Espacial (SATUM). Essas teorias buscam abarcar a complexidade do fenômeno da desigualdade digital (Pick; Sarkar, 2016).

Em síntese, são recomendadas as seguintes dimensões de análise:

1. Disponibilidade de conexão e de equipamentos compatíveis com as necessidades de uso.
2. Preços sustentáveis e acessíveis à aquisição de serviços e equipamentos.
3. Qualidade de serviços e equipamentos correlacionados ao uso.
4. Percepção social de necessidade, benefícios, relevância e conhecimento dos recursos digitais.
5. Segurança na aquisição e uso dos recursos.
6. Competências digitais para manejar as complexas infovias da internet.

Em 2016, a Internet Society fez um estudo global sobre mudanças e impactos na internet em 5 ou 7 anos: inteligência artificial, ameaças cibernéticas etc. Juntamente com as forças propulsoras, três áreas provavelmente sofreriam grandes impactos – a desigualdade digital era a primeira delas. »

IMPULSIONADORES DA MUDANÇA



ÁREAS DE IMPACTO

Fonte: Caminho para
nosso futuro digital,
2017. Internet Society
Global Internet Report.



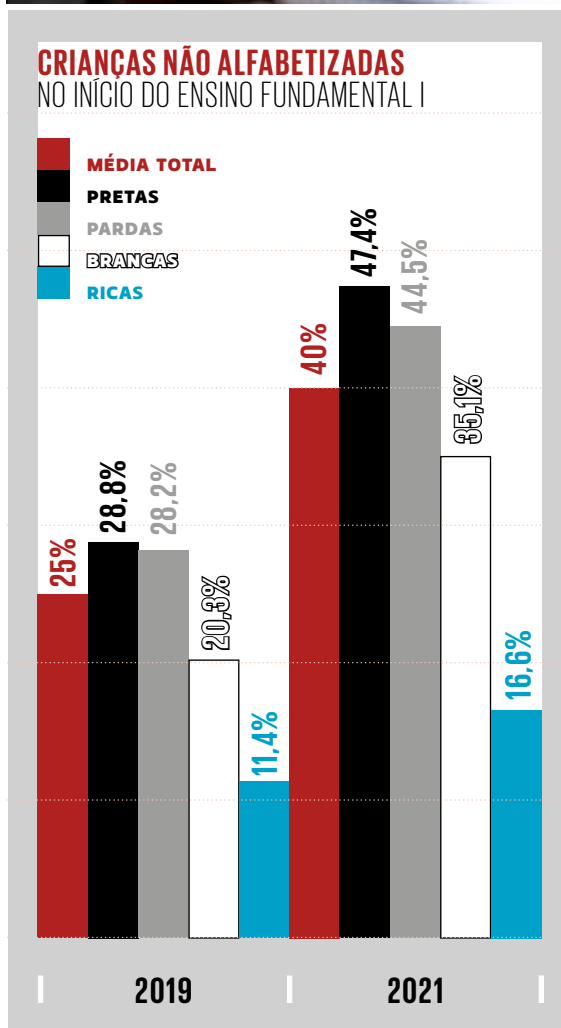
» O desenvolvimento da internet aumentaria as desigualdades digitais se ações não fossem realizadas. O gráfico ao lado resume os elementos de mudança e as áreas de impacto (Internet Society, 2017). Não sofreremos esse impacto no Brasil a partir da pandemia de covid-19?

Com o fechamento das escolas a partir de março de 2020, houve um exponencial agravamento das condições de aprendizagem na educação básica, particularmente na educação infantil e nos anos iniciais. O percentual de crianças não alfabetizadas no início do Ensino Fundamental I saltou de 25% em 2019 para 40% em 2021, mas para as crianças pretas e pardas, respectivamente, o aumento foi 28,8% para 47,4%, e 28,2% para 44,5%. Para as brancas, de 20,3% para 35,1%. Para as mais pobres, de 11,4% para 16,6% (Todos pela Educação, 2021, p. 3).

No mundo todo verificou-se a dificuldade de adaptar as experiências pedagógicas presenciais para o universo on-line na educação infantil, mas as possibilidades de atuação na educação secundária teriam sido melhores se as condições estruturais fossem menos desiguais. Em 2018, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), avaliou a competência de leitura no mundo digital aos 15 anos. Nosso resultado mostrou que aproximadamente 50% não souberam como avaliar a credibilidade de fontes de informação na internet, nem diferenciar fatos e opiniões. Isso significa dificuldades consideráveis para fazer uma leitura significativa considerando texto, contexto digital, objetivos e estratégias de leitura (OCDE, 2021, 45). Infelizmente, a pandemia agravou a situação.

Em 2019, antes da pandemia, 74% da população brasileira acessava a internet, mas havia no país 20 milhões de domicílios sem internet, o que representava aproximadamente 47 milhões de pessoas desconectadas. A boa notícia é que avançamos consideravelmente: 50% das classes D e E já tinham internet em suas casas (eram 30% dois anos antes). Também alcançamos um equilíbrio entre as regiões: Norte, 74%; Nordeste, 71%; Sul e Sudeste, 75%; e Centro-Oeste, 76%. Mas persistem grandes desigualdades por renda: as classes A e B detinham, respectivamente, 99% e 95% dos domicílios com internet. A qualidade da conexão é outro ponto, visto que 99% dos usuários acessavam a internet pelo celular (Cetic, 2020).

A dificuldade de acesso tem aspectos econômicos uma vez que a carga tributária brasileira é de 40% nas teleco-





municações, a segunda maior do mundo. Nos países desenvolvidos, é cerca de 10%. Apesar disso, entre 2000 e 2020, o percentual de acesso cresceu significativamente (Data World Bank, 2022).

Nesse período, foram arrecadados R\$ 22,6 bilhões pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), mas somente 1,2% foi usado para a expansão dos serviços, conforme previa a legislação (TCU, 2017, p. 52). Com a pandemia, as Leis 14.109/2020 e 14.173/2021 alteraram a Lei 9.998/2000:

Art. 1º É instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), com as finalidades de estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, reduzir as desigualdades regionais e estimular o uso e o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade para promoção do desenvolvimento econômico e social. (Redação dada pela Lei n. 14.109, de 2020.)

[...] § 2º Na aplicação dos recursos do Fust será obrigatório dotar todas as escolas públicas brasileiras, em especial as situadas fora da zona urbana, de acesso à internet em banda larga, em velocidades adequadas, até 2024. (Incluído pela Lei n. 14.109, de 2020 [grifos nossos]).

É preciso acompanhar para que a lei seja cumprida e não se torne novamente promessa vaga em 2024, a exemplo do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Precisamos urgentemente reduzir o abismo da desigualdade social para enfrentarmos como nação os desafios digitais, climáticos, econômicos, sociais e educacionais que as contingências da pandemia avolumaram e tornaram ainda mais complexas.

A redução das diversas desigualdades digitais aqui elencadas implica mais do que o necessário desenvolvimento de competências digitais. Na verdade, é condição para tornar mensurável os princípios constitucionais de cidadania plena e capacidade para o mundo do trabalho numa era cujo fenômeno digital engloba múltiplas dimensões da vida humana.

Nesse período de pandemia, vimos sofrendo o incontornável caráter global da economia e as mui-

tas transformações disruptivas engendradas pelas complexidades políticas (guerras, inflação, profunda desunião nacional). Transpassados pela onipresença digital, os novos processos de inovação e redimensionamento das forças produtivas mudam o mundo, as mentes e as subjetividades. Por tudo isso, é ainda mais desafiador entoar a melodia do esperançar na expectativa de que busquemos de maneira coletiva um futuro melhor num país arraigadamente racista, desigual, sem projetos e por isso mesmo tão vulnerável. Sintonizar o país às demandas contemporâneas certamente exigirá diversas modalidades de inclusão digital. ■

IVAN SIQUEIRA

é Doutor em Letras pela FFLCH/USP. Foi professor da Educação Básica. É professor titular no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é Membro do Conselho Nacional de Educação (CNE).

PARA SABER MAIS

- BRASIL. Relatório anual de atividades: 2016/Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2017. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa1](#). Acesso em: 8 set. 2022.
- CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). TIC Domicílios 2019. Principais resultados, 20 maio 2020. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa2](#). Acesso em: 8 set. 2022.
- HARGITTAL, E. "Second-level digital divide: Differences in people's online skills". *First Monday*, v. 7, n. 4, 2002. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa3](#). Acesso em: 8 set. 2022.
- OECD. "Understanding the digital divide". OECD Digital Economy Papers 49, OECD Publishing, Paris, 2001. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa4](#). Acesso em 8 set. 2022.
- OECD. 21st-Century Readers: Developing Literacy Skills in a Digital World, Pisa, OECD Publishing, Paris, 2021. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa5](#). Acesso em: 8 set. 2022.
- THE WORLD BANK. The World Bank Data. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa6](#). Acesso em: 8 ago. 2022.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. Impactos da pandemia na alfabetização de crianças. Fev. 2021. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa7](#). Acesso em: 8 set. 2022.
- VAN DIJK, G. "Digital Divide: Impact of Access". The International Encyclopedia of Media Effects. John Wiley & Sons, Inc, 2017. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa8](#). Acesso em: 8 set. 2022.
- VAN DIJK, G. *The deepening divide: Inequality in the information society*. Londres: Sage, 2005. Disponível em: [mod.lk/ed23_pa9](#). Acesso em: 8 set. 2022.



Como pensar a educação inclusiva no contexto da recomposição das aprendizagens?

A inclusão precisa ser prioridade para as redes de ensino na retomada ao presencial para estruturar novos caminhos de diagnóstico e acompanhamento.

TEXTO Ana Paula Patente

EVIDÊNCIAS de estudos nacionais e internacionais recentes apontam para o que educadores brasileiros vivenciaram na prática: que a pandemia provocada pela covid-19 deixou significativas lacunas de aprendizagem na educação.

Nesse sentido, não é suficiente pensarmos na escola daqui para frente, mas na situação de aprendizagem antes do fechamento das escolas, para planejamento do presente e futuro da educação. Por isso, precisamos trazer para a discussão o assunto sobre a recomposição das aprendizagens e não apenas propor a recuperação dos conteúdos.

Recuperação da aprendizagem é o termo utilizado como referência ao resgate do que foi ensinado e não foi aprendido. Através da recuperação a escola monitora o aprendizado e avalia se o estudante desenvolveu ou não a habilidade requerida.

Já a recomposição da aprendizagem surgiu devido às expressivas mudanças ocorridas no sistema educacional durante a pandemia. Ela é a resposta à forma com que o ensino remoto chegou para a maioria dos estudantes no território brasileiro.

Os que não tiveram acesso às aulas remotas, principal-

mente nas redes públicas de ensino, estão vivenciando níveis muito aquém do necessário para a garantia do direito à Educação para todos. Assim, se os desafios da educação já eram diversos e complexos antes da pandemia, eles se agravaram ainda mais no período pós-pandemia.

A IMPORTÂNCIA DO PERCURSO ESCOLAR NA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Alguns elementos que devemos considerar na recomposição das aprendizagens para um percurso escolar de qualidade são: o desenvolvimento de diferentes estratégias de intervenção e adaptação das práticas pedagógicas, o planejamento e a criação de estratégias para avaliar e monitorar os aprendizados, a usabilidade de

Jornada do percurso escolar de qualidade



recursos didáticos adaptados e a promoção de formação continuada.

Essas estratégias devem estar alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao currículo do sistema, às normas e legislações pertinentes, às competências gerais e socioemocionais.

Nessa perspectiva, fica evidente o desafio pedagógico que temos pela frente. Não só porque é momento de repensar a eficácia do modelo atual de escola, mas também porque é urgente que ela seja inclusiva. Que desenvolva um repertório educativo que acolha as diferenças, fortaleça a diversidade e contribua para a redução das desigualdades. Isso porque a inclusão escolar não acontece no ato da matrícula, mas quando se promove um percurso escolar de qualidade que assegure oportunidades para a continuidade nos níveis mais elevados de ensino.

OS RESPONSÁVEIS PELA INCLUSÃO ESCOLAR

É de suma importância para a organização do trabalho pedagógico a composição de uma equipe comprometida em zelar pelo percurso escolar.

Assim, cada pessoa dessa equipe, com sua competência profissional, deve desenvolver ações norteadas por um trabalho colaborativo, que tenha como fim minimizar as iminências de fracasso escolar.

A responsabilidade começa desde a entrada no portão da escola até a sua saída para casa. Enquanto o estudante permanece no ambiente escolar há responsabilidade pelo ensino e aprendizagem dele, tenha deficiência ou não. Veja o que o artigo 6º da Resolução 2 de 2001 do Conselho Nacional de Educação preceitua sobre isso:

“Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:



- » 1 a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
 - 2 o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
 - 3 a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário.”.
- E para ilustrar este artigo veja a representação gráfica a seguir:



COMO (RE)ORGANIZAR A ESCOLA PARA A RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

A pandemia evidenciou não só a fragilidade da educação como também revelou a necessidade de nos reorganizarmos em torno de ações estratégicas que gerem mudanças. Nesse sentido, acreditamos ser o momento de repensar a educação, reimaginar os espaços de aprendizagem e reorganizar a escola.

Para isso, propomos que a escola se organize em torno de dois desafios:

DESAFIO 1 • IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE RESPOSTA À INTERVENÇÃO (RTI)

O RTI é um modelo de programa educacional criado para a identificação precoce e intervenção em estudantes que apresentem probabilidade de desenvolver transtornos de aprendizagem. Sua proposta é agir antes de o estudante falhar ou de não haver mais tempo hábil no ano letivo.

O modelo pode ser organizado a partir de três camadas, conforme descrito a seguir:

{CAMADA 1} Tem início na sala de aula, com todos os estudantes. O objetivo é oferecer uma escolarização de alta qualidade, pensada para todos, pautada nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).

Devem ser oferecidas práticas escolares com melhor evidência para o ensino e a aplicação de avaliações sistemáticas para identificação precoce das dificuldades de aprendizagem.

Estudantes que não alcançam o rendimento escolar esperado são encaminhados para a segunda camada.

{CAMADA 2} É organizada para os estudantes que apresentaram baixo desempenho na camada anterior. Tem um caráter intensivo e se assemelha a uma proposta de intervenção pedagógica organizada em pequenos grupos.

As atividades a serem desenvolvidas, a intensidade da intervenção e a organização dos grupos têm como ponto de partida o trabalho realizado na camada 1.

Os estudantes que não alcançarem os objetivos propostos são encaminhados para atendimento educacional individualizado, na camada 3.

{CAMADA 3} Essa camada está vinculada à oferta do atendimento educacional especial. A diferença está na intensidade e precisão das intervenções, que são individualizadas.

O estudante pode ingressar nesta camada a partir do diagnóstico ou quando a intervenção da camada anterior não foi suficiente.

Aqui se realiza uma avaliação individualizada para identificar com exatidão as necessidades educativas não consolidadas. Com base nessa avaliação, é momento de pensar no planejamento das atividades individualizadas através do PDI.

PDI é o Plano de Desenvolvimento Individual, um documento que deve ser elaborado para a garantia do percurso escolar de qualidade por meio de um programa de ensino adaptado e acessível ao currículo.

É por isso que ele é o segundo desafio que queremos propor para o desenvolvimento de ações práticas na recomposição das aprendizagens no AEE.

DESAFIO 2 • ELABORAR O PDI

Embora não seja novidade na educação inclusiva, a elaboração do PDI ainda é permeada por dúvidas e inseguranças. Pensando nisso, elaboramos uma metodologia chamada de Indicadores de Qualidade do PDI. Seu caráter prático a habilita para ser utilizada por qualquer rede de ensino e ainda atender estudantes com qualquer tipo de deficiência.

Os Indicadores de Qualidade do PDI são uma excelente ferramenta para garantir a recomposição da aprendizagem dos estudantes do AEE.

O gráfico a seguir exemplifica sua estrutura. Na sequência, veja como ele pode ser elaborado na prática:



1 HISTÓRIA DE VIDA Conhecer o estudante é fundamental para a individualização do atendimento escolar uma vez que se relaciona com o reconhecimento da identidade, com a observação do caráter humano antes da deficiência.

2 DIAGNÓSTICO MÉDICO O diagnóstico é necessário porque ajuda a escola a identificar os impedimentos do estudante na estrutura e função do corpo. Porém, não pode ser o norteador das atividades pedagógicas.

Por esse motivo, a Nota Técnica 04/2014 / MEC / SECADI / DPEE informa que ele não pode ser considerado imprescindível para a garantia do acesso à escolarização. No entanto, se a escola julgar necessário, pode solicitá-lo como documento complementar.

3 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL Ela reúne informações do percurso escolar anterior e do conhecimento prévio. Seu objetivo não deve ser o de julgar o que o estudante não sabe, mas obter o ponto de partida para o planejamento pedagógico.

Por meio dela é possível levantar os melhores recursos, estratégias e metodologias para a recomposição das aprendizagens. Essa avaliação pode ser utilizada no início do ano letivo, no momento de introdução de cada conteúdo e ao final de cada período escolar.

4 PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO Seu foco está em organizar intencionalmente espaço, tempo, materiais, atividades e estratégias de trabalho, propor novas ações com base na reflexão do trabalho diário e do desenvolvimento das habilidades e competências.

Trabalhar de forma intencional é deixar de lado as atividades soltas e sem propósito e colocar no lugar tudo o que favorece o desenvolvimento das dificuldades de cada estudante.

5 MONITORAMENTO DO APRENDIZADO Esse é um importante instrumento no acompanhamento sistemático dos avanços, progressos, identificação das dificuldades e retomada do conteúdo. Assim, é possível planejar diferentes ações para o que não foi consolidado, novas formas de ensinar o que não foi aprendido e buscar novas metodologias de ensino.

Sabendo que cada estudante apresenta diferentes graus de desenvolvimento, o monitoramento contínuo impede que as lacunas no aprendizado só sejam identificadas ao final de longos períodos, quando não há mais tempo hábil para intervenções.

6 FLEXIBILIZAÇÕES CURRICULARES As flexibilizações têm por objetivo trazer um equilíbrio entre a necessidade educacional, a proposta curricular e as habilidades que precisam ser priorizadas.

Elas favorecem a participação da maioria, senão de todas, as atividades comuns à turma, ou seja, contribuem para eliminar as barreiras que impedem a plena participação do estudante.

Enfim, a pretexto da recomposição das aprendizagens é tempo de aproveitarmos as oportunidades educativas para transformar nossas escolas em locais educativos mais justos, equitativos e sustentáveis, e proporcionar aos nossos estudantes que se tornem pessoas autônomas, solidárias e competentes. □

ANA PAULA PATENTE

atua na Educação Inclusiva há mais de 15 anos na capacitação de profissionais do AEE e na implantação de Salas de Recursos da rede pública de Minas Gerais. É autora do livro Guia definitivo para elaborar o PDI e fundadora da Comunidade Educadores Inclusivos, que reúne on-line educadores de todo o Brasil.

PARA SABER MAIS

- ANDRADE, O. V. C. A.; ANDRADE, P. E.; CAPELLINI, S. A. *Modelo de resposta à intervenção: RTI: como identificar e intervir com crianças de risco para os transtornos de aprendizagem.* São José dos Campos (SP): Pulso, 2014.
- PATENTE, Ana Paula. *Guia definitivo para elaborar o PDI.* 4. ed. Belo Horizonte: Ed. da Autora, 2017.
- Instagram: @inclusaonapratica.

EDUCAÇÃO

PARA EXPANDIR SEU UNIVERSO!

Todos concordamos que a **Educação é um dos caminhos mais poderosos para a evolução de pessoas e comunidades**. Mas, para nós, esse é apenas o ponto de partida e um convite para irmos além!

Acreditamos que todos podem ter acesso aos meios de atingir seu potencial, contando com as ferramentas certas para transformar ideias em ações.

É por isso que Kepler se baseia em quatro pilares fundamentais: **empatia, trabalho em equipe, criatividade e protagonismo do aluno**.

Prontos para decolar? Um universo de possibilidades nos espera!

Redes sociais:

 /plataformakepler

 @plataformakepler

 www.plataformakepler.com




SEUS ALUNOS
FAZENDO A
DIFERENÇA
NO MUNDO



KEPLER





PREPARAMOS VENCER

INSPIRADOS NA TRAJETÓRIA VENCEDORA DOS NOSSOS ALUNOS, SOMOS **TETRACAMPEÃO** DO BRASIL NO ENEM.*

#SFBVENCEDORES PARA VIDA

*de 2016 a 2019, o Farias Brito (Colégio de Aplicação) obteve a maior média entre as escolas do Brasil.



PROVIDORES

PARA A VIDA.

Assista a uma
mensagem especial
do nosso campeão
Olímpico para você!



Língua oficial, mas (quase) desconhecida

Castanhal (PA) terá em 2023 uma escola pública bilíngue Português-Libras. Conheça aqui essa experiência bem-sucedida de duas décadas de inclusão na rede pública de ensino, e que prepara um passo adiante.

TEXTO *Ricardo Prado*

POUCA GENTE SABE, mas desde 2002 somos um país com duas línguas oficiais: o Português e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), que por meio da Lei n. 10.436 passou a ser considerada a língua materna da comunidade surda no Brasil. Se, duas décadas após a promulgação da lei, as implicações educacionais dessa oficialização ainda se apresentam como iniciativas tímidas e pontuais frente ao desafio de oferecer um ambiente de inclusão e qualidade de ensino para uma população estimada pelo IBGE em cerca de 2,2 milhões de pessoas com surdez ou deficiência auditiva grave, já surgem, aqui e ali, algumas ilhas de excelência.

Uma delas é Castanhal, cidade localizada a 70 quilômetros de Belém, no Pará, que no ano seguinte à aprovação da Libras como língua oficial brasileira enviou o primeiro grupo de 300 professores da rede municipal para um curso de formação na capital do estado, ministrado pela Universidade Federal do Pará. Nesse grupo pioneiro estava Gilsiane Paixão, que atualmente é coordenadora de educação especial do município. Na ocasião, ela se tornou especialista em tradução e interpretação em Libras e ganhou, juntamente com os outros professores desse grupo, a missão de multiplicar na rede a aprendizagem adquirida na capital. Ela se lembra de que, na época, havia seis alunos surdos. Em poucos anos, seriam centenas.

“A comunidade de surdos é muito comunicativa. Então, quando um surdo sabe que em determinada escola tem um professor que conhece Libras, tem um tradutor-intérprete, automaticamente um chama o outro, que chama o outro, e aí a gente foi recuperando alguns alunos que até então se encontravam fora do sistema educacional”, explica Renan Cabral, graduado em Educação Física e Pedagogia, especialista em tradução da língua de sinais e mestre em Educação. Trabalhando como auxiliar de coordenação da educação especial de Castanhal, Renan pertence à segunda geração de professores a abraçar a causa da inclusão de surdos no município. Ele explica o efeito da lei nos sistemas de ensino do país: “Antes dessa lei, se reconhecia a Libras como linguagem. Sendo linguagem não havia todo esse aparato de suporte

para o ensino e aprendizagem. Quando a lei foi aprovada e sancionada, os sistemas educacionais precisaram se adequar a essa necessidade, pois, se eu tenho uma língua oficial, preciso acessibilizar a língua escrita e a língua falada a esse novo dispositivo legal”.

LIBRAS PARA TODOS

Mas Castanhal fez mais do que formar e replicar internamente uma formação inicial em Libras para uma parcela dos professores. Em 2012 o município paraense promulgou uma lei que incluiu o ensino de Libras como disciplina no currículo escolar de todos os alunos do Ensino Fundamental, ou seja, o ensino da Língua Brasileira de Sinais foi equiparado ao ensino de uma língua estrangeira, como o inglês. O objetivo do decreto era evidente: ampliar a inclusão, fazendo com que a população ouvinte conseguisse se comunicar melhor com a comunidade surda que passava a frequentar, cada vez mais, as escolas da rede.

Com isso, muitos alunos começaram a vir dos municípios vizinhos, recorda Gilsiane, e acabavam se transferindo com suas famílias para Castanhal. Era porque nesta cidade uma barreira de exclusão histórica estava sendo vencida. “Se a gente verificar as pesquisas no Brasil e no mundo, vamos descobrir que a grande maioria dos surdos é de filhos de pais ouvintes. E a maior parte deles não aprende Libras dentro de casa. Eles começam a aprender a língua de sinais em pequenas comunidades surdas. E dentro da escola, em contato com estudantes mais velhos”, explica Renan.

Mas, afinal, o que vem a ser a Língua Brasileira de Sinais? Trata-se de uma língua criada no século XIX, inspirada na Língua Francesa de Sinais, já que foi na França que surgiu a primeira escola para surdos, criada pelo religioso Charles Michel de l'Épée no século XVIII. Em 1857, a convite de d. Pedro II, o conde francês Ernest Huet, que era surdo, chegou ao país para criar a primeira escola para surdos, que teria sede no Rio de Janeiro. Como Huet era usuário da Língua Francesa de Sinais proposta por l'Épée, usou-a como arcabouço para criar a Língua Brasileira de Sinais – que acabaria por incorporar sinais de comunicação que a comu-



nidade surda brasileira já usava na época. O interesse do monarca por esse tema era familiar: seu genro, conde D’Eu, casado com a princesa Isabel, era parcialmente surdo.

ORALISTAS VERSUS GESTUALISTAS

Havia no final do século XVIII uma disputa entre duas concepções de ensino para pessoas surdas: o gestualismo, que se apoiava na experiência francesa iniciada com L’Epée, e o oralismo, corrente defendida por boa parte dos médicos e cientistas da época, liderados por Alexander Graham Bell, o inventor do telefone. O embate entre as duas correntes pedagógicas teve um momento de triunfo da corrente oralista no Congresso de Educadores Surdos de Milão, realizado em 1880. Essa linha de pensamento defendia o ensino da leitura labial e o desenvolvimento da oralidade nos surdos e abominava qualquer uso gestual para a comunicação. Segundo alguns especialistas da época, essa gestualidade seria inadequada para seres humanos, pois aproximava os surdos dos macacos.

Contando com apenas um surdo entre seus 164 participantes e com uma seleção que excluiu boa parte dos defensores do gestualismo, dali saíram oito resoluções que lançariam as co-

munidades surdas em uma espécie de Idade das Trevas. Dentre elas, a resolução mais draconiana proibia o uso da língua de sinais nas escolas para surdos sob o argumento de que a comunicação manual desestimularia a aprendizagem da língua oral. Seria, em outras palavras, uma “muleta” que deixaria os surdos “preguiçosos” para a fala. Em algumas escolas, quem fosse flagrado se comunicando por meio de gestos seria castigado. Chegavam a amarrar as mãos de crianças para forçá-las a se comunicar oralmente.

O Congresso de Milão sedimentaria uma concepção da surdez como doença, sem falta, deficiência, e retardaria por décadas a integração das comunidades surdas à sociedade. Na verdade, nessas comunidades, que se tornaram quase clandestinas por questão de sobrevivência, a língua de sinais continuou viva, sendo praticada e se adequando às mudanças e aos novos hábitos de seus praticantes. Por outro lado, instituições como escolas, centros profissionalizantes, associações de apoio e clínicas para surdos, mesmo aquelas consideradas centros de excelência para a reabilitação desse público “deficiente”, o faziam por meio de um viés assistencialista e sempre tendo como princípio norteador o desenvolvimento da »

» habilidade oral e da leitura labial por parte dos surdos.

Paralelamente a outros movimentos de inclusão e questionamento de paradigmas ocorridos ao longo do século XX, em diferentes países, as comunidades surdas começaram a buscar o reconhecimento daquelas línguas de sinais que, na prática, nunca deixaram de ser usadas. Um trabalho relevante no sentido de reabilitar a corrente pedagógica que defendia o gestualismo foi feito pelo linguista norte-americano William Stokoe, que, nos anos 1960, identificou na American Sign Language (ASL), a língua de sinais criada nos Estados Unidos, aspectos lexicais e sintáticos presentes em outras línguas genuínas. Por meio de estudos linguísticos e pesquisas pedagógicas, aos poucos o paradigma da falta começaria a ser alterado. No Brasil, a movimentação das comunidades surdas teve início em 1993 e uma década depois culminaria com a oficialização da Libras como segunda língua oficial brasileira.

UMA LÍNGUA VIVA

Na Libras não existem tempos verbais nem artigos; portanto, a ordem das informações é diferente, sendo esta uma língua que também incorpora expressões faciais e corporais. Ou seja, um mesmo sinal, dependendo da expressão que o acompanha, pode ter significados diferentes. Também há regionalidades, como explica Renan Cabral, exemplificando o caso com o gesto para “cachorro”, que na região Sul é feito com a mão cobrindo a boca, imitando uma focinheira, enquanto na região Norte o sinal é feito por um dedo à semelhança do rabo de um cachorro. Já o conhecido alfabeto feito com os dedos das mãos, que muitas crianças aprendem como sendo a “língua de sinais” (também chamado de dactilologia), é usado com o objetivo de representar palavras que não têm gesto equivalente, como nomes de pessoas ou de localidades, ou para se ensinar ou aprender determinada língua gestual. No entanto, quem consegue usar esse alfabeto, que apenas realiza a equivalência entre letras e gestos, não é fluente em Libras. Para aprendê-la, é necessária a mesma disposição que precisamos reunir para nos apropriar de uma segunda língua, diferente da materna. Isso nos faz retornar à experiência pioneira de Castanhal, que agora se prepara para criar a primeira escola bilíngue Português-Libras da região Norte do país.

COMO É UMA ESCOLA BILÍNGUE

A expansão no ensino de Libras em Castanhal é fruto de um planejamento de longo prazo que teve início com o decreto municipal de 2012 que, como vimos, tornou obrigatório o ensino da Língua Brasileira de Sinais nas escolas. Por causa daquela legislação, foram criados alguns cargos estratégicos na Secretaria de Educação que respaldaram o crescimento, como o de professor de Libras e de tradutor-intérprete, profissional que, em salas de aula inclusivas, traduzem para os alunos surdos os conceitos das disciplinas por meio da língua de sinais, explica Leno Favacho, licenciado em Letras-Libras, mestre em Educação e assessor de educação especial de Castanhal. “O profissional para poder dar aula de Libras precisa ter uma formação específica em Letras, Língua Portuguesa, ou Pedagogia com especialização em Libras. Por ser um componente curricular gera-se essa exigência, porque esse profissional precisa ir para a sala de aula dominando realmente os conceitos gramaticais, semânticos,

“A ESCOLA BILÍNGUE É UM SONHO DA COMUNIDADE SURDA”

MAÍLSON de Jesus Teixeira Coutinho é o único surdo em uma família de ouvintes. Seu caso é semelhante ao da maioria dos demais surdos, quase sempre nascidos em ambientes em que a língua de sinais não é necessária – para os demais, diga-se de passagem, pois para o surdo ali se encontra a primeira de muitas barreiras de comunicação que ele precisará enfrentar. O caso de Maílson é emblemático do papel fundamental que a escola tem no sentido de dar participação na sociedade a milhões de pessoas que, sem o apoio de profissionais com fluência em Libras, permanecerão à margem em suas comunidades, sendo pouco compreendidos e compreendendo pouco do mundo por falta de instrumentos para isso. Depois de passar pela escola em Castanhal, como um dos beneficiários do consistente programa de inclusão em curso naquele município paraense, ele hoje trabalha como bibliotecário em uma universidade privada. Ele conta, com satisfação, que seus colegas toda hora estão perguntando os sinais para essa ou aquela palavra. “Acho que estão apaixonados pela língua de sinais e já planejamos um curso de Libras para que o atendimento aos alunos surdos possa ser melhorado”, contou Maílson nesta entrevista, que teve o apoio da tradutora Daniela.

EDUCATRIX Como aconteceu seu contato com a Libras?

MAÍLSON A minha família é composta toda de ouvintes, todos oralizam e eu sou o único surdo na família. A comunicação através da língua de sinais se dá mais no contexto entre amigos, com quem eu posso conversar livremente, mas com a família mesmo é apenas a oralização que funciona. E isso sempre foi uma barreira na comunicação. Como é que eu ia dizer que estava sentindo dor, que estava me sentindo mal? Quando eu tinha que ir ao médico, era sempre essa dificuldade, essa barreira na comunicação. Foi no convívio com os amigos [surdos] na praça e em outros lugares fora de casa que comecei a aprender um pouco mais da língua de sinais. A partir do momento em que tive contato com a comunidade surda, fui sentindo interesse e me desenvolvendo, e isso foi abrindo caminhos para mim.

EDUCATRIX E a entrada na escola, como foi?

MAÍLSON Eu participei na escola de um AEE [Atendimento Educacional Especializado, que é uma sala especializada com professor fluente em Libras na qual o aluno ganha fluência na língua de sinais no contraturno da escola], o



que foi muito positivo pra mim. Dentro da sala de aula, eu sempre interagiu muito com os colegas ouvintes, tirava as dúvidas. Por ser uma pessoa surda, todos eles interagiam comigo, havia trocas, eles me ensinavam algumas palavras, eu ensinava alguns sinais para eles, e aí eu fui desenvolvendo, em sala de aula com eles, e com apoio do intérprete. Quando passei para o Ensino Médio, no 1º ano eu não tive intérprete. Quando eu passei para o 2º ano veio o apoio de um intérprete, no 3º ano do mesmo jeito. E continuei aprendendo, desenvolvendo, principalmente aprendendo mais vocabulário da língua portuguesa, que era o que me interessava. Então, eu sempre tive uma boa interação com os meus colegas ouvintes em sala de aula. A interação com as pessoas surdas que frequentavam a escola também acontecia, havia muita troca de opiniões porque eu me sentia bem à vontade entre elas. Eu procurava não ficar isolado, gostava de interagir, sempre tive a mente muito aberta referente a isso.

EDUCATRIX Deve ter sido bem difícil esse 1º ano do Ensino Médio sem o apoio de um tradutor-intérprete, não?

MAÍLSON Sim, a profissão de intérprete é muito relevante porque quando você não tem um intérprete fica sem acessibilidade comunicacional, e aí todo mundo fica achando que a gente nunca sabe de nada. E tem aqueles olhares que a gente percebe... Quando não tem o tradutor intérprete eu fico sem entender nada. O professor fica oralizando em sala de aula, e eu aprendo através da Língua de Sinais. O tradutor-intérprete é um facilitador porque a gente aprende através da língua de sinais.

EDUCATRIX E sobre a escola bilíngue de Castanhal, qual sua opinião?

MAÍLSON A escola bilíngue é um sonho da comunidade surda aqui de Castanhal e vai ser uma satisfação imensa contribuir para esse movimento porque a comunidade surda precisa. A criança surda precisa de uma escola bilíngue, na qual ela possa aprender um ensino de qualidade, com professores fluentes em Libras.

porque a Libras tem que ser respeitada e ensinada como língua, igual à língua inglesa, espanhola etc. Hoje, o profissional só entra na rede se tiver a formação específica para ministrar essa disciplina.”

O passo seguinte na expansão e qualificação da oferta de ensino para a comunidade surda aconteceria em 2022, quando a secretária de Educação Cláudia Seabra se encontrou, em um evento em Macapá, com a secretária nacional para educação de surdos do MEC. Da conversa entre as duas, e da atenção que o município já dispensava ao tema, surgiria a oportunidade de apresentar ao Ministério uma antiga reivindicação da comunidade surda de Castanhal, cada vez mais empoderada: a criação de uma escola bilíngue, na qual os conteúdos fossem ministrados por professores em Libras, de forma que conseguissem se preparar melhor para ultrapassar a difícil barreira do Enem, com uma formação mais sólida. Pela proposta apresentada, e já aprovada, da merendeira à direção, todos na escola serão bilíngues. E, sendo uma proposta inclusiva, a escola estará aberta também a ouvintes. Em uma escola bilíngue Português-Libras as salas de aula são dispostas em forma de semicírculo para que todos na classe possam ter uma boa visualização do professor e dos colegas. A sala de computação também precisa ter equipamentos adequados, bem como a biblioteca. Para a formação do acervo, o apoio do material didático criado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) e pela Secretaria Nacional de Educação de Surdos do MEC será fundamental.

Essa experiência, no entanto, não estaria indo na contramão do movimento feito pelos próprios surdos de se integrarem às suas comunidades, em vez de se isolarem em grupos? Ao saber mais detalhes da iniciativa, Doug Alvorçado, pedagogo e intérprete de Libras, Google Innovator que trabalha com formação de professores no Rio de Janeiro desde 2014, especialmente com tecnologias educacionais e assistivas, se entusiasma com a ideia: “A proposta é incrível. Um sujeito surdo precisa, em algum momento, do par linguístico e de um par mais experiente. Se esses surdos e surdas estiverem pulverizados em todas as unidades o processo perde força e fica bem mais caro. É necessário em algum momento que esses alunos estejam trocando com usuários de sua língua, aprendendo Libras e português em igualdade de espaço e oportunidade. Assim, ao frequentarem outros espaços, incluindo espaços educacionais, estarão mais preparados”, avalia o especialista. Para ele, existem várias maneiras de incluir: “Cada especialidade tem a sua característica. Incluir não é apenas frequentar a mesma sala, mas é ter as mesmas oportunidades de aprender, e aprender a aprender”.

Doug cita algumas experiências estaduais, como a do Rio Grande do Sul, e o trabalho da TV Ines, com conteúdo para surdos e mantida pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos, mas o cenário geral não é animador; segundo ele, o poder público precisaria investir mais no bilinguismo Português-Libras. Com esse esforço, a quantidade de materiais didáticos aumentaria. “O que vemos hoje na sua maioria são professores bem-intencionados aprendendo Libras por seu interesse próprio, mas a disponibilidade da formação às vezes não avança até a página 2. Os professores conhecem a datilologia (que não é Libras) e aprendem outras comunicações básicas. Vemos também ações pontuais para resolver problemas emergenciais, mas precisamos de um pacto de pulverização desta língua em todos os espaços”, recomenda o especialista. □



Montando um comitê antirracista na escola

Estreitar relações e abrir espaços para o diálogo são caminhos para conscientizar alunos e famílias

TEXTO *Janine Rodrigues*



A CONSTRUÇÃO de um comitê antirracista na escola é um importante passo na implementação de uma educação para esse fim. Por falar nisso, é sempre relevante reforçar que a educação antirracista tem como pilar principal a ação. Pode parecer óbvio, mas não é. Promover uma educação antirracista, na prática, requer comprometimento, intencionalidade, posicionamento, coerência, interesse por conhecer e aprender sobre os temas das relações étnico-raciais, entre outras coisas, mas sendo estas as principais.

Propiciar educação antirracista não é esse “romantismo utópico” muitas vezes presente nas falas de algumas pessoas. Não é fácil, mas é necessário. Não é rápido, porém urgente. Não é simples, porém imprescindível para se ter uma educação equânime, justa para todos e todas.

É preciso compreender que ao fomentar educação antirracista (verdadeiramente), resistências irão surgir dentro e fora da escola. A pressão que o racismo exerce é enorme, permeando diversas áreas — políticas, econômicas, sociais —, ou seja, afeta todas as estruturas, e a escola não está livre disso. É comum que professores sejam podados em seus projetos. É comum que haja interesse em fazer algo que “não fuja da cultura da escola”, sendo esta uma desculpa para um fazer antirracista raso e sem continuidade. É comum que a prática e os discursos estejam distanciados. »



» Se a escola ainda não tem uma cultura antirracista então a primeira coisa é reconhecer que haverá mudança, e isso assusta, pode criar desconfortos, mas vale ressaltar que estes diminuam com o tempo.

Mas se fomentar educação antirracista na escola é tão desafiador, por onde começar?

O objetivo de trazer todos esses pontos é fortalecer a proposta de algo real, contínuo e comprometido com os impactos positivos. Se, ao considerar tudo isso, a escola compreende que o racismo afeta a sociedade, priva as pessoas de direitos e elimina as possibilidades de uma educação integral e, diante disso, há um desejo genuíno de fazer algo para contribuir com a mudança, então a escola está pronta para montar um comitê.

Um grupo de trabalho dentro da escola será fundamental para elencar questões do dia a dia, da realidade que a escola vive, e, diante disso, fica mais efetivo pensar caminhos. Um ponto importante é: se a escola não tem diversidade étnica, este é um passo importante a ser considerado. Além disso, o trabalho em parceria com pessoas e iniciativas negras é fundamental, afinal, por melhor que você ache que é seu projeto escolar, acredite: você não terá feito um bom trabalho sem pessoas negras construindo com você. Lembre-se de que o letramento racial, elemento orientador neste trabalho, não se constrói do dia

para a noite, e ainda que a luta antirracista seja responsabilidade de todos, há um lugar de fala, de pensamento, de vivência que exige a participação ativa de pessoas negras construindo esse processo com a escola.

Ainda que os desafios sejam muitos, é possível ter um trabalho sério e com resultados duradouros se entendimentos cruciais estiverem embasando seu trabalho. No artigo “Quais são os principais desafios para a promoção da diversidade na escola?”, em que é discutida a ideia de inclusão e de representatividade, pode-se observar como esse debate tem crescido. São adicionados aqui também os conceitos de letramento racial, proporcionalidade, empoderamento e lugar de fala, palavras que ficaram, digamos, famosas, mas que muitas vezes são usadas fora de contexto, irresponsavelmente e até esvaziando o discurso sobre os quais esses conceitos se baseiam.

Em um trabalho sério de luta contra o racismo é fundamental o interesse em conhecer a fundo esses temas para então aplicá-los da melhor maneira possível. E por falar em conhecer os conceitos, aqui vão alguns deles:

INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO

A integração refere-se ao ato de “incluir” um grupo minoritário em um grupo social mais geral e amplo. Já a inclusão trata de promover a equida-

**A ESCOLA
COMPREENDE QUE
O RACISMO AFETA
A SOCIEDADE,
PRIVA AS PESSOAS
DE DIREITOS
E ELIMINA AS
POSSIBILIDADES
DE UMA EDUCAÇÃO
INTEGRAL**

de entre os sujeitos, ou seja, não basta somente que as pessoas compartilhem os mesmos espaços ou acessem as mesmas coisas, mas que isso ocorra de forma efetiva e proveitosa para ela ou ele, compreendendo todas as implicações de sua subjetividade. Vamos supor uma escola que vai receber um aluno surdo e começa a se preparar para isso. Contrata um professor de libras e, quando o aluno chega, ele consegue interagir com o professor. Com o tempo até consegue, aos poucos, interagir também com a turma, que durante a aula começa a aprender libras. Mas e as demais pessoas da escola? Os demais alunos e alunas, demais professores e toda a comunidade escolar? Como esse aluno irá interagir nas atividades da escola? O ideal então é que a escola tenha um plano não para a turma, mas sim para toda a escola. Mobilize inclusive as famílias ressaltando o ensino e a aprendizagem de uma língua considerada em 2002, pela Lei n. 10.436, como meio legal de comunicação e expressão no Brasil.

Melhor e mais eficaz seria se a escola, ainda que não tenha alunos surdos, pudesse contar com o ensino de libras.

Vamos fazer esta mesma reflexão para as questões raciais. O racismo, que afeta toda a sociedade, é o maior mal social no Brasil, reconhecidamente o principal motivo para reduzir a qualidade de vida das pessoas negras, que são 56% da população.

Podemos então refletir: Como minha escola está promovendo uma educação antirracista?

REPRESENTATIVIDADE E PROPORCIONALIDADE

Quando uma pessoa negra, de qualquer idade, liga a TV e vê um personagem, um apresentador, um desenho com pessoas pretas, ela se sente representada. Quando nas universidades, nos cargos de liderança, nas ciências há gente negra, há o sentimento de representação. Mas para além disso é urgente refletir sobre proporcionalidade porque é um grande problema quando a representatividade é usada como disfarce. Explicando: pense

num corpo docente em que nenhuma das pessoas é negra. Pense que a escola decide então criar uma medida de educação antirracista contratando um professor ou um inspetor negro e, pronto! A escola acredita que cumpriu seu papel, afinal agora o corpo docente tem representatividade. Esta é uma ideia muito enviesada do que é representatividade e demonstra uma falta de comprometimento com a proporcionalidade. De quantas pessoas é composta a equipe da escola? Quantos diretores, professores e professoras, coordenadores, técnicos etc.? Em cada um desses grupos, qual é a proporção entre pessoas negras e não negras?

A RELAÇÃO ENTRE LETRAMENTO RACIAL, EMPODERAMENTO E LUGAR DE FALA

Se o letramento trata do resultado da ação de ler e escrever compreendendo a língua como importante elemento das práticas sociais, ou seja, não somente ler e escrever de maneira descontextualizada, mas sim compreendendo que o uso da língua, da palavra, afeta e é afetada pelas práticas sociais, o letramento racial, por sua vez, é a necessidade de desconstruir, desarticular as formas racistas de pensar e agir que foram naturalizadas em nossa história.

Por isso o letramento racial é fundamental para o empoderamento, que não é feito para alguém, mas é a própria pessoa que se empodera, ou seja, o meio no qual ela está inserida é saudável o suficiente para que a pessoa exerça o poder de ser, o poder de pensar, o poder de criar, o poder de agir, dentre outros.

Logo, não posso empoderar você, mas empodero a mim mesmo num meio propício para isso. O que posso fazer é contribuir para que esse meio seja favorável para que você se empodere também. É isso que a educação antirracista, com o devido letramento racial, faz: cria possibilidades para que pessoas negras se empoderem. É também dentro de um letramento racial e uma educação antirracista que compreendemos profundamente a importância do que é o lugar de fala. »



» Ao contrário do que se possa imaginar, lugar de fala não tem relação com o fato de uma pessoa poder ou não falar sobre um tema, como o racismo. Lugar de fala trata de uma consciência e intencionalidade de reconhecer quem é o interlocutor e de onde ele fala, ou seja, qual seu lugar na sociedade; qual lugar ele ou ela ocupa e, a partir disso, de onde ele ou ela está falando. Com base nisso, o que esse interlocutor diz será ouvido de modo mais específico, atento. Em relação a uma pessoa negra, uma pessoa branca fala de um lugar privilegiado no que se refere às mazelas do racismo. Então, quando uma pessoa branca se posiciona ativamente contra o racismo, entender que o lugar de fala dela é um lugar de privilégio pode mobilizar muitas pessoas na causa, pois justamente pelo fato de ela estar nesse lugar sua voz tem um alcance que nem toda pessoa preta tem.

No entanto, pensar um projeto educacional com pouca ou nenhuma participação efetiva de pessoas negras é inviabilizar o lugar de fala dessas pessoas que, além de sofrerem com o racismo, ficam impossibilitadas de estar no lugar de construção nesse processo. Para além disso a educação antirracista não trata só de falar das implicações do racismo, mas construir espaços de saber que visibilizam a intelectualidade, a cultura, os fazeres das populações negras, tanto

as afro-brasileiras quanto as africanas, para que se tenha um novo modo operacional de pensar e agir.

E agora partindo para pontos práticos, serão compartilhados **passos importantes que podem ajudar sua escola no caminho de construção de um comitê antirracista:**

➤ Ouça os professores e professoras: O que eles e elas têm a dizer sobre o assunto? Como acreditam que esse trabalho pode acontecer? Como se sentem para falar do assunto?

➤ Conte com aliados no processo: De livros a cursos, formações, projetos, programas, existem possibilidades muito ricas para que sua escola possa aprender com pessoas (principalmente educadores negros) a construir este trabalho.

➤ Se sua escola já tem diversidade étnica, ótimo. Se não tem, precisa. Estamos no Brasil, mas existem escolas que, ao entrar, nos sentimos na Noruega. Uma escola diversa e preocupada com a justiça social precisa se incomodar se não enxerga crianças pretas, brancas, PCDs e demais diversidades no espaço. Se a escola tem diversidade étnica, cuidado para não atribuir apenas aos professores negros a responsabilidade de trabalhar este assunto, pois isso é racismo. Esperar que seja responsabilidade da pessoa negra do grupo falar de antirracismo é racismo. Este é um tema que deve ser



LUGAR DE FALA NÃO TEM
RELAÇÃO COM O FATO DE
UMA PESSOA PODER OU
NÃO FALAR SOBRE UM
TEMA, COMO O RACISMO.
LUGAR DE FALA TRATA
DE UMA CONSCIÊNCIA
E INTENCIONALIDADE
DE RECONHECER QUEM
É O INTERLOCUTOR E
DE ONDE ELE FALA.
OU SEJA, QUAL SEU
LUGAR NA SOCIEDADE;
QUAL LUGAR ELE OU
ELA OCUPA E, A PARTIR
DISSO, DE ONDE ELE OU
ELA ESTÁ FALANDO.



trabalhado por todos e todas, com a participação de pessoas negras que se sentem preparadas para isso. O racismo é uma violência vivida por pessoas negras e nem todas têm condições emocionais de falar sobre isso. Então atente para a maneira como essas ações estão sendo conduzidas na sua escola.

Novembro é o mês em que quase toda escola resolve falar sobre racismo, cultura negra, culturas africanas etc. É importante celebrar novembro, as con- quistas, refletir sobre os desafios, mas e o restante do ano? Sabe aquela feira de ciência? Aquele debate? Aquele expo- sição artística? Há pessoas negras ou o único lugar de onde as pessoas negras podem falar é o lugar cujo tema é espe- cificamente racismo, ou o lugar exótico das culturas negras e africanas?

Pense em quais leituras e demais es- tudos podem ser feitos e em que mo- mento serão trabalhados. Os educadores e educadoras precisam de tempo, dentro da carga horária de trabalho, para estu- dar esses assuntos. A escola deve inves- tir nesses estudos. Fazer projeto, criar evento é bom e importante, mas tudo isso deve andar equilibradamente com os estudos sobre o assunto.

Com relação a projetos continuados, o comitê precisa pensar nos desdobramen- tos das ações e sempre ter em mente que estas precisam ser contínuas. Fazer um bate-papo uma vez no ano, adotar um livro com personagem negro, fazer uma oficina em novembro, por si sós, não tor- nam sua escola antirracista. Ter um pla- no, fazer dele um projeto, implementar, acompanhar, avaliar, melhorar e seguir neste ciclo é o que pode tornar sua escola verdadeiramente antirracista. □

JANINE RODRIGUES

Escritora, educadora, especialista em diversidade e fundadora da Edtech Piraporiando (Educação com afeto para a diversidade).

PARA SABER MAIS

● Thaís, M. (2022, maio). Quais são os principais desafios para a promoção da diversidade na escola? Piraporiando. Disponível em: mod.lk/ed23_con. Acesso em: 26 set. 2022.

Educação democrática antirracista: uma escolha política

Não pode haver restrição para a presença da diversidade na escola. Precisamos garantir isso como sociedade.

TEXTO *Nilma Lino Gomes*

O DIREITO À EDUCAÇÃO vai além do acesso e da permanência na escola uma vez que diz respeito ao acesso sem distinção de raça, cor, gênero, sexualidade, religião. Trata-se da permanência bem-sucedida de todos e todas que acessam a escola. Por isso, a educação democrática antirracista tem que indagar, descolonizar e transformar o currículo à luz da diversidade social, cultural, racial e de gênero existente no Brasil.

Uma educação democrática e antirracista é eminentemente política e não teme o papel político que a educação ocupa na sociedade. Desmistifica os discursos distorcidos que chamam a postura política da escola de ideologia, esvaziando o próprio conceito de ideologia. Esse tipo de narrativa, por si só, é ideológico por tentar esconder e falsificar a realidade. O valor da democracia permanece em todo lugar que lutemos para que ela exista, não somente na escola.

Ser eminentemente política implica fazer escolhas. Diz respeito a ações. Significa dizer não ao racismo, ao machismo, ao autoritarismo, ao fundamentalismo religioso. Significa assumir como dever pedagógico o ato de desmascarar o conservadorismo na educação que ignora o presente e seus desafios. Ser política significa que a educação quer superar a intolerância, a violência e lutar pela paz. Quer também imprimir uma forma ética de educar na diversidade para que saibamos lidar afirmativamente com as diferenças em conexão com os conteúdos e os componentes curriculares a serem ministrados. Não há como dissociar uma





coisa da outra. Ao silenciar sobre seu caráter eminentemente político, a educação se soma às injustiças que queremos superar e não dialoga com a vida estudantil do momento presente, tampouco possibilita a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos o seu direito de acessar o acervo de conhecimentos a que têm direito.

A ESCOLHA POLÍTICA

A escolha política por uma educação democrática e antirracista nos leva a entender que a existência das diferentes presenças na escola pública e privada é um direito cidadão: negras, indígenas, quilombolas, brancas, pessoas com ascendência oriental, imigrantes, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, praticantes das mais diversas religiões e credos. Se todos esses sujeitos, suas escolhas e particularidades se sentirem acolhidos e respeitados na escola, então ela pode ser considerada democrática, laica e antirracista.

Não pode haver restrição para a presença da diversidade na escola. Ao contrário, sua presença deve ser celebrada. Qualquer emissão de opinião e qualquer ato preconceituoso e discriminatório deve ser entendido como uma ofensa grave ao direito à educação, ao direito de ser quem somos, passível de sanção de acordo com a lei; deve ser considerado um entrave à concretização da educação democrática.

O antirracismo articulado com a democracia possibilita uma releitura crítica das relações de poder na sociedade e na escola e desvela os contextos de desigualdade e opressão econômica, social, racial, étnica, de gênero e orientação sexual, os quais são sempre perigosos para o exercício da democracia plena que desejamos e merecemos.

Só avançaremos no entendimento da importância da articulação entre o antirracismo e a democracia na educação quando compreendermos o seu caráter emancipatório para todas e todos. O antirracismo deve produzir posturas de não discriminação, de justiça e de construção da autonomia. Deve ser praticado para romper com as estruturas racistas, superar preconceitos, discriminações e violências e assim ajudar a construir a igualdade racial tão necessária em nosso país. O antirracismo não se reduz apenas aos negros e às negras. Antes, deve ser uma postura política, pedagógica e, ao mesmo tempo, um princípio a ser aprendido e praticado por todos e todas, indepen-



dentemente de sua raça/cor. Por isso, ele precisa de um chão democrático para existir.

Compreendendo a radicalidade dessa forma de se implementar a educação democrática e antirracista, é possível entender os motivos pelos quais essa proposta tem sido tão atacada pelas forças antidemocráticas uma vez que ela pode ser o caminho emancipatório para reeducar negros e não negros na construção de uma sociedade justa, equânime e livre de preconceitos.

Uma educação democrática não dissocia o direito à educação do direito à diversidade e do dever de sermos antirracistas. Ela entende o potencial emancipatório e libertador do antirracismo, por isso o elege como um dos eixos centrais do currículo, do projeto político pedagógico e da postura de todo e qualquer professor e professora, gestor ou gestora e profissional da instituição escolar.

Introduzir o antirracismo como parte do processo de formação humana do qual a escola é responsável é uma aposta no processo de reeducação das novas gerações, mas para reeducar os mais jovens é necessário que o mundo adulto viva o mesmo processo. Por isso, esse é um processo simultâneo, que implica aprender juntos, lutarmos juntos contra as históricas relações de poder que produzem e reproduzem desigualdades.

Articular democracia e antirracismo na educação é uma proposta que veio de fora para dentro, das lutas sociais por emancipação. Trata-se de um conhecimento forjado nas lutas e construído pelo movimento negro educador com o qual aprende-



mos a combater o racismo e a construir a democracia para todas as pessoas.

O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR

O movimento negro educador tem reeducado a sociedade brasileira, o Estado e as instituições sociais — dentre elas a escola — de que o combate ao racismo tem que fazer parte do nosso clamor por justiça social, pelos direitos humanos, por uma economia justa, por uma remuneração digna aos trabalhadores e às trabalhadoras, por uma política mais ética, por uma vida com direitos e sem violência. A educação, aos poucos, vem acolhendo e aprendendo com as lutas por emancipação desenvolvidas não só pelo movimento negro, mas também por outros movimentos sociais e tem promovido algumas mudanças. A educação também aprende.

No seu histórico de combate ao racismo, o movimento negro tem ensinado à sociedade brasileira que a articulação entre democracia e antirracismo exige mudanças estruturais e a construção de novas práticas e políticas. Não adianta apenas nos condoermos diante dos terríveis e insistentes atos de racismo existentes na sociedade e na escola e permanecermos na inércia racial. As ações afirmativas demandadas por esse movimento social, a partir do início dos anos 2000, têm sido paulatinamente implementadas pelos setores público e privado. Elas são um bom exemplo de como é possível agir de forma incisiva e democrática e, ao mesmo tempo, colocar em prática o antirracismo. Tais

políticas têm garantido mais direitos aos pobres, aos negros e às negras, às mulheres, às pessoas do campo, aos indígenas, à população LGBTQIA+ e às pessoas com deficiência.

Trilhar esse caminho é uma escolha pedagógica e política potente capaz de reatualizar e ressignificar o direito à educação, mas muitos ainda não aprenderam essa lição e outros não querem aprender por se tratar de um aprendizado emancipatório que demanda mudança de posição. Realizar um percurso pessoal e social de mudança face às injustiças promovidas pelo racismo exige disposição e compromisso para um aprendizado conjunto e emancipatório, urge um movimento em nova direção, uma tomada de posição diante do que se sabe, vê e sente.

Esperamos que, com a retomada dos tempos democráticos que está por vir, a articulação entre democracia e antirracismo não seja somente uma escolha, mas sim um dever constitucional, uma postura ética e cidadã exigida de toda e qualquer instituição social e educativa. Que seja uma das formas de reconstruir e transformar o nosso país para que todas as pessoas nele se reconheçam e o reconheçam como seu. ■

NILMA LINO GOMES

é professora titular emérita da UFMG. Consultora da Fundação Santillana para o Setor de Políticas Antirracistas.



MODERNAmigos

Formações e recursos essenciais gratuitos



Planejamento



Prática Pedagógica



Avaliação

FERRAMENTAS PARA OTIMIZAR O TEMPO



PLANOS DE AULA



PLANEJADOR INTERATIVO



JOGOS PEDAGÓGICOS



RECURSOS MULTIMÍDIA



SIMULADOS E BANCO DE QUESTÕES



E-BOOKS EXCLUSIVOS

E MUITO MAIS!

Cadastre-se gratuitamente!

www.moderna.com.br/modernamigos

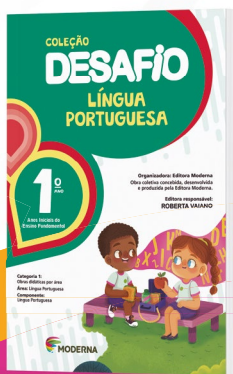


Combinação perfeita para a recomposição das aprendizagens!

ESCOLHA FINALIZADA ✓

Objeto 1

Obras didáticas e projetos integradores



PRÓXIMA ESCOLHA

Objeto 2

Livros de práticas e acompanhamento da aprendizagem



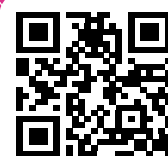
Muito mais benefícios!

Veja como os livros de práticas e de acompanhamento da aprendizagem vão potencializar a recomposição do ensino no seu município.

- ✓ Aulas de reforço e lição de casa
- ✓ Agrupamentos produtivos
- ✓ Acompanhamento da evolução da turma
- ✓ Mapeamento das defasagens
- ✓ Recursos relacionados aos conteúdos do livro didático



Conheça e entenda
por que adotar:
mod.lk/pnld



O dia em que a **Nasa** aterrissou em...

... uma comunidade escolar de Salvador!
Com uma maratona de inovação e criatividade chancelada pela agência espacial estadunidense que mudou a vida por ali.

TEXTO *Ricardo Prado*





DE REPENTE A NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço, do inglês *National Aeronautics and Space Administration*) aterrissou na Escola Municipal Antônio Carvalho Guedes, em São Caetano, um bairro bastante carente da cidade de Salvador (BA). E a quase centena de alunos do 9º ano, adolescentes irrequietos como todos, de repente se juntou em grupos, se concentrou, pesquisou e buscou soluções para problemas graves da Terra, como a poluição ambiental, e situações desafiadoras no espaço, como planejar como seria uma viagem tripulada até o planeta Marte. No terceiro dia de mergulho, com direito a viagens com óculos de realidade virtual ou à criação de um cenário por meio de um software capaz de criar imagens tridimensionais, cada equipe de jovens ofereceria algum tipo de solução para o problema que quis encarar.

Foram três dias inesquecíveis para aquela turma de uma escola pública em um bairro que costuma frequentar as manchetes locais por conta dos deslizamentos e alagamentos provocados pelas intensas chuvas que acontecem a partir de março na capital baiana. A escola não possui laboratório de informática e o único computador com impressora fica na sala da diretora, Tatiana Almeida. Também não contava com o número ideal de alunos para a proposta, mas tinha um fator decisivo: a determinação da diretora de trazer a Nasa até sua escola. Foi essa vontade de fazer acontecer que o gestor Frederico (Fred) Wegelin, à época na supervisão de cinco escolas da região de São Caetano, percebeu nos olhos de “profa Tati”, como ela é conhecida por seus 424 alunos, 26 professores, além da equipe de apoio, formada por um vice-diretor, um coordenador pedagógico e a equipe da administração e dos serviços »

» gerais. À frente dessa equipe desde 2021, após cinco anos como vice-diretora e tendo enfrentado os difíceis tempos da pandemia – em que a escola se viu banida da normalidade, como todas da rede, servindo de ponto de referência para entrega de cestas básicas –, Tatiana estava ansiosa para motivar seus alunos com alguma novidade. Ao ser sondada por Fred sobre a possibilidade de a sua escola receber o projeto da Nasa, não teve dúvida: aceitou na hora.

BUEIRO INTELIGENTE

Hack@Schools é uma maratona de inovação e criatividade criada por Leka Hattori, CEO do “Space Terra”, uma plataforma de projetos com atuação nas escolas que se inspira nos desafios propostos pelo Programa Nasa Space Apps Challenge. Esse evento internacional voltado a estudantes, pesquisadores de TI, de ciências da computação e de outras áreas faz uso do banco de dados e imagens da Nasa para resolução de problemas reais da Terra ou para o avanço na pesquisa espacial.

Em sua versão educativa, o Hack@Schools foi idealizado como uma maratona de três dias de aprendizagens, com apoio didático e monitoria de representantes da agência espacial, em que grupos de estudantes com participação igual de meninas e meninos e um professor da escola são desafiados a resolver algum tipo de problema ambiental ou espacial. “Esses desafios são baseados no Nasa Space Apps Challenge, que, por sua vez, são propostos pela própria agência espacial estadunidense”, explica Leka.

Orientados pelos monitores quanto aos desafios técnicos, logísticos ou ambientais que precisam ser vencidos a partir do problema a ser resolvido, sem se darem conta, os grupos vão exercitando competências e habilidades importantes, como o raciocínio dedutivo, a capacidade de antever situações e planejar soluções, além de habilidades socioemocionais, como a de trabalhar coletivamente. Após um ano de isolamento como medida de prevenção à pandemia provocada pela covid-19, a possibilidade de todos estarem juntos novamente na escola se tornava um fator motivacional a mais. “Só por isso o projeto já valeu”, comenta Tatiana, recordando a alegria de seus alunos com o regresso às aulas presenciais.

A solução vencedora foi a da Equipe Manhole, formada pela professora Nívea e pelos estudantes Maria Paula, Paulo Ricardo, Rian e Sabrina, que elaborou um projeto para reduzir alagamentos por meio da criação de um bueiro inteligente, movido a energia hidráulica, que mói o lixo acumulado com o uso de hélices, filtrando a água antes de soltá-la na rede pluvial. Essa proposta estava relacionada com a realidade de suas vidas, uma vez que o espectro da inundação ronda o bairro.



Ação do Programa Nasa Space reúne os alunos de Salvador de projetos associados à formação científica e espacial



A equipe Novo Futuro foi classificada em segundo lugar, com uma solução igualmente criativa para um grave problema: a poluição atmosférica. A proposta nascida do grupo formado pela professora Ivonildes e os jovens Ingrid, Vinícius, Yasmin e Yuri foi a criação de um carro elétrico com motor capaz de gerar energia para alimentação de duas baterias que funcionavam de modo reverso.

Já a terceira colocação encarou um desafio interplanetário, mostrando que o céu não precisa ser um limite para estudantes dispostos a aprender. A equipe Júpiter, composta do professor Bira e dos estudantes Alana, David e Fabiana, idealizou uma plataforma orbitando em torno da Lua que servisse de ponto de lançamento de suprimentos vitais que antecederiam a chegada das naves tripuladas ao satélite da Terra ou ao planeta Marte. As três ideias serão apresentadas na etapa final do Nasa Space Apps Challenge, evento mundial que acontece entre 31 de setembro e 2 de outubro deste ano.

A Escola Antonio Carvalho Guedes foi a primeira a receber esse projeto, que aconteceu posteriormente na Escola Municipal de Pituacu. “Mas lá na Guedes, tivemos recorde de participantes (104), ressaltando que o projeto exigia 50% de participação feminina, e isso foi atendido”, comemora Leka, que disponibilizou um computador da sua equipe para que os trabalhos vencedores da escola pudessem dispor de alguns recursos que o equipamento obsoleto na sala da diretora não dispunha. Essa foi a oportunidade para Tatiana voltar a cobrar da Secretaria Municipal de Educação a atualização dos softwares dos 33 tablets que a escola possui – e que, igualmente, se encontram com tecnologias há muito tempo ultrapassadas. Com a mesma determinação que usou para cobrar dos gestores municipais a antiga promessa de dotar a escola de uma quadra de esportes – o que aconteceu em 2021 –, a diretora Tatiana agora decidiu que seus alunos precisam de uma sala multimídia. Nada mais justo, depois que a Nasa aterrissou nessa escola modesta de Salvador e abriu novas perspectivas de aprendizagem – deixando, inclusive, um par de óculos de realidade virtual como presente. “É urgente o poder público investir em tecnologia nas escolas; não é possível que a gente não possa contar ainda com esse tipo de apoio nas nossas salas de aula”, cobra Tatiana.

UMA CONSULESA NO GUEDES

O projeto Hack@Schools tem o apoio do Consulado dos Estados Unidos do Rio de Janeiro. A participação da Escola Municipal Antonio Carvalho Guedes foi tão entusiasmada que motivou a curiosidade da consulesa daquele país. Algumas semanas depois da Nasa, no dia

29 de julho de 2022, foi a própria consulesa Jacqueline Ward quem aterrissou na escola. A despeito de toda simpatia e calor humano que sua visita recebeu e mesmo que os alunos tenham sido capazes de superar, com muita criatividade, a falta de recursos, não deve ter passado despercebido à ilustre visitante o fato de que eles viviam em um mundo escolar em que o computador e a informação digital ainda não haviam chegado. Certamente, Jacqueline ouviu algum comentário da diretora Tatiana, ou algum pedido de apoio em sua nova batalha para etapas superiores da educação: conquistar uma sala multimídia para a escola.

Para Frederico Wigelin, que se desincompatibilizou da máquina pública para tentar um cargo eletivo na próxima eleição, o principal triunfo que a vinda desse projeto da Nasa trouxe para a escola de São Caetano, um bairro cujas carências conheceu bem como gestor educacional, foi a ampliação de horizontes. “O meu objetivo era mostrar para essas crianças que elas são capazes de muito mais, que não precisam ficar restritas à realidade que elas vivem. Existem muitas coisas fora dali que elas podem alcançar, em termos de futuro. E outras coisas que elas podem fazer, inclusive para a própria comunidade”, ressalta.

Por fim, para Tatiana Almeida, o Hack@Schools trouxe uma nova bandeira pela qual lutar. Ela conta, com orgulho, que a escola continua com seu muro branco sendo respeitado, mesmo incrustada em um bairro onde os pichadores disputam cada espaço para suas mensagens. E que qualquer aluno ou aluna pode entrar na sua sala na hora que precisar. Se houver papel e tinta na impressora, fará de seu computador, o mesmo usado para as tarefas administrativas, mais uma plataforma de lançamento de seus jovens para o mundo virtual, para o qual entende que a escola não pode continuar alheia. Os óculos de realidade virtual ela já tem, mesmo que seja um para 424 alunos. Além disso, há 33 tablets precisando de upgrade. E, no horizonte, uma sala multimídia equipada com tudo o que seus alunos merecem ter. A diretora há de encontrar a solução para esse problema, assim como seus alunos mergulharam em outros problemas e saíram do mergulho com suas soluções. Se não achar o recurso para a sala multimídia na avenida Anita Garibaldi, no bairro de Ondina, onde despacha o secretário municipal de educação de Salvador, ela será capaz de ir até a Embaixada dos Estados Unidos. Ou até a Nasa. Mas a contagem regressiva começou e a “profa Tati” se sente preparada para mais esse desafio. ■

Tudo sobre o Ideb: da teoria à prática

Sucesso da 5ª temporada de lives da **BNCC na prática: aceleradores do Ideb** pode ser medido pela audiência, pela participação, pela qualidade e pela representatividade de todo um país que quer educar mais e melhor todos os seus alunos.

TEXTO *Paulo de Camargo*

O SUCESSO da série de dez seminários on-line, sob o tema BNCC na prática: aceleradores do Ideb, pode ser medido em números: realizados pela Moderna entre 26 de abril e 28 de junho de 2022, tiveram uma audiência total ao vivo de 5.070 pessoas. Foram 20,3 mil inscritos, mais de 5 mil certificados emitidos e milhares de visualizações que ainda continuam a acontecer. Tão importante quanto a audiência foi a representatividade. Assistiram às lives educadores de todas as regiões do país, de pequenas e grandes cidades, de instituições públicas e particulares, com diversas funções na escola.

A métrica do sucesso da iniciativa pode ser expressa também na qualidade das apresentações dos 20 especialistas convidados, vindos das universidades, dos órgãos gestores da Educação e da sala de aula, das Secretarias de educação estaduais e municipais. Mediados pela educadora Carina Escabora, da equipe pedagógica da Moderna, os encontros conciliaram a visão teórica e as práticas pedagógicas, no chão da escola. Todos os dez seminários integram-se em um grande painel que permite um olhar 360° sobre um dos temas mais importantes para as escolas públicas: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que completa 15 anos em 2022, fechando um ciclo inédito de cultura de dados na educação brasileira. Veja, abaixo, uma síntese de tudo o que foi abordado. Os encontros estão disponíveis no canal da Editora Moderna no Youtube. »



5.070 pessoas
ao vivo

20,3 mil
inscritos

+5 mil
certificados
emitidos e
milhares de
visualizações que
ainda continuam
a acontecer...

PARA SABER MAIS

📺 BNCC na prática 2022:
Aceleradores do Ideb.
Editora Moderna. Disponível
em: mod.lk/playbncc.
Acesso em: 9 set. 2022.

» LIVE 1 • IDEB: PASSADO, PRESENTE E FUTURO DE UMA PROPOSTA TRANSFORMADORA

Apresentada pelo diretor da Fundação Santillana, André Lázaro, a primeira live reuniu o economista Reinaldo Fernandes, ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e criador do Ideb, e o secretário de educação de Sobral, Herbert de Lima. Fernandes contou ao público que, quando surgiu, o Ideb era apenas o final de uma discussão maior: a criação de um sistema de metas para a Educação Básica. “Era preciso ter uma meta, e escolhemos como parâmetro a média das escolas brasileiras no Pisa [Programa Internacional de Avaliação de Alunos]”, lembra.

As metas estabelecidas para o Ideb venceram em 2021, e agora o país discute a remodelação desse indicador. “O Ideb contribuiu sim para guiar uma série de políticas públicas estaduais e municipais, e é um ponto de referência para a tomada de decisão”, testemunhou o secretário de educação de Sobral, Herbert Lima. Em sua apresentação, Lima mostrou como Sobral se tornou um dos municípios com melhor qualidade de ensino básico no Brasil a partir de uma série de ações, como a gestão democrática sem influência política; a autonomia de uso de recursos financeiros pelas escolas e o reconhecimento do trabalho do professor. Ele também mostrou a importância do monitoramento feito pelas equipes da secretaria, que visitam as escolas para apoiar o trabalho dos professores, bem como dos sistemas de avaliação realizados pelo município, pelo Estado e pelo governo federal.

LIVE 2 • AVALIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

Discutindo o princípio da avaliação como ferramenta de gestão, a segunda live da série teve a participação do dirigente de educação de Sud Menucci, Luiz Miguel Garcia, também presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), e do secretário de educação de Teresina, Kleyton Halley.

Garcia chamou a atenção para o momento que a educação brasileira vive em 2022. Para ele, a ava-

liação é uma bússola para o futuro. “Durante muito tempo olhamos a avaliação como instrumento para ver como foi desenvolvida uma política. Agora, a educação pede uma avaliação que possibilite um olhar para aquilo que precisa acontecer”, resumiu.

Prova da importância da avaliação no desenho de ações é Teresina, conforme Kleyton Halley, secretário da educação. “Esta rede que tem dado certo é uma conquista de todos os que participam desse processo”, lembrou, pontuando a importância do sistema avaliativo. Teresina tem avaliações bimestrais, que começam no ciclo de alfabetização.

“A coleta dos dados é automatizada por meio de um sistema que já identifica quais as habilidades da BNCC e do currículo de Teresina que foram avaliadas”, explica. “A discussão ocorre com todos os entes envolvidos. Mesmo os alunos da rede têm uma boa noção de quais são as habilidades a serem desenvolvidas”, mostrou.

LIVE 3 • EVASÃO, ABANDONO E REPETÊNCIA: COMO SUPERAR ESSES DESAFIOS NA SUA REDE?

Seminário com maior audiência ao vivo, com 651 pessoas no pico, a terceira live mobilizou o público em torno de um dos mais profundos problemas da educação brasileira, agravados ainda pela pandemia: a perda de alunos e a baixa aprendizagem. O sociólogo Cesar Callegari, ex-secretário nacional da Educação Básica, mostrou que o Brasil vem arrastando por muito tempo atrasos históricos que apenas se tornaram mais visíveis durante a pandemia. “Nada justifica que um país como o Brasil tenha indicadores como nós temos”, avaliou.

Para Callegari, o Ideb traduz um diagnóstico já conhecido da educação. Ele ressaltou que há boas experiências em muitos Estados e Municípios que precisam ser compartilhadas com urgência. “O Brasil precisa aprender com o Brasil”, afirmou.

Entre os exemplos compartilhados está o do município de Ananindeua (PA), representado pela educadora Leila Freire. Segundo lembra, os educadores chegaram à conclusão que não adiantavam ações isoladas: essa era uma tarefa de toda a sociedade. Assim, foi criado o movimento Educa Ananindeua. “Foi um convite para que construíssemos alternativas”, explicou. Foram feitos contatos com





as famílias, parcerias com os conselhos tutelares, o Ministério Público, entre outros. “Fomos às ruas. Foi um processo de conquista”, explicou.

LIVE 4 • LÍNGUA PORTUGUESA – CAMINHOS PARA AVANÇAR

O seminário abriu com a apresentação do case do município de Cururipe. A educadora Verônica Maria Silva dos Santos exemplificou a proposta de Cururipe narrando o caso da Academia Coruripense de Educação e Letras (Acel). O trabalho surgiu como uma forma de conectar as crianças, os jovens e suas escolas. A literatura entrou como elemento de promoção da empatia em um momento em que os alunos sofriam pelo isolamento social.

Assim, o projeto foi fortalecido durante o período de aulas remotas, com oficinas com escritores, pesquisadores e outros convidados, e culminou com a publicação de um livro digital. “Foi produzido um e-book sobre aprendizagens da pandemia”, mostrou.

Com base no case, o público do seminário também pode acompanhar as explicações de Regina Braz Rocha, linguista e assessora nas áreas de Língua Portuguesa. Segundo Regina, os resultados das avaliações mostram que o país tem graves problemas a serem enfrentados. Para ela, o fato de uma criança ou um jovem frequentar a escola durante anos e não aprender é uma das formas mais cruéis de exclusão social e negação de direitos. “A avaliação é um agir necessário fundamental para garantir direitos de aprendizagens essenciais. O Ideb é um dos principais indicadores para acompanhar esse desenvolvimento”, afirmou.

LIVE 5 • APRENDIZADO DE MATEMÁTICA: VENCER ESSE DESAFIO É POSSÍVEL

O case do município de Novo Horizonte (SP) mostrou como é possível avançar no ensino de Matemática. O representante da Secretaria da Educação, Aroldo Alves, contou ao público como diferentes estratégias vêm surtindo efeito no município paulista.

Como mostrou Alves, metade do tempo de planejamento que integra a carreira dos professores é utilizada em reuniões em que as equipes planejam conjuntamente o trabalho pedagógico, por área. As escolas têm na matriz o componente adicional Fundamentos da Matemática, dedicado ao trabalho com habilidades nas quais os alunos apresentam baixo desempenho nos simulados periodicamente realizados. “Nosso objetivo é fazer o aluno pensar matematicamente, e temos conseguido”, orgulha-se. »

» O case de Novo Horizonte foi seguido pela intervenção de Ocimar Alavarse, que abordou as questões estruturais que, na sua visão, acarretam baixos índices de aprendizagem. Entre eles, a divisão entre as etapas escolares, que leva os alunos a passar por diferentes instituições ao longo de sua escolaridade. Para Ocimar, uma das questões que afetam a educação é levar todos os alunos à aprendizagem, e não apenas os melhores de cada turma.

LIVE 6 • IDEB NO PÓS-PANDEMIA

O Brasil foi um dos países que mais tempo mantiveram suas escolas sem aulas presenciais ao longo de 2020 e 2021. Por isso, entre as grandes dúvidas para educadores de todo o país, em 2022 é como recompor as aprendizagens. Esse foi o tema do seminário Ideb no pós-pandemia, conduzido pelo pesquisador Ivan Siqueira, membro do Conselho Nacional de Educação.

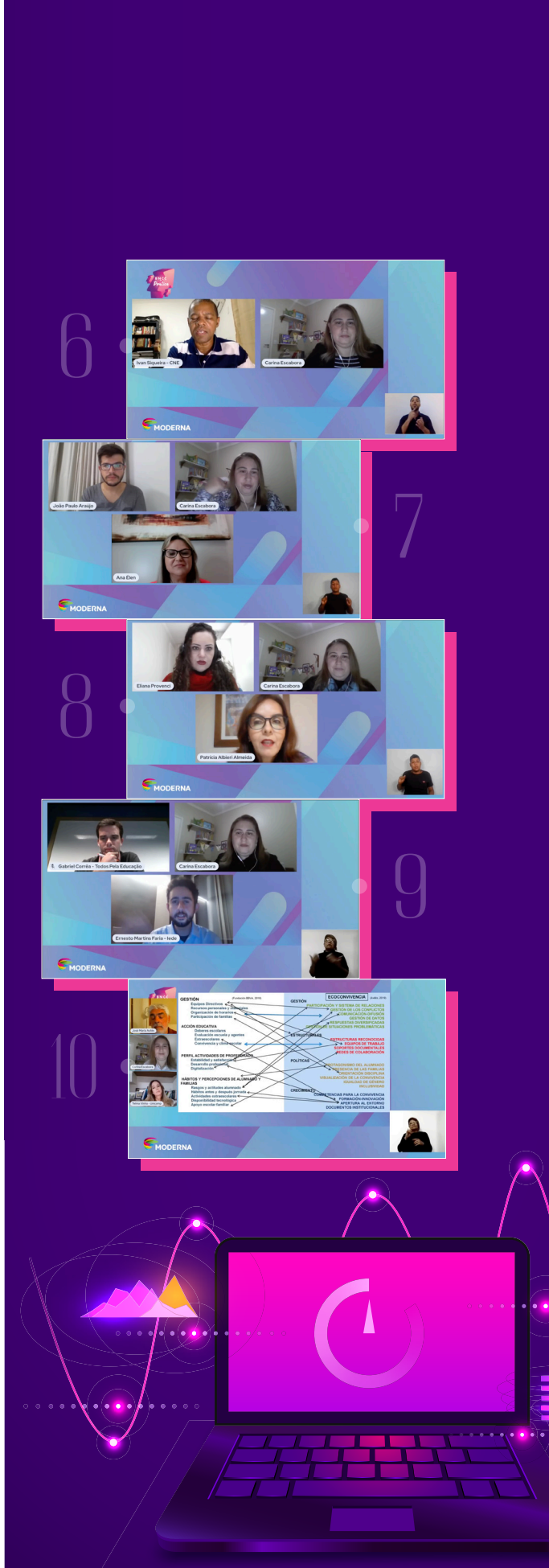
Siqueira chamou a atenção para a necessidade de se rever o Ideb. “Precisamos de indicadores que apontem para questões sociais, raciais, de gênero, regionais”, diz. Para ele, o país não pode colocar toda a responsabilidade sobre as escolas, que não são responsáveis pela pandemia e pela desigualdade, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para ele, é preciso apoiar o trabalho dos professores, e o Sistema Nacional de Educação será um instrumento essencial. “Deveríamos verificar onde os indicadores mostram situações mais graves e desenvolver projetos comuns, envolvendo a universidade e a sociedade como um todo”, diz. “É o que está sendo feito mundo a fora; não é preciso reinventar a roda”, argumenta.

LIVE 7 • PREPARANDO A ESCOLA PARA APLICAR A PROVA BRASIL: UM PASSO A PASSO

Dois diretores de escolas reconhecidas pelos resultados alcançados conduziram esta formação: Anna Elen Ferreira, do Centro de Ensino Fundamental de Brasília, e o historiador João Paulo de Araújo, da Escola Estadual dr. Pompílio Guimarães, de Belo Horizonte.

Na escola de Anna Elen, em Gama, o retorno às aulas chegou com questões como crises de ansiedade e problemas no campo emocional. No plano da aprendizagem, foram iniciadas aulas de reforço, em que os conteúdos atuais são trabalhados paralelamente aos que deveriam ter sido aprendidos nos anos anteriores. A escola também promoveu o reagrupamento para personalizar o atendimento e vem trabalhando com os resultados das avaliações como uma diretriz para que o trabalho possa avançar.

Já na Escola Estadual dr. Pompílio Guimarães, dirigida por João Paulo Araújo, a perspectiva é de envolver a comunidade em um processo de corresponsabilização. Durante a pandemia, dian-



te da constatação de que a maior parte dos alunos não teria acesso a conteúdos digitais, os professores foram à casa dos alunos. “Não apenas para entregar o material, mas para dizer: estamos aqui”, conta Araújo.

Para ele, o que diferenciou o trabalho de sua escola foi de não admitir que a pandemia tirasse o foco na aprendizagem do aluno. “Garantir educação pública sempre foi um enorme desafio. A pandemia foi só mais um obstáculo”, diz. Assim, sua escola conseguiu garantir a presença de 100% dos alunos na aplicação do Saeb, em 2021.

LIVE 8 • FORMAÇÃO DE PROFESSORES: POR QUE É PRECISO MELHORAR

A série de seminários da Moderna trouxe luzes também para o debate sobre formação de professores. A pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Patrícia Almeida, ampliou a discussão para trazer o tema do combate à desigualdade também para o âmbito da formação docente. “Precisamos formar professores para a justiça social”, defendeu a pesquisadora.

Para ela, ensinar é uma ação complexa. “O professor ensina não só porque sabe, mas porque sabe ensinar. Logo, ensinar é uma ação especializada, fundamentada em conhecimento que é próprio do professor e o distingue de outros profissionais”, argumentou.

Depois, foi a vez de o público conhecer as experiências da educação do estado do Paraná, com a educadora Eliana Provenci, da Seduc-PR, que apresentou o programa Grupo de Estudos Formadores em Ação. O programa, que promoveu a formação entre pares em reuniões semanais de 1h30, impactou 24 mil docentes por trimestre. “Nossos professores precisavam se sentir preparados, e estávamos lado a lado, aprendendo”, lembrou Eliana.

LIVE 9 • INCLUSÃO E EQUIDADE: CAMINHOS POSSÍVEIS

Na penúltima live, as discussões focaram a desigualdade educacional. O pesquisador Ernesto Faria mostrou que o principal indicador da educação brasileira, o Ideb, não colabora para promover a equidade – inclusive porque só considera os alunos matriculados nas escolas, e não os excluídos. Isso não quer dizer que o indicador não tenha sido muito impor-

tante. “Antes de 2005, não tínhamos indicadores para a educação brasileira”, lembrou o pesquisador.

O debate teve sequência com Gabriel Corrêa, gerente de políticas educacionais do movimento Todos pela Educação, que apontou a importância do Ideb, que continua sendo, a seu ver, um farol para a gestão educacional. Apesar disso, conforme diz, há a necessidade de incorporar informações para o debate sobre equidade. “O dado não permite ver se o índice não foi produzido por resultados de grupos desiguais”, afirma.

Por fim, Corrêa chama a atenção para que as escolas e redes atuem pela equidade sem esperar por mudanças no Ideb. “Temos experiências que precisam ser disseminadas de educadores que estão olhando para isso e fazendo trabalhos incríveis”, diz.

LIVE 10 • CLIMA ESCOLAR E APRENDIZAGEM: POSSÍVEIS CONEXÕES

Os dez seminários Ideb fecharam com chave de outro com uma apresentação de nível internacional, com José Maria Avilés, da Universidade de Valladolid, na Espanha, e Telma Vinha, da Unicamp. O tema: Como a qualidade do convívio e do clima escolar pode afetar a aprendizagem dos alunos.

Citando diferentes pesquisas, Avilés apontou características centrais em escolas consideradas competentes e eficazes. Um dos aspectos centrais é a gestão compartilhada, contando com as pessoas. “É uma liderança participativa”, diz. Outra característica essencial é a prioridade dada ao clima e ao convívio, com projetos que levam em conta a melhora na qualidade da convivência, dedicando pessoas e tempo a esse desafio, como prioridade de gestão.

Telma Vinha trouxe a discussão para a realidade brasileira, ressaltando que no país o trabalho sobre a convivência se assemelha ao de um bombeiro, atuando só quando o fogo se alastra. “Em outros países, há planos institucionais, metas de convivência, com ações preventivas e promotoras da qualidade de clima”, lembra. “O clima e a convivência são fatores diferentes, mas inter-relacionados. O clima é a atmosfera, a percepção dos membros de uma comunidade; a convivência é a aprendizagem para a cidadania. Nossa formação como profissionais da educação para atuar nesse campo é muito precária”, afirmou. ■



SOLUÇÃO EDUCACIONAL



A SOLUÇÃO
EDUCACIONAL
QUE FARÁ A SUA
ESCOLA VOAR
MAIS ALTO!



SEJA UMA ESCOLA NOVO PITANGUÁ!



Para fazer da sua escola a referência educacional da sua região, conte com a **nossa parceria!**

REDES SOCIAIS

 www.moderna.com.br/pitangua

 @novopitangua

 /novopitangua

 /novopitangua



UM NOVO MUNDO PASSA POR AQUI

Apostar no ser humano é o que, no futuro, vai gerar em nossa comunidade aquela sensação boa de olhar para trás e dizer: fizemos as escolhas certas e Crescemos!

Redes sociais:



/@programacrescemos



@programacrescemos



www.crescemos.com.br



EDUCAÇÃO QUE ROMPE **FRONTERAS**



Ser pioneiro na educação é trilhar um território desafiador.

Para sua escola se diferenciar em seu negócio, convidamos você a **redefinir as fronteiras da inovação** com uma nova língua certificada.

Afinal, a melhor forma de superar a concorrência é criar uma necessidade ainda não explorada!

Para isso, confie em **Santillana Español!**

Módulos flexíveis
quanto a carga
horária semanal.

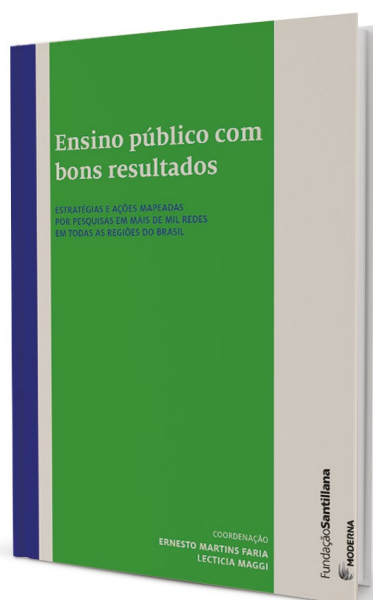
Solução educacional de
espanhol para todos os
segmentos escolares.

Alinhada ao MCER
(Marco Comum Europeu
de Referência para as
Línguas).



Agende uma reunião e
expanda as fronteiras da
educação da sua escola.

Livros, Filmes

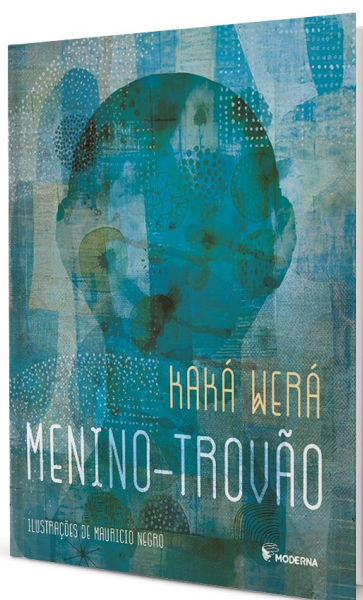


ENSINO PÚBLICO COM BONS RESULTADOS

por Iede, Moderna e Fundação Santillana

Com o objetivo de contribuir para a qualificação do debate educacional no país, essa obra traz estratégias e ações estruturadas por pesquisas em mais de mil redes em todas as regiões do Brasil. A publicação mapeia boas práticas de redes de ensino e escolas de Ensino Fundamental em cinco pilares: políticas para professores, avaliação e monitoramento da aprendizagem, atuação estrutural da Secretaria de Educação, currículo e material didático. Trata-se de uma publicação completa com depoimentos de secretários, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, famílias e alunos com experiências reais e aplicáveis para transformar a educação.

SAIBA MAIS Livro digital gratuito para download em mod.lk/ed23_fa1. Acesso em: 5 set. 2022.



MENINO-TROVÃO

por Kaká Werá

Lançamento de Kaká Werá, o livro convida o leitor a imaginar o mundo encontrado pelo primeiro ser humano no planeta. Quais foram os obstáculos a superar? Como enfrentar medos e dúvidas típicos da existência? Uma história inspirada na sabedoria da cultura tupi, uma visão otimista e reflexiva das incertezas e delícias de viver no nosso mundo em todos os tempos.

SAIBA MAIS À venda nas principais livrarias do Brasil.



MEU LUGAR NO MUNDO

por Walcyrr Carrasco

Esse lançamento, que nasceu de uma história real do autor, trata de um tema difícil e delicado: o suicídio na adolescência. Aleph é um adolescente que às vezes se considera um extraterrestre e quer sumir. Seu irmão, Ariel, é campeão de natação, e os pais o colocam em um pedestal. Como um suicídio doloroso e inesperado muda o rumo dos acontecimentos, mostrando que nem tudo é como se imagina, e que cada um tem seu jeito de ser?

SAIBA MAIS À venda nas principais livrarias do Brasil.

& Séries



EXPLICANDO (2018)

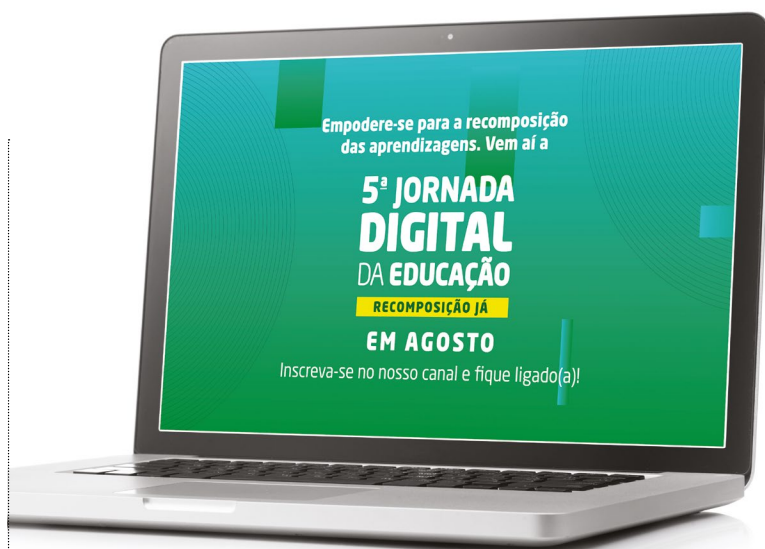
SÉRIE DE *Netflix*

Bitcoins, cirurgia plástica, desastres climáticos, xadrez, crise global da água, pandemia e muitos outros temas atuais servem como base para as três temporadas da série “Explicando”, produção original Netflix. Cada episódio retrata em torno de 20 minutos um assunto central a partir de múltiplas perspectivas, acompanhadas de animações, depoimentos de especialistas, imagens e infográficos. Uma dica valiosa para alunos e professores.

SAIBA MAIS Disponível em:

mod.lk/ed23_fa3.

Acesso em: 5 set. 2022.



5ª JORNADA DIGITAL DA EDUCAÇÃO: RECOMPOSIÇÃO JÁ!

VÍDEOS *Moderna*

A 5ª Jornada Digital da Educação é uma série de formações essenciais para orientar escolas e educadores na recomposição das aprendizagens e traçar os próximos passos da educação pública. Traz conversas e aulas incríveis com especialistas nacionais e internacionais sobre os desafios da alfabetização e propostas de soluções para o combate às defasagens.

SAIBA MAIS Aulas gratuitas disponíveis em: mod.lk/ed23_fa2.

Acesso em: 5 set. 2022.

SUSTENTABILIDADE



A EDUCAÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Diálogos em busca
de uma educação de
qualidade para todos.

Comprometida com a Educação, a Fundação Santillana atua para a superação das desigualdades educacionais, com base na certeza de que esse é o motor para o desenvolvimento de um país mais justo, inclusivo e sustentável.

A Fundação acredita no debate plural e democrático sobre soluções e desafios para o mundo educativo e busca levar para instituições públicas e privadas, professores, gestores e a sociedade civil informações, conhecimento e iniciativas para uma educação de excelência para todos. Para isso, realiza e apoia iniciativas que contribuam para o desenvolvimento e transformação da educação, incentivando a produção e a difusão de conhecimentos sobre temas centrais das políticas educacionais, do ensino e da aprendizagem.



Assista
nossas
lives



<https://mod.lk/funda>

Acesse nossa
biblioteca
digital



<https://mod.lk/publica>



fundacaosantillana.org.br



[/fundacaosantillana](https://www.instagram.com/fundacaosantillana)

Fundação **Santillana**

EU SOU A ESCOLA PÚBLICA



A Moderna vive e entende as necessidades das redes públicas de ensino e assumiu um compromisso com você: atuar com exclusividade o ano todo. Nosso propósito é garantir materiais didáticos e formações que potencializem seus objetivos para transformar a educação.

CONHEÇA UMA NOVA MODERNA!

Acesse:
mod.lk/sou

